

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ARQUITETURA VERNÁCULA DA HABITAÇÃO POPULAR
ANÁLISE DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DAS CARACTERÍSTICAS
ARQUITETÔNICAS DA HABITAÇÃO POPULAR DECORRENTES DA
INTERVENÇÃO DE FATORES FINANCEIROS, TÉCNICOS E
ORGANIZACIONAIS

Flávia Karina de Arruda Lima Brasil

Recife, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

**ARQUITETURA VERNÁCULA DA HABITAÇÃO POPULAR
ANÁLISE DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DAS CARACTERÍSTICAS
ARQUITETÔNICAS DA HABITAÇÃO POPULAR DECORRENTES DA
INTERVENÇÃO DE FATORES FINANCEIROS, TÉCNICOS E
ORGANIZACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-graduação Stricto-Sensu.

Flávia Karina de Arruda Lima Brasil

Recife, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís de la Mora
Orientador

Profa. Maria Ângela de Souza Almeida
Examinadora Interna

Prof. Marcelo Bezerra de Melo
Examinador Externo

Aprovada em 26 de setembro de 2003.

Recife, 2003

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, demonstrando prova de amizade e consideração.

RESUMO

A preservação dos valores culturais inseridos nas características do habitat dos diferentes grupos sociais é um princípio que cada vez mais é valorizado pelos arquitetos e urbanistas contemporâneos. A presente pesquisa visa identificar os fatores condicionantes da caracterização configuracional da habitação popular, focalizando os elementos arquitetônicos, materiais e estéticos que sofrem modificações ou não em relação à casa original, no processo de reforma e/ou ampliação da mesma. A pergunta que nos colocamos no início da nossa investigação foi: as famílias que habitam as favelas do Recife construíram suas casas com essas características porque não tiveram dinheiro, não contaram com apoio organizacional ou assessoramento técnico, ou se ela assim constrói em decorrência dos valores atribuídos ao espaço da sua cultura popular? Perguntamo-nos: quando dispõem de um capital suplementar, ou de apoio organizacional ou assistência técnica, quais são os elementos arquitetônicos que nunca são mudados? Quais são aqueles que primeiro são mudados? Ou ainda quais são os que sempre mudam, em qualquer circunstância. A pesquisa permitiu-nos identificar os elementos da arquitetura vernácula da Habitação Popular, para oferecer este subsídio aos arquitetos e urbanistas envolvidos em programas de construção ou reforma das habitações da população pobre.

ABSTRACT

The preservation of the cultural values in the habitat characteristics of the unlike social groups is a principle that lately has been much valorized by the contemporary architects and urbanites. The present research aims to identify the conditioning factors of the configuring characterization of the popular habitation, focusing the material and aesthetic architectural elements that are changed or not in relation to the original house during its reform or enlargement process. The questions we set at the beginning of our inquiry were: Did the families who inhabit Recife shantytowns built their houses with the present characteristics because they didn't have money? Didn't they have any organizational support or technical aid to build them in a different way? Or, Did they build them like this because of the worth concerned to their popular culture space? We ask: what are the architectonic elements that are never changed? What are the first ones to change? Or even, what are the ones that are always changed in any circumstance when we have supplemental stock, organizational support, or technical assistance? The research allowed us to identify the elements of the vernacular architecture in the popular habitation, providing all the subsidies to the architects and urbanites involved in the building or reformation programs of the poor population residences.

SUMÁRIO

Página

APRESENTAÇÃO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 16

1. A EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A EMERGÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO POPULAR 21

1.1. Fundamentação teórica e conceitual para análise das características arquitetônicas da Habitação Popular

1.1.1. O Espaço habitacional

1.1.2. A Habitação Popular: conceitos, características e significados

1.1.3. Os parâmetros da análise das características arquitetônicas da Habitação Popular

1.2. A evolução dos programas habitacionais de interesse social e características da Habitação de Interesse Social

1.2.1. As Vilas Operárias.

1.2.2. Os conjuntos habitacionais da COHAB-PE

1.2.3. Os programas alternativos: valorização das características da Habitação Popular

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: O PROGRAMA DE MELHORIA HABITACIONAL E SUAS MODALIDADES ESTUDADAS..... 62

2.1. Estrutura gerencial e formas de implementação

2.1.1. Modalidade I

2.1.2. Modalidade II

2.1.3. Modalidade III

2.2. As unidades habitacionais pesquisadas

3. A INFLUÊNCIA DOS FATORES FINANCEIROS, ORGANIZACIONAIS80
E TÉCNICOS NAS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS DA
HABITAÇÃO POPULAR

3.1. A disponibilidade de recursos financeiros suplementares e as mudanças e permanências das características arquitetônicas da casa: Modalidade I

3.1.1. Modificações nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado.

3.1.2. Permanências nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado.

3.2. A interferência do apoio organizacional e as mudanças e permanências das características arquitetônicas da casa, segundo nível de financiamento: Modalidade II

3.2.1. Modificações nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado e do apoio organizacional.

3.2.2. Permanências nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado e do apoio organizacional.

3.3. A disponibilidade de assessoria técnica e as mudanças e permanências das características arquitetônicas da casa, segundo nível de financiamento. Modalidade III

3.3.1. Modificações nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado e a presença da assessoria técnica.

3.3.2. Permanências nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado e a presença da assessoria técnica.

3.4. Sínteses dos resultados: Mudanças e Permanências típicas de cada modalidade.

3.5. A influência dos fatores financeiros, organizacionais e técnicos na caracterização arquitetônica das Habitações Populares.

3.5.1. A contribuição dos fatores financeiros na caracterização da Habitação Popular.

3.5.2. A contribuição do apoio organizacional na caracterização da Habitação Popular.

3.5.3. A contribuição da assessoria técnica na caracterização da Habitação Popular

3.5.4. A identificação das características da Habitação Popular que sempre mudam e das características que nunca mudam, independentemente da presença de fatores financeiros, apoio organizacional ou assessoria técnica

4. CONCLUSÕES 122

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ÍNDICE DE FIGURAS

- 1.1 Aldeia de mocambos, Recife –PE , 35
- 1.2 Bairro dos Coelhos, início do séc.xx, 36
- 1.3 Vila construída pela LSCM, 41
- 1.4 Tipologia de casas da Vila São Miguel, 42
- 1.5 Conjunto habitacional Vila Rica, Jaboatão-PE Tipos de casas, 46
- 1.6 Urbanização da ZEIS Coelhos, Recife, 1997; programa PROMORAR, 52
- 1.7 Tipologia habitacional da ZEIS Coelhos, Recife, 1997; prog. PROMORAR, 53
- 1.8 Tipologia habitacional Córrego da Bica, Recife-PE. Melhoria habitacional: programa CHÃO E TETO, 58
- 1.10 ZEIS João de Barro, implantação do PREZEIS, 58
- 1.11 Tipologia habitacional da ZEIS João de Barro, implantação do PREZEIS, 58
2. 1 Mapa de Recife, ZEIS, 75
- 3.1 Planta baixa de residência no Alto do Reservatório, Recife/PE. Modalidade I, nível de financiamento 3, 102
- 3.2 Planta baixa de residência no Alto do Reservatório, Recife/PE. Modalidade II, nível de financiamento 1, 105
- 3.3 Residência no Alto do Reservatório, Recife/PE. Modalidade II, nível de financiamento 1, 105
- 3.4 Planta baixa, residência no Alto do Reservatório, Recife/PE. Modalidade II, nível de financiamento 3, 107
- 3.5 Residência no Alto do Reservatório, Recife/PE. Modalidade II, nível de financiamento 3, 107
- 3.6 Planta baixa, residência no Córrego do Jenipapo, Recife/PE. Modalidade III, nível de financiamento 2, 110
- 3.7 Planta baixa, residência no Córrego do Jenipapo, Recife/PE. Modalidade III, nível de financiamento 3, 111
- 3.8 Planta baixa, residência no Córrego do Jenipapo, Recife/PE. Modalidade II, nível de financiamento 3, 113

3.9 Tipologias verticais, 114

3.10 Fachadas de Residências, 117

3.11 Residência no Alto do Reservatório, modalidade I nível de financiamento 2, 119

ÍNDICE DE TABELAS:

- 2.1 Parâmetros de caracterização configuracional
- 2.2 Quadro Síntese - modalidades, atores envolvidos e recursos introduzidos
- 2.3 Quadro síntese - relação entre áreas e modalidades de intervenção, 74
- 2.4 Índice médio das Modificações Tipo Modificações Tipo MODALIDADE I, 82
- 3.1 Modificações Tipo: MODALIDADE I, 83
- 3.2 Permanências Tipo: MODALIDADE I, 85
- 3.3 Índice médio das Modificações Tipo Modificações T MODALIDADE II, 88
- 3.4 Modificações Tipo: MODALIDADE II, 88
- 3.5 Permanências Tipo: MODALIDADE III, 90
- 3.6 Índice médio das Modificações Tipo Modificações Tipo MODALIDADE III, 93
- 3.7 Modificações Tipo: MODALIDADE III, 94
- 3.8 Permanências Tipo: MODALIDADE III, 96
- 3.9 Modificações Tipo: MODALIDADES I, II e III, 97
- 3.10 Permanências Tipo: MODALIDADES I, II e III , 99

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

- 3.1 Relação das modificações das características físico-espaciais da casa, modalidade I, nível de recurso financeiro 1, 2 e 3, 81
- 3.2 Relação das modificações das características físico-espaciais da casa, modalidade II, nível de recurso financeiro 1, 2 e 3, 84
- 3.3 Relação das modificações das características físico-espaciais da casa, modalidade III, nível de recurso financeiro 1, 2 e 3, 87
- 3.4 Relação das permanências das características físico-espaciais da casa, modalidade I, nível de recurso financeiro 1, 2 e 3, 89
- 3.5 Relação das permanências das características físico-espaciais da casa, modalidade II, nível de recurso financeiro 1, 2 e 3, 92
- 3.6 Relação das permanências das características físico-espaciais da casa, modalidade III, nível de recurso financeiro 1, 2 e 3, 95

LISTA DAS SIGLAS

COHAB – PE - Companhia de Habitação Popular de Pernambuco

CEF- Caixa Econômica Federal

SFH- Sistema Financeiro de Habitação

BNH- Banco Nacional de Habitação

FICAM-Financiamento para construção, conclusão, ampliação e melhoria da habitação de interesse social

PROFILURB- Programa de financiamento de lotes urbanizados

PROMORAR- Programa de erradicação de subhabitação

PREZEIS- Plano de regularização das Zonas Específicas de Interesse Social

ZEIS- Zona Especial de Interesse Social

INTRODUÇÃO

Diversos condicionantes de ordem econômica, técnica, cultural e social determinam as ações humanas na construção do seu habitat. A população de baixa renda, dentro desta perspectiva vem produzindo suas habitações de acordo com estes condicionantes, que no caso deles consistem na falta de recursos financeiros e de conhecimentos técnicos suficientes para dotar a moradia das mínimas condições de habitabilidade, tudo isto influenciado pelo seu meio social e cultural.

A produção espontânea das unidades habitacionais populares foi por muito tempo apontada como manifestação da desorganização urbana, uma vez que não obedeciam aos padrões da regulamentação oficial. Isto condicionou, no passado, o ordenamento urbano a programas de erradicação das favelas que resultou no acirramento da exclusão social e da periferização urbana.

Verifica-se a intervenção dos empresários, no caso das Vilas Operárias, e do Estado, no caso da política de habitação popular, concretizada nos primeiros tempos pela construção de Vilas nos diversos bairros da cidade e posteriormente de grandes conjuntos habitacionais padronizados, construídos geralmente nas periferias das cidades.

Nesta perspectiva os casebres ou mocambos que constituíam favelas nas áreas centrais da cidade, deveriam ser eliminados, e sua população ser transferida para vilas e conjuntos periféricos, sem levar em consideração a sua inserção social e econômica no entorno original. A maior parte destas ações produziram resultados nocivos para a

população removida: desintegração social e econômica com o meio e aumento do custo dos transportes e tempo de deslocamento.

No final dos anos 70s, esta diretriz começa a ser mudada. A Política Habitacional inicia outro tipo de programas visando à melhoria das condições de habitabilidade no local original através de programas de urbanização e de melhoria habitacional, associados a programas de regularização fundiária. Pretendia-se inserir o assentamento no tecido urbano, melhorar as condições de habitabilidade, preservando a identidade social e cultural da população com seu habitar e com o seu entorno.

Os programas alternativos de urbanização e de provisão ou melhoria habitacional começam a ser desenvolvidos considerando a necessidade de consolidação dos assentamentos espontâneos. Pouco a pouco estes programas foram substituindo os programas tradicionais, excludentes e periferizantes.

Também nesse momento, a Caixa Econômica Federal (CEF) se destaca como instituição promotora de programas de melhoria e produção de habitações populares através de processos de financiamento para família com renda inferior a dez salários mínimos.

Nas áreas ZEIS do Recife, no período de 1999 a 2000, registra-se, dentro do programa *Carta de Crédito Individual – aquisição de material de construção*, a implantação de um Programa piloto convergente à atuação do Plano de Regularização das Zonas Específicas de Interesse Social (PREZEIS). Na experiência aqui desenvolvida, a CEF, objetivando ‘maior satisfação do usuário na construção ou reforma da casa, e, por conseguinte, menor índice de inadimplência, determinou a introdução de novos atores no processo de implantação do programa: liderança

comunitária e técnicos de ONG especializada em promover programas de auto-construção de moradias populares.

Tais programas objetivam a adequação dos programas habitacionais às reais necessidades da população, no entanto, algumas experiências implementadas, embora com diretrizes não convencionais apresentam resultados que agridem os valores relativos a forma de valorar e usar o espaço habitacional, pela imposição de um padrão massificante e divergente dos valores próprios da população, em termos de partido arquitetônico, materiais construtivos e estéticos.

A pesquisa aqui desenvolvida, busca identificar os valores da arquitetura vernácula presentes nas características arquitetônicas da habitação popular, estudando as mudanças introduzidas e as permanências no partido arquitetônico e nos materiais de construção e de decoração da casa, independentemente da presença dos recursos financeiros suplementares, do apoio organizacional e do assessoramento técnico na hora de projetar a nova casa.

Foi analisada a importância da disponibilidade de uma quantia suplementar de recursos financeiros, obtidos mediante operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, da presença de apoio organizacional oferecido pela liderança comunitária para intermediar e facilitar a obtenção do crédito e as relações com o armazém que disponibiliza o material de construção e, finalmente, da oferta do assessoramento técnico dos profissionais (arquitetos, engenheiros, técnicos em edificações) e estagiários de uma ONG especializada em apoiar processos de auto-construção assistida.

As unidades habitacionais analisadas estão localizadas em áreas ZEIS do município do Recife, e pertencem a famílias que obtiveram financiamento da CAIXA através de uma experiência piloto do programa *Carta de Crédito Individual – aquisição de material de construção*.

Foram avaliadas 45 (quarenta e cinco) unidades habitacionais localizadas em 06 (seis) áreas ZEIS, do Recife, como casos demonstrativos no universo do programa (aproximadamente 60% das unidades reformadas ou construídas nas áreas estudadas nesta pesquisa).

Foram identificados os elementos arquitetônicos, materiais e estéticos que são modificados e aqueles que não sofrem modificação como consequência do acesso aos recursos mencionados acima, revelando a influência destes fatores no resultado em termos de características arquitetônicas, materiais e estéticas da habitação popular, apresentando as características que independentemente desses fatores constituem elementos da cultura popular, configurando a arquitetura vernácula da habitação popular.

Observa-se que a população constrói de forma peculiar, objetivamos saber se essas formas e esses materiais foram adotados em decorrência da falta de recursos financeiros, de orientação técnica ou apoio organizacional, ou se ela assim constrói em decorrência dos valores atribuídos ao espaço habitacional da sua cultura popular.

A hipótese que fundamenta nossas análises é que os fatores financeiros, técnicos, organizacionais somados à base cultural das famílias configuram a arquitetura da habitação popular.

Partimos do pressuposto de que as características da nova casa, ampliada ou reformada expressam os valores próprios das famílias em relação ao que esperam da sua moradia.

Consideramos que o espaço habitacional dos assentamentos populares, isto é a casa popular, deva ser reconhecida não apenas como representação da garantia de um local para viver, mas também como espaço estruturado sob a influência de condicionantes econômicos, técnicos, organizativos e dos desejos e aspirações das famílias. Por conseguinte, a moradia surge como síntese de valores *econômicos* relacionados ao potencial de utilização da casa como base de geração de renda da família trabalhadora, *culturais* relacionados aos valores próprios da família idealizadora da casa, *tecnológicos* relacionados aos conhecimentos e capacidades técnicas da família construtora e *sociais* relacionados com o grau e nível de inserção social da família na sua comunidade.

Neste contexto, a nossa pesquisa visa identificar os fatores condicionantes da caracterização configuracional da habitação popular, focalizando os elementos arquitetônicos, materiais e estéticos que sofrem modificações ou não em relação à casa original, no processo de reforma e/ou ampliação da mesma.

O conhecimento destes fatores e dos resultados específicos da contribuição de cada um deles contribuirá como diretriz projetual para os arquitetos e urbanistas que venham a coordenar programas de construção ou reforma de habitações, assegurando a adequação de seus projetos aos valores vernaculares da população.

A dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro apresenta considerações conceituais para a análise da caracterização físico-espacial da habitação popular e a evolução das políticas habitacionais ao longo do tempo, destacando a configuração arquitetônica dos espaços habitacionais produzidos e a adequação desta às necessidades e aspirações dos usuários.

O segundo capítulo apresenta o Programa de Melhoria Habitacional promovido pela ONG Habitec, com recursos do Programa da CAIXA *Carta de Crédito Individual – aquisição de material de construção*, implementado em áreas ZEIS do município do Recife, durante os anos 1999 e 2000, do qual participaram as 45 famílias cujas casas reformadas ou ampliadas constituíram o objeto material de estudo da nossa pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta os resultados das mudanças ou permanências das características da casa original após a obra concluída. Analisa quais foram os elementos arquitetônicos, técnico-construtivos, espaciais/funcionais e estéticos que foram modificados ou que permaneceram inalterados na presença seja de um aporte suplementar de recursos financeiros, apoio organizacional e assessoramento técnico.

Finalmente, a conclusão apresenta uma síntese das análises realizadas no capítulo precedente, destacando os elementos da habitação popular que correspondem aos valores próprios da família e podem ser considerados elementos da arquitetura vernacular.

1. A EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A EMERGÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO POPULAR

As diversas caracterizações do espaço habitacional em assentamentos populares, resultam de processos de produção da casa desenvolvidos através de ações informais ou institucionais de intervenção.

Considera-se que, condicionadas aos fatores econômicos, políticos, técnicos, culturais, etc., essas ações, definem resultados configuracionais variados no ambiente habitacional construído. O conteúdo que segue apresenta num primeiro momento considerações conceituais para análise da caracterização físico-espacial da habitação popular e, na seqüência, identifica num panorama geral processos convencionais e alternativos de produção e reforma da habitação popular e seus resultados como referência para as análises posteriores, relativas a fatores determinantes no processo de caracterização da habitação popular.

1.1. Fundamentação teórica e conceitual para análise das características arquitetônicas da habitação popular

1.1.1. O espaço habitacional

*"Cada lugar em uma cidade
está carregado do que ali aconteceu antes;
é um símbolo do seu próprio passado...
é também um molde do que poderá acontecer daí para frente"*

(Carlos Nelson F. dos Santos)

Articulando as necessidades e os desejos do indivíduo à estrutura do meio, as ações de produção do espaço habitacional buscam a construção de espaços indispensáveis ao desenvolvimento de atividades diversas, como forma de expressão e realização da vida cotidiana. As práticas espaciais operam, portanto, verdadeiros processos de ‘produção de territórios’ dentro do espaço que lhe serve de suporte¹.

Por conseguinte, da apropriação particularizada do espaço, surge a diversidade do ambiente construído, aqui traduzida como a distinção observada entre as diversas estruturações tipológicas relacionadas aos processos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos que a geraram. Nessa perspectiva, os diversos espaços habitacionais da

¹ Segundo Santos (1982:19-38), o espaço representa a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra e expressa-se numa paisagem, a qual compreende dois elementos: os objetos naturais e os objetos sociais, estes últimos, testemunhas do trabalho humano.

cidade se consolidam com características e identidade próprias, embora inseridos num contexto urbano único.

Na trajetória de formação e consolidação dos assentamentos populares a relação entre o indivíduo e o espaço apresenta um quadro de características específicas² que se firmam ultrapassando a ordem ‘oficial’ do espaço construído, atribuindo à configuração da cidade um quadro diversificado, não só no uso, mas na ocupação e significado.

Registra-se que nessas áreas, a princípio, a ocupação do solo se revela, para a população, como uma garantia de sobrevivência, ou seja, representa a prática de ocupação e apropriação de uma área que pode permitir a vida na cidade.

“Na medida em que estas conquistam seu espaço, a começar pela maneira que essas invasões processam-se da noite para o dia, perante uma visão peculiar na ordenação do espaço inicia-se um progressivo processo de transformações. Nesse contexto o processo de invasões em assentamentos descreve uma paulatina consolidação das ocupações, que, por sua vez, instauram na cidade o seu vasto repertório físico-social, onde as práticas cotidianas como manifestação cultural, transformam-se e transformam o espaço”³

Nesse sentido, sugere-se que o indivíduo constrói o seu espaço condicionado não só por necessidades de fixação, visto que o contexto espacial do assentamento pode também expressar identidade e valores afetivos de sua população, materializando, além das necessidades, os desejos e aspirações da comunidade.

² Segundo GOTTDIENER (1993): “Lugares e formas não fazem nada e não produzem nada por si mesmos somente pessoas dentro das relações sociais e que possuem esse poder” e o meio ambiente, como criação social, pode ser controlado para o bem do grupo.

³ MORIEL, 1995.

Nessa perspectiva, dentro das possibilidades do meio, os espaços são moldados por seus habitantes, que estabelecem códigos próprios de interações sócio-espaciais. Essas interações se desenvolvem paralelas ao processo de identificação com o lugar, atribuindo significados e valores específicos ao mesmo. Portanto, somando a necessidade de ocupação do solo, como meio de sobreviver na cidade, o assentamento passa a apresentar determinada carga afetiva no cenário cotidiano de seus habitantes.

Resultam desta relação, caracterizações configuracionais do espaço público e privado. A utilização do espaço público, becos, oitões, os espaços ‘condominiais’, resulta de das ‘relações’ entre agentes locais. O lugar das crianças brincarem, do futebol, de lavar roupas, do bate-papo, ou até mesmo, o limite de penetração do visitante, é estabelecido em função destas relações e seu códigos, exprimindo uma lógica própria, original.

Por sua vez, a caracterização do espaço privado/ doméstico (a casa), também reflete algumas determinações da postura sócio-econômica e cultural da comunidade: a localização de aberturas, os espaços de contato com o exterior, o modelo da fachada, o local de serviços, entre outros, marcam a relação indivíduos-espaço na escala pessoal.

Essa caracterização configuracional, vale ressaltar, pode estar em constante processo de **mutação**, assumindo e reinterpretando **novos códigos** de apropriação espacial, visto que, a relação indivíduo-espaço está sujeita à dinâmica do contexto econômico, social, cultural, etc., da cidade⁴.

⁴ Em relação ao papel do homem como ator social destacamos as considerações de VILA NOVA, (1981:66): ‘afirmar que o indivíduo desempenha papéis implica dizer que ele é um ator social, ...e nesse processo, cada pessoa é única porque cada personalidade resulta de uma combinação única de experiências. Dessa combinação singular de experiências para cada indivíduo é que resulta o modo pessoal e imprevisível de ser de cada homem;...nenhuma pessoa, todavia, é absolutamente única. A

Nesse sentido, com a instituição e o reconhecimento dos assentamentos populares informais como parte da cidade, via códigos de regulação formalizados, como por exemplo, o PREZEIS, observa-se a possibilidade do estabelecimento de novas relações entre o indivíduo, práticas sócio-espaciais e a cidade como um todo.

1.1.2. A habitação popular: conceitos, características e significados

O estudo da unidade habitacional revela no seu desenvolvimento a variedade das dimensões significativas que esse objeto apresenta. O objetivo de definir, conceituar ou caracterizar a ‘casa’⁵, é sem dúvida, uma tarefa difícil, se considerados os diversos significados (econômicos, sociais, físicos...) a ela atribuídos ao longo dos tempos, ou mesmo as variações das expressões culturais que determinam a morada.

Em várias definições conceituais, o universo habitacional é vinculando à questão da forma de construir: material de construção, terreno, etc. Nesse sentido, COBOS (1982:284), considerando a habitação popular como ‘habitação socialmente adequada’, descreve, para esta, a seguinte caracterização: a) tem condições mínimas de habitabilidade: solidez estrutural, área construída às condições adequadas de uma família média, serviços de água, esgoto, drenagem e energia elétrica; insolação e

formação de personalidade compreende experiências que, embora combinadas de modo singular em cada indivíduo, são culturalmente semelhantes às experiências de muitos indivíduos na sociedade. Sem experiências culturais semelhantes na socialização, seria impossível a adaptação da personalidade à sociedade. Dessas experiências culturalmente padronizadas deriva a parte previsível, repetitiva da personalidade humana (a parte social, expressa através de papéis).

⁵ CASA: edifício destinado em geral à habitação; lar, família. AURÉLIO, 1992.

ventilação adequados; seus habitantes podem ter acesso á áreas livres e recreativas e aos serviços de educação, saúde e cultura correspondentes; b) sua produção é possível considerando o nível de desenvolvimento das forças produtivas de trabalho alcançado pela sociedade no setor da construção; c) é reconhecida como ‘padrão’ de habitação aceitável pelo conjunto de sociedade, como por suas instituições, e , particularmente, pelo Estado, o qual o consagra no discurso oficial e na aplicação de suas políticas e programas; d) a classe operária e trabalhadora assumem como ‘padrão’ de suas reivindicações e aspirações⁶.

Paralelamente, PERES (1995) ressalta: ‘a contraparte estrutural da ‘habitação socialmente adequada’ é a ‘habitação socialmente necessária’ que seria produto real resultante do nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançando em termos de tempo socialmente necessário para produzi-la; da correlação de forças entre o capital e o trabalho; da relação de classe e de exploração e do grau de desenvolvimento do Estado como mediador destas relações... A favela, o cortiço, os loteamentos sem ou com infra estrutura, e em grande parte clandestinos, assim como as ocupações, todos construídos em sistema de autoconstrução, configuram a “habitação socialmente necessária” no Brasil’. E complementa: ‘as características concretas da habitação adequada variam de país para país, de região para região, e, sobretudo no tempo. Poderíamos dizer que na América Latina, o padrão da habitação adequada tem correspondido à habitação promovida pelo Estado segundo seus programas de ‘interesse social’ destinados aos trabalhadores de renda média e baixa... a habitação mínima’

⁶ COBOS, Emílio Pradilla (1982: 284), Apud PERES, (1995: 111).

Nesse contexto deve-se destacar que, as posturas essencialmente técnicas, funcionais e mesmo econômicas, por vezes, minimizam a importância da relação entre a casa e o sentido de 'habitar'. Diante dessa perspectiva, DA MATTA (1987), afirma que a palavra casa não deve designar simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidade morais, esferas de ação social, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”⁷

Ressaltam-se, nesse sentido, as associações expressas por SANTOS (1998), no que diz respeito à interpretação dos significados da casa. A primeira associação, baseada na relação que se faz *‘entre o verbo ‘habitar’ e ‘encolher’*, fala da casa com sentido de *‘espaço uterino... espaço fundamental primeiro do ser humano’*, ressaltando a questão da ‘essencialidade’ do indivíduo, conseqüentemente, bem-estar, segurança e proteção. Nessa seqüência, a segunda associação sugere à casa o significado de lugar: *‘a casa é nosso lugar no mundo’*, assim, *‘a segurança está associada a idéia de lugar, ou seja, um sentimento de pertinência que a casa propicia. Permite-lhe, a partir do próprio espaço físico e simbólico que constitui, desenvolver o caráter de sujeito humano’*. Por fim, a terceira associação descreve o processo de identificação do indivíduo com o espaço da casa: *‘a casa muito mais que abrigo é espaço existencial fundamental, é como se habitar fosse ser’*.⁸

⁷ DA MATTA, 1987.

⁸ SANTOS, (1998:53) recorre, nesse texto, à fenomenologia de Bachelard, 1978, como contribuição para a análise do sentido da casa e função de habitar.

Diante dessas considerações, observa-se que, ultrapassando o sentido de abrigo a casa é reconhecida, nas suas dimensões simbólicas, como ‘objeto de identidade’ em relação ao indivíduo e ao lugar. Como complementa VILA NOVA (1991), ‘a residência, como o vestuário, não funciona apenas como abrigo, mas também como símbolo. Seu tipo e localização desempenham uma importante função simbólica no que se refere (também) à localização dos indivíduos na hierarquia social’.

Nesse âmbito, considera-se aqui, a casa como um todo, espaço de relações materiais, psicológicas, sociais, etc.; e sua dimensão física apenas parte de seus significados.

Sendo assim, a casa, através da *estrutura físico-espacial*, possibilita a realização de categorias de atividades, físico-sociais, psicológicas através do *uso* do espaço, etc., e revela-se também como objeto de representação dessas práticas, e de seus significados: processos apropriação, formação e transformação de *imagem*. Nesse contexto, concluímos que aspectos *técnico-construtivos*, *espaciais/funcionais* (uso), e *estéticos* (imagem) surgem como elementos constituintes do ‘significado’ e caracterização da habitação.

A partir dos conceitos de *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas*, concebidos por Vitruvius para qualificar o objeto arquitetônico, nós construímos, por analogia, os conceitos dos aspectos técnico-construtivos, espaciais/funcionais e estéticos para analisar as características arquitetônicas das unidades habitacionais de nossa pesquisa.

As dimensões de análise do objeto arquitetônico, definida por Vitruvius⁹ expressam que o objeto arquitetônico deveria preencher as seguintes exigências: ser resistente (*Firmitas*), ser útil (*Utilitas*) e ser belo (*Venustas*)¹⁰: ‘ *o princípio da solidez se assegurará quando houver uma profundidade de fundações até o sólido do terreno, a escolha cuidadosa, sem avareza de recursos, de cada material; o da utilidade, quando houver uma disposição de uso e de locais correta e sem impedimento...; e o da beleza, quando o aspecto da obra for agradável e elegante*’¹¹

Consideramos, portanto, que a dimensão *Firmitas* contempla a solidez, os aspectos físico-constructivos do espaço, *Utilitas*, expressa as questões funcionais do espaço arquitetônico, estando diretamente ligada a relação entre o indivíduo e o espaço, e a dimensão *Venustas*, ligada as questões estéticas, atua como representação de significados, códigos, e imagem.

Nessa perspectiva, será estabelecida a relação entre os aspectos **técnicos constructivos** da habitação da dimensão *Firmitas*, os aspectos **espaciais**/funcionais da dimensão *Utilitas* e, por fim, entre os aspectos **estéticos** da dimensão *Venustas*.

⁹ Vitruvius, arquiteto romano viveu no século I A.C., escreveu um tratado arquitetônico em dez livros intitulado ‘De Architectura libe decem’ (Os dez livros da arquitetura), de grande contribuição para as interpretações e produções arquitetônicas

¹⁰ MORA, Luis de la - Citação anotada em sala de aula, 1999.

¹¹ TUFFANI, 1993, cit . p. 107., trecho traduzido: DE ARCHITECTURA, Primeiro Livro, cap. III, As partes da Arquitetura,.

1.1.3. Os parâmetros da análise das características arquitetônicas da habitação popular

A partir da definição que aspectos técnico-constructivos, espaciais/funcionais (de uso), e estéticos (de imagem)¹² constituem os eixos representativos da caracterização físico-espacial da casa, foram determinados por nós parâmetros para a análise configuracional das habitações. Esses parâmetros se apresentam agrupados da seguinte forma:

Quadro 1 - Parâmetros de caracterização configuracional

| Parâmetros | Características analisadas |
|--|---|
| Técnico-constructivos (dimensão Firmitas) | Material de parede |
| | Material de cobertura |
| | Instalações elétricas e hidro- sanitárias |
| Espaciais (dimensão Utilitas) | N.º de Pavimentos |
| | N.º de cômodos |
| | Dimensão dos cômodos |
| Estéticos (dimensão Venustas) | Revestimento de piso |
| | Revestimento de parede |
| | Material de esquadrias |

As características analisadas foram selecionadas de acordo com o potencial de representatividade de cada parâmetro e por serem facilmente comparáveis nos casos estudados.

¹² Ver capítulo 1 – 1.1.2. - Habitação popular: conceitos, características e significados.

Por fim, é importante destacar que, no trabalho desenvolvido, considera-se **construção** a edificação de uma nova unidade habitacional, e, **reforma**, a reconstrução, modificação ou recuperação de suas características físico-espaciais. Quanto a **modificações**, entende-se alterações realizadas em características técnico-construtivas, de espaciais/funcionais ou estéticas da casa, e, **permanência**, a não modificação desses elementos.

1.3.A evolução dos programas habitacionais de interesse social e características da habitação de interesse social

Nas primeiras décadas do século XX as ações institucionais referentes à provisão de habitações populares passam a ser implementadas através das vilas operárias promovidas pela iniciativa privada. No Recife, através da atuação estatal, desencadeia-se práticas de saneamento e modernização das cidades, em decorrência à precariedade das condições habitacionais e sanitárias.

A partir da década de 30, devido à multiplicação das sub-habitações, os chamados mocambos, o Estado passa a atuar com mais vigor na questão habitacional, por conseguinte, implanta a política de erradicação aos mocambos e construção das **vilas populares**, tendo em vista a precariedade do acesso à moradia pelos segmentos mais pobres da população, quase sempre excluídos da dinâmica econômica e social da época.

Já em 1924 o processo de construção das vilas foi iniciado com a Fundação da Casa Operária, e intensificado através da criação da Liga Social Contra o Mocambo em 1939. Como será visto adiante, o espaço habitacional produzido através das ações determinadas por posturas sanitaristas, submetidas ao quadro econômico da época, caracterizou-se, arquitetonicamente, pela presença de ‘projetos tipo’ de **casas higiênicas**¹³, com dimensões ‘**economicamente viáveis**’. Ainda assim, as ações

¹³ Sobre arquitetura, ver LIRA, José Tavares, 1998.

implementadas nesse período, apesar de promoverem a construção de algumas vilas, revelam um desempenho pouco expressivo e clientelista¹⁴.

A atuação da Liga incentivou o surgimento de construtoras com o objetivo de produzir casas populares, que na sua maioria foram direcionadas para seguimentos sociais de renda média, não atendendo a população com baixo poder aquisitivo.

Em 1964 foi instituído o Plano Nacional de Habitação e criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão central do Sistema Financeiro de Habitação e Saneamento, concebido e com o objetivo de orientar e controlar o sistema promotor da construção e aquisição da casa própria. No mesmo período foram criadas as Companhias Habitacionais (COHABs) para atender a demanda habitacional. Na produção habitacional desse período verifica-se a construção de **conjuntos habitacionais** caracterizados pela **padronização** dos projetos arquitetônicos e **periferização**, implementados a partir de uma produção marcada pela incorporação imobiliária e subsidiada pelo Estado. O sistema implantado atendeu com maior intensidade a população com alto e médio poder aquisitivo, não respondendo à demanda da população de mais baixa renda, fato que, somando-se às limitações do mercado e a pressão popular, determina a criação de novos programas de urbanização e melhoria habitacional nos locais de origem da população no final da década de 70.

Estes programas adotam diretrizes reformistas, que, embora atuando em menor escala, introduzem posturas alternativas de intervenção implantando o processo **participativo** e a **auto-construção**. O modelo determina como resultado o progressivo

¹⁴ BONDUKI, 1998.

reconhecimento dos espaços habitacionais já consolidados e de suas características **físico-espaciais específicas**, abandonando o processo de relocação e promovendo a **permanência** das famílias no local.

1.3.1. As vilas populares

No início do século XX, o processo de produção habitacional foi marcado pela busca de soluções para o problema das moradias insalubres e precárias que permeavam a cidade, através de ações baseadas em posturas sanitaristas, determinantes na concepção de projetos para habitação popular: padronizados e de baixo custo.

As transformações que ocorreram no final do século XIX, com a substituição das relações sociais escravocratas pela formação de nova classe assalariada e a utilização da mão de obra imigrante, concorreram para a intensificação do crescimento nas cidades.

Verifica-se o adensamento das áreas centrais com a expansão dos cortiços, casas-de-cômodos e mocambos¹⁵, visto que a frágil estrutura das cidades não atendia à demanda habitacional do momento. Paralelamente, problemas como insalubridade, epidemias, insegurança, além da deficiência dos serviços públicos e da grande crise habitacional, configuravam o espaço urbano.

¹⁵ Quanto à dinâmica habitacional do período Reis Filho (1968), registra as relações sócio-espaciais: habitar numa casa de 'chão batido' ligava-se à idéia de pobreza, e num sobrado com assoalho, a de riqueza. Da mesma forma, Freyre (1951), afirma que a tipologia dos sobrados, estreitos, conjugados, 'protegidos' do exterior, em muitos casos, representavam as convenções da vida patriarcal, que resguardavam da rua, do ar do sol, o burguês, sobretudo, a burguesia.

Nesse contexto, os mocambos, como tipo de ocupações ‘irregulares’, caracterizadas pela precariedade físico-espacial, alastraram-se pelos centros urbanos. Em 1913, estes representavam 43,3% do total de prédios da cidade. Um novo censo, elaborado em 1923, apresenta o aumento da participação dos mocambos e casas de taipa no panorama habitacional do Recife para 51,2%.¹⁶

Figura 1 - Aldeia de mocambos (terrenos alagados do Recife).



Fonte: Fototeca do Museu da cidade do Recife

Junto aos cortiços, os mocambos passam a ser considerados pela população de nível de renda mais elevado e pelas autoridades, como núcleos irradiadores de doenças, inseguros, sujos e perigosos. Diante deste quadro, a prática da higienização se aplica definitivamente no Brasil, procurando ‘exterminar os perigos da cidade’ através de medidas como campanhas de vacinação obrigatória, desinfecção das moradias e dos espaços públicos, alargamento de ruas, planejamento do sistema de esgotos, etc.

¹⁶ FREYRE, Gilberto, 1978.

Figura 2 – Relocação de alguns mocambos - início do século XX – Bairro dos Coelhos



Fonte: Divisão de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco

Essas medidas ultrapassam os limites das soluções emergenciais e impõem uma ordenação geral do espaço urbano. Destaca-se nesse período a atuação do engenheiro Saturnino de Brito, responsável, através do urbanismo sanitário, por várias intervenções modernizadoras das cidades brasileiras. Dentro dessas diretrizes, o Plano de Saneamento do Recife, de 1909, além de projetar a rede de esgoto das áreas centrais, estabelecia normas para loteamentos e construção de habitações.

Registra-se que no início do século, a intervenção estatal se dá em duas frentes, o controle sanitário e a legislação urbanística. Como exemplo, ressalta-se, paralela ao Plano de Saneamento, a elaboração da Lei 1.051 de 26/09/1919. Essa lei além de determinar o zoneamento da cidade, define também a tipologia construtiva que poderia ser implantada em cada área. Ainda segundo a lei, casas de taipa ou mocambos seriam permitidos apenas em perímetros suburbanos. É interessante ressaltar que a lei também

define questões de insolação, ventilação, etc. Segundo ARAÚJO (1996), de forma curiosa, na construção das casas de taipa a lei determinava o uso exclusivo barro, ficando proibida a utilização de tijolo ou outro material diferente.

É através da Lei 1651 de 1924, que institui-se, em Pernambuco, a Fundação da Casa Operária. O então departamento de saúde e Assistência recebeu a responsabilidade de formular uma estratégia para o problema da população desprovida de habitação seguindo a política de ‘reeducação’ da classe operária, com vistas a ‘educar-lhe os sentidos’¹⁷.

A Fundação da Casa Operária, atuou com o objetivo exposto de construir vilas higiênicas, controladas pelo governo, tendo suas ações amadurecidas com a instituição da Liga Social Contra o Mocambo, fundada no Recife, na década de 30 pelo interventor Federal Agamenon Magalhães, em função do censo de 1939. Esse censo encontrou um percentual de mocambos na cidade do Recife bem superior ao de 1913 (43,3% em 1913 e 63,7% em 1939).

A Liga, foi criada para atender à demanda habitacional gerada, estabelece articulações com os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensão¹⁸, define a retirada dos mocambos dos mangues, aterrando alagados e destruindo as habitações precárias, com o objetivo de ‘modernização e desenvolvimento da cidade. Destroí mais de 10 mil mocambos e constrói aproximadamente 40% do número de casas demolidas.

¹⁷ MORA, Luís de la, 1996.

¹⁸ Com a regulamentação da Previdência Social, em 1923, originaram-se as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs). Organizadas com pouca intervenção estatal as Caixas contavam com a contribuição de empregados e donos de empresa, com administração a cargo de ambos. Uma vez transformadas em instituição representaram fonte de captação de recursos.

Dessa forma, o restante da população não beneficiada vai ocupar as áreas de morro da cidade ou retorna às cidades de origem.¹⁹

Registra-se nesse período que a questão habitacional, passa a ser considerado como ponto crucial no desenvolvimento dos centros urbanos, visto que afetava as condições de vida do operariado, absorvendo porcentagem significativa dos salários e influenciando o modo de vida e a formação ideológica dos trabalhadores²⁰. Verifica-se que as questões econômicas tornam-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na estratégia de desenvolvimento nacional. Nesse contexto a provisão de uma casa higiênica e economicamente viável para o operário surge como fator fundamental no desenvolvimento das cidades, visto que a proliferação da massa mal instalada, com condições de vida sub-humanas, era vista como um entrave à reprodução da força de trabalho e ao processo de modernização.

Em resposta a demanda, o espaço habitacional, resultante dos processos de provisão implementados na década de 30, caracterizou-se pela produção de projetos habitacionais de baixo custo, com dimensões ‘mínimas’²¹. As vilas operárias surgem como exemplo desse modelo.

Paralelo a todo processo, registra-se no período considerável produção ideológica referente à concepção de modelos habitacionais. No ano de 1931, foi

¹⁹ MORA, Luis de la (1996).

²⁰ BONDUKI, Nabil - 1998, p. 73.

²¹ Em relação à essa questão, ANDRADE (1981), afirma: ‘o conceito de casa mínima está ligado às transformações pelas quais vem passando a sociedade ao longo de sua história. No geral, esse conceito explicita a habitação como um bem fundamental, constituída de espaços estritamente necessários ao atendimento das funções básicas do homem e se propondo a atender às necessidades econômicas, sociais e psicológicas do indivíduo e do grupo familiar’.

realizado o I Congresso de Habitação popular, onde se discute técnicas construtivas, racionalização do processo construtivo, os novos materiais, etc. Da mesma forma, o I Congresso Pan-Americano de Vivenda Popular, acontece em Buenos Aires em 1939, trazendo em suas contribuições a ênfase à mentalidade “estatizante” no processo de produção da moradia, através de recomendações como a criação de comissões técnicas, legislação especial para habitação popular e instituto para intercâmbio de informações entre países.

No mesmo período, as diretrizes da arquitetura moderna se difundem, determinado renovação de tipologias de projeto para habitação social, processos construtivos, programas habitacionais, modos de morar, etc. A busca pela racionalização na concepção e construção da habitação popular.

Essas posturas acabam por determinar a superação da reprodução em miniatura da casa burguesa em vários projetos voltados para a provisão da habitação popular. Alguns conjuntos habitacionais verticalizados, construídos na década de 40 no Brasil exemplificam a influência destes preceitos modernistas. Conjuntos como o Pedregulho construído no Rio de Janeiro com projeto de Afonso Eduardo Reidy, traduzem a concepção modernista de projeto e de vida. Economia, racionalização, estandardização, valorização do espaço público e do uso comunitário, representavam a crença numa nova forma de produzir ‘espaço e sociedade’.

No Recife, entretanto, na produção da habitação popular, nem todas as diretrizes do modernismo foram adotadas. Embora o discurso modernista passasse a influenciar profissionais locais, no que diz respeito aos conceitos de ‘habitação projetada para a existência mínima’, implantação de equipamentos coletivos e espaços de serviço para uso comunitário em conjuntos habitacionais, nas residências construídas pela Liga Social Contra o Mocambo, a tipologia se apresentou submetida ao clima e condicionantes regionais, como a oferta de matéria-prima, mão-de-obra e espaço urbano.

Nesse sentido, observa-se que profissionais da época, mesmo em sintonia com as correntes modernistas, afirmavam desconhecer um ‘modelo ideal’ que tivesse qualidades suficientes para substituir, frente ao clima e condições locais, a casa em alvenaria com cobertura em telha cerâmica²².

As ações resultantes da Comissão de Padronização, criada em 1939, refletem essa postura. A comissão, que objetivou organizar um plano de produção de materiais de construção e de definição modelo de telhas, tijolos e esquadrias a serem utilizadas, através de pesquisa junto às indústrias cerâmicas, olarias e serrarias do estado, estabelece como padrão para a produção local a utilização predominante da alvenaria e telha cerâmica. O condicionante climático surge como determinante da caracterização tipológica, e os alpendres e quintais são utilizados em detrimento das propostas modernistas, de lajes e teto jardim.

²² Ver Martins, Jorge. In: *Boletim do Serviço Social Contra o Mocambo*, ano I, 1948, p. 12.

Figura 3- vila construída pela Liga Social contra o mocambo



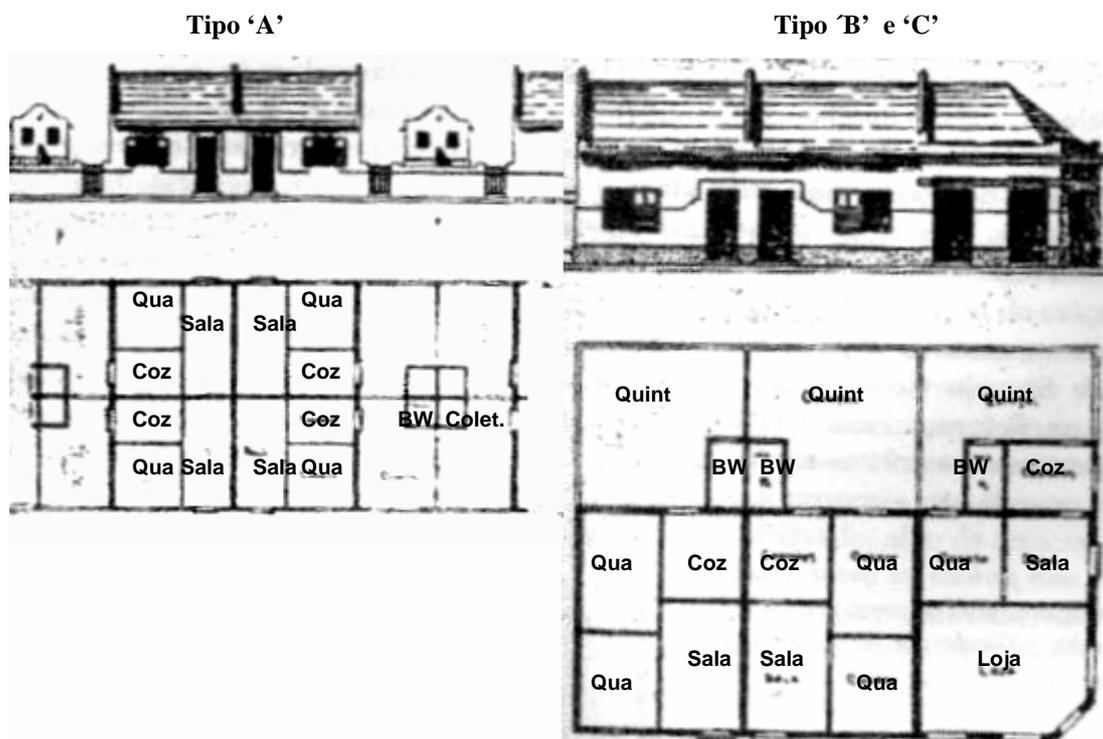
Fonte: Divisão de iconografia da Fund. Joaquim Nabuco.

Quanto ao tipo de planta das casas, registra-se que foram colocados à disposição dos responsáveis pela execução das habitações oito projetos tipo. Sete dessas plantas padrão possuíam sala, dois quartos, cozinha e ‘gabinete sanitário’, o oitavo tipo apresentava o mesmo programa, contando apenas com um quarto. Na definição dessa tipologia não é constatada a participação da população, pelo contrário, como um dos critérios para a locação de uma casa era a impossibilidade do morador reformar ou modificar o espaço interno das casas, estava proibido aos inquilinos alterar a disposição das portas, janelas e ferrolhos, e também fixar pregos na parede para pendurar retratos, enfeites, roupas, ou outros objetos.

Ainda em relação à proposta arquitetônica, CÉZAR E COSTA (1982) afirmam que as vilas seguiam o modelo europeu, nem sempre correspondente ao que constituía

na época, as aglomerações urbanas. Dentro desses parâmetros a Vila Operária de São Miguel, em Afogados que foi a primeira realização da Fundação da Casa Operária.²³

Figura 4- Tipologias de casas da Vila São Miguel, Afogados.



Fonte: Lira, José Tavares, 1998, p.197.

O projeto da vila contava com 144 casas, distribuídas em três diferentes tipos. As casas do tipo 'A' eram 64, de menor área, ocupavam as quatro quadras centrais do conjunto. Estas não possuíam quintais e eram conjugadas nas laterais e nos fundos. O tipo 'B', 72 casas, contavam com amplos quintais e acopladas apenas pelas laterais, essa tipologia ocupava as quatro quadras externas do conjunto. Com oito unidades, o terceiro tipo ocupava os lotes das cabeças de quadra, estas apresentavam área maior que as anteriores²⁴.

²⁴ Guia Social do Recife, 1943.

Verifica-se que, mesmo diante do controle do uso e ocupação dessas unidades, em alguns casos a população passa a interferir nos projetos edificados, alterando as características em função de suas necessidades. Por exemplo, na das Vilas das Lavadeiras, no projeto inicial não se observava a existência de muros, entretanto, estes foram posteriormente construídos pela população, com vários modelos e tamanhos, anulando a resistência institucional. Contudo, esses exemplos são raros, a produção habitacional do período caracterizou-se pela construção de unidades padronizadas, condicionadas por determinantes econômicos e por vezes, ideológicos, desvinculado da participação popular. Ao usuário ficou restrito apenas o ‘direito’ de ocupar a casa de acordo com as normas estabelecidas²⁵.

Durante sua atuação a Liga destrói, aproximadamente, 12 mil mocambos, e só constrói 5 mil casas. Os restantes vão ocupar Casa Amarela, ou retornaram às suas cidades de origem.

Após a Segunda Grande Guerra, a campanha contra o mocambo perde o apoio da sociedade civil e tem início a centralização da política habitacional brasileira em âmbito federal, nesse contexto é criada a Fundação da Casa Popular, que estabeleceu articulações com Institutos de Aposentadorias e com o Serviço Social Contra Mocambos.

Com desempenho pouco relevante, a Fundação foi extinta no início dos anos 60, quando tem início a política de provisão habitacional centralizada pelo governo através do Banco Nacional de Habitação (BNH), deslanchando o processo de construção dos

²⁵ Muitas dessas vilas, em períodos posteriores, livres da ‘fiscalização’, passam a apresentar transformações em suas características físico-espaciais, revelando, a partir do processo de reforma da casa determinado pelo usuário, a busca deste pela adequação do espaço as suas necessidades e aspirações.

conjuntos habitacionais periféricos e padronizados. Como será visto, os determinantes processuais adotados nesse período fazem emergir, com traços mais fortes, espaços habitacionais desarticulados da realidade da população.

1.3.2 Os conjuntos habitacionais da COHAB/PE

Do modelo de gestão habitacional implementado através do BNH e COHABs, resultou uma produção habitacional em série, caracterizada pela padronização e verticalização das tipologias e pela transferência da população pobre para a periferia da cidade.

O decorrer dos anos 60 é marcado pelo período de intervenção mais profunda do Estado na política de provisão habitacional, esta é centralizada pelo governo. Desenvolve-se uma política de exaltação da casa própria, do setor de incorporação e do capital financeiro, para o processo de provisão habitacional massiva.

As diretrizes desta política baseavam-se na eliminação das favelas, sendo a reposição das habitações efetuada através da construção de grandes conjuntos habitacionais periféricos, cada vez mais longe do centro das cidades²⁶.

Observa-se que o ambiente habitacional construído surge como produto do ‘modo de fazer, segundo CARVALHO, 1982, a natureza peculiar dos conjuntos

²⁶“*aqui não tinha transporte, nem esse supermercadozinho, não tinha as farmácias que têm hoje, padaria, tudo isso aí nós íamos buscar lá fora. Muitas vezes o ônibus ficava lá dentro da areia e nós dalí pra cá arrastávamos tudo na cabeça, nós levávamos muito nome de índio aqui em cima, inclusive diretores da COHAB passaram a dizer que o pessoal da UR-1 era índio.*” Depoimento de morador da UR-1, o primeiro conjunto inaugurado pela COHAB em julho de 1966, ETAPAS, “UR-1, lutando venceremos”, Recife, 1990, p.27

habitacionais parece manter estreita relação com seu processo de produção, que condiciona a oferta de moradia aos critérios de economia de escala, reduzindo a possibilidade de escolha e/ou participação do beneficiário final, ou seja, fundamentado na intervenção do Estado como patrocinador do processo, na participação das empresas construtoras, que visavam a maior rentabilidade do investimento, mesmo comprometendo a qualidade da construção²⁷, e na atuação dos técnicos, submetida aos condicionantes financeiros, institucionais e as concepções projetuais do momento. Em relação à este último, registra-se que a influência da concepção funcionalista, em vários exemplos, traz para a arquitetura local características como a padronização e ‘impessoalidade’. O discurso da época enfatizava a substituição das edificações unifamiliares pela implementação de tipologias multifamiliares, ressaltando a racionalização das propostas. Dessa forma a concepção do projeto se dava de maneira isolada através da atuação do técnico, sem a participação da população. Por conseqüência, como nas soluções dos períodos anteriores, a caracterização do espaço habitacional refletia as definições dos técnicos, nem sempre sensíveis às necessidades e aspirações da população.

Diante desses de fatos, o espaço habitacional produzido caracterizou-se pela desarticulação em com o entorno, pela homogeneização e ‘engessamento’ do partido arquitetônico da unidade habitacional.

²⁷ Em relação ao tipo de construção registr-se em depoimento do então diretor técnico da COHAB/PE, Sr. Geraldo Araújo o emprego do modelo convencional, padronizado, utilizando tijolo e telha cerâmica, em mais larga escala, e em menores proporções a implementação da técnicas racionalizadas ou industrializadas, com materiais pré-fabricados. Anais do Seminário de Habitação Popular, SEHAB/PE, 1982.

Em relação ao projeto da casa, convém ressaltar que, embora fosse verificada uma certa variação nas tipologias implantadas, para a maioria da população pobre ficava reservada a casa embrião, visto que a renda requerida para o acesso às outras tipologias não fazia parte de sua realidade financeira.

O processo de consolidação dos conjuntos habitacionais, por conseguinte, é marcado por transformações tanto nos espaços coletivos como no projeto da casa, expressando a busca dos moradores pela adequação dos espaços às suas necessidades e aspirações e na tentativa do usuário imprimir sua identidade no espaço habitado, frente à padronização das propostas²⁸. Nesse contexto, verifica-se a realização de reformas na planta dos apartamentos, com obras muito arrojadas, as vezes colocando em risco a estabilidade estrutural do edifício caixão, construído em alvenaria estrutural.

Figura 5: Conjuntos Habitacional de Vila Rica, construído pela COHAB - Curado-PE, 1980.



Fotos do período da inauguração: 1980

²⁸ Sobre estudos de avaliação pós ocupacional em conjuntos habitacionais ver trabalhos de VALADARES, L., 1978; TURNER, J., 1977; DUARTE, C., 1993; MONTEIRO, C. & LOUREIRO, C., 1994, entre outros.



Foto do período de 2001

Fonte: Catálogo 'Ações da COHAB, 1981' Arquivo da Prefeitura do Recife/PE; RAMALHO, 2001.

Além disso, aqueles moradores que eram transferidos das favelas para os conjuntos habitacionais acabavam voltando para as áreas centrais da cidade devido às dificuldades de encontrarem condições de geração de renda e emprego nas proximidades daqueles conjuntos habitacionais construídos nas distantes periferias urbanas. Era perceptível a dificuldade de encontrar condições de geração de renda e emprego nas proximidades dos conjuntos habitacionais construídos nas periferias urbanas.

Somando-se a inadequação de aspectos financeiros e físicos do sistema de provisão habitacional implantado, a existência de grande parcela da população à margem desse processo, retratava a ineficiência social da proposta. Registra-se que a promoção estatal de habitações nesse período foi, na maioria das vezes, seletiva e

dirigida aos segmentos de maior poder aquisitivo. De valor de uso, como área de interesse social, a habitação transformou-se em meio de garantia da rentabilidade financeira.²⁹ Por consequência, a população mais pobre, ao ser excluída das políticas oficiais, se viu obrigada a construir suas casas em locais à margem da cidade formal com materiais de construção constituídos, na sua maioria, de sucatas e outros materiais de precária qualidade.

As ações referentes à problemática habitacional do período, caracterizam-se pela a ineficiência no atendimento a população de mais baixa renda e pela inadequação qualitativa. Nesse sentido, o processo de provisão da habitação popular é marcado por uma produção capitalista e por um processo de concepção desvinculado da participação do usuário, se mostra incompatível com a realidade do contexto. Muitos espaços projetados pelos produtores ‘formais’ (técnicos, instituições), não estabelecem relação com a cultura e prática cotidiana³⁰ dos habitantes, representando, por vezes a materialização de valores indiferentes à realidade dos usuários, comprometendo o resultado final do espaço produzido.

Como afirma COUTINHO (1970) ‘...se o autor não se esmera nas identificações, o abrigo arquitetado terá de sofrer reformas que imporá o residente. Este procederá como se arquiteto fora, porque o profissional lhe fixou um albergue que o resguardaria da mesma forma que a qualquer outro, tudo recaindo na plenitude meramente genérica’.

Nessa dinâmica, o próprio processo de atuação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o desajuste econômico e as transformações políticas do período foram

²⁹ PERES, 1994.

³⁰ Nesse trabalho práticas cotidianas são entendidas como atividades rotineiras que viabilizam e representam a materialização das relações sociais, inseridas num contexto econômico-temporal.

alguns dos fatores que concorreram para o fracasso desse sistema. Assim, no decorrer da década de 70, mesmo com a ação dos modelos convencionais, conjuntos habitacionais construídos nas periferias, verifica-se a emergência dos programas alternativos, caracterizados por implantarem processos de legalização e urbanização em assentamentos populares no local de origem,

Segundo SOUZA 1990, os programas alternativos abrangem um amplo espectro de formas de atuação governamental que têm como característica comum o recurso à participação da ‘população alvo’ em algum nível do processo da produção da moradia: o planejamento, a administração ou a construção. Com contrapartida lógica, essas políticas supõem uma redefinição dos níveis de intervenção do estado.

1.3.3 Programas alternativos: valorização das características da habitação popular

Em contraste com o programa convencional de provisão de habitações acabadas, as estratégias alternativas, expressas predominantemente – quer na forma de programa de lotes urbanizados, quer na urbanização de favelas – fundamenta-se no diálogo entre o ambiente construído e a realidade da população.

Embora se verifique que, a princípio, algumas intervenções tenham revelado traços dos programas convencionais, os programas alternativos abandonam o processo de relocação e relegam, a um plano secundário, a edificação de grandes conjuntos habitacionais, que se mostraram pouco flexíveis e mal localizados na malha urbana. As intervenções dirigidas à produção e melhoria dos espaços habitacionais passam a ser

implementadas no local de origem da população, considerando as características específicas do ambiente físico e sócio-cultural existente.

A partir do final da década de 70, uma série de programas com diretrizes alternativas de intervenção são instituídos. Em Pernambuco através da Diretoria de Programas Especiais, criada na COHAB-PE, são viabilizados Programas Alternativos voltados para absorver as pressões sociais conseqüentes das transformações desta fase, quando a abertura política, a emergência dos movimentos populares e as reivindicações contribuem para não haver mais remoção das favelas e sim para a recuperação dos assentamentos “sub-normais”.

Nesse contexto o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), já havia sido criado desde 1975 atendendo famílias com rendimentos de até 3s.m. Pretendia-se, com esse programa, fornecer condições de saneamento e infra-estrutura básica, reservando ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas disponibilidades financeiras e prioridades habitacionais

O Financiamento da construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (FICAM), criado em 1977, trouxe a perspectiva de propiciar, não só a autoconstrução, como a auto promoção da habitação, enquanto alternativa efetiva aos programas convencionais.

Em 1979 foi criado e implementado o Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR). Constituindo-se, essencialmente, um programa de urbanização de favelas, envolveu também projetos de novas habitações.³¹

³¹ MORA, Luis de la, 1989

O PROMORAR traz implícita a oposição aos métodos de remoção. Prevendo a urbanização da favela, a legalização dos lotes e a incorporação da população envolvida como sujeitos em sua implantação, representou um reconhecimento do fracasso de velhos métodos pelo ônus sócio-político gerado.

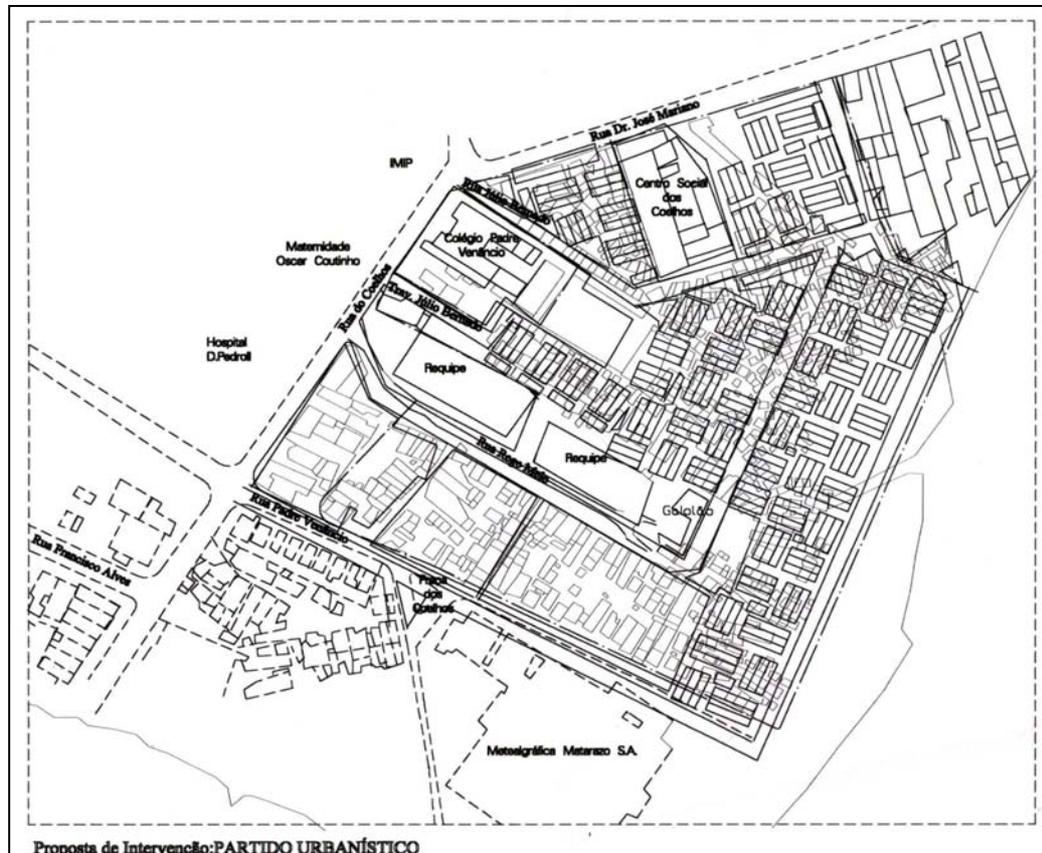
Embora incorporando o discurso da participação popular, sua atuação adotou, predominantemente, o regime de construção por empreiteira, constituindo-se este um dos pontos que o distingue, fundamentalmente, dos programas implantados no pós 1987³².

A operacionalização do programa demandou, em alguns casos, remoção completa da favela e posterior reassentamento, ou remoção de habitação no interior das favelas para implantação da infra-estrutura urbana.

A participação popular no âmbito do PROMORAR restringiu-se, praticamente, às negociações para implantação do programa no assentamento. A intervenção ocorrida na comunidade dos Coelhos em 1981, exemplifica a atuação do PROMORAR.

³² Ibidem

Figura 6: Urbanização da ZEIS Coelhos, Recife/PE; programa PROMORAR.
Fonte: URB, Recife, 1997.

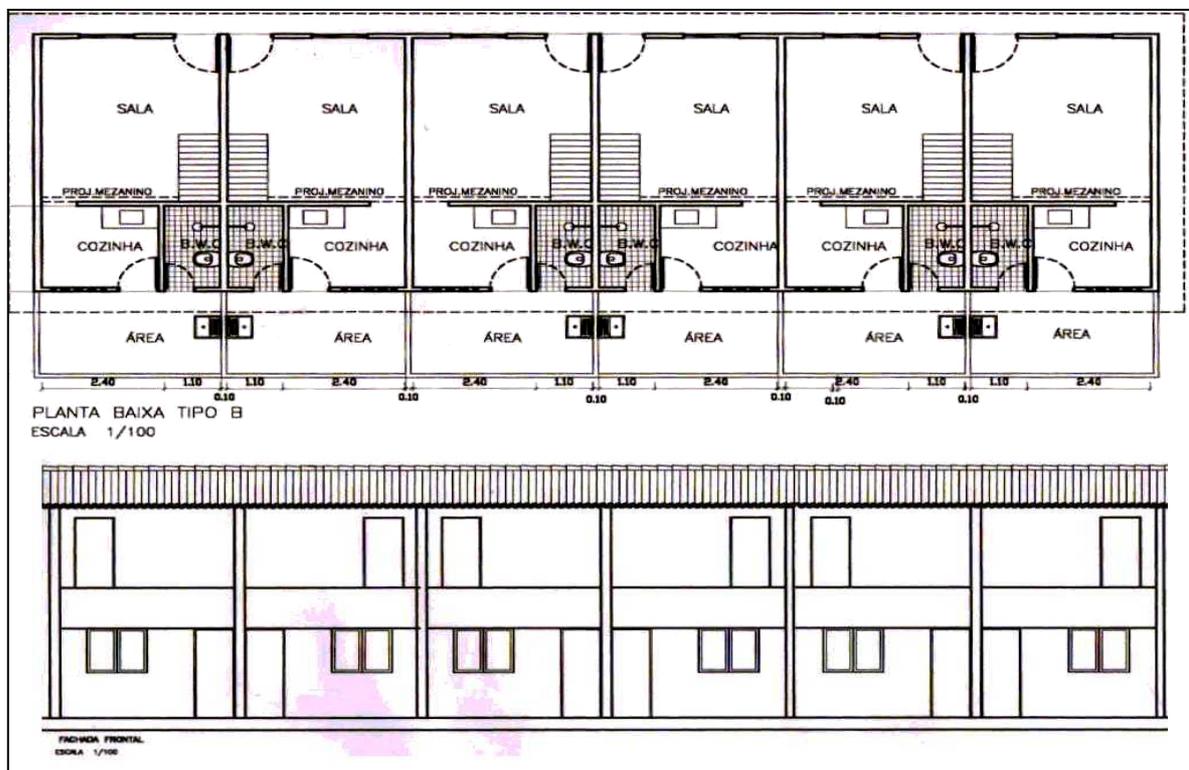


Embora adotando diretriz alternativa de intervenção apresenta projeto urbanístico e arquitetônico de características convencionais.

Diante da determinação da população de permanecer no mesmo bairro e da escassez de terreno, foi apresentado projeto para construção de 1.046 residências conjugadas de térreo e primeiro andar cuja área, (42 m² de construção e 7 m² de área livre), foi definida diante do número de edificações e da área total disponível nesse setor (6,98 ha), considerando o acréscimo dos terrenos a serem desapropriados e das áreas de mangue a serem aterradas.

Registra-se que a tipologia definida, não resultou de um processo participativo de elaboração e embora tenha respondido à demanda quantitativa, não se adequou às necessidades e aspirações do usuário em relação a aspectos físico-espaciais, como por exemplo, a locação de quartos apenas no primeiro pavimento, ou confinamento à área de serviço na parte posterior da casa³³.

Figura 7 - Tipologia habitacional implantada na ZEIS Coelhos, através do programa PROMORAR, 1981.



Fonte: Catálogo Programa PROMORAR-Coelhos, Empresa de Urbanização do Recife-URB, 1981.

³³ BRASIL, F. (1998)

O Governo instalado em Pernambuco, em 1987, adota como princípios substituir o caráter de provedor da habitação em si, pelo de promotor, de modo que a intervenção governamental se desse nos pontos de estrangulamento do sistema. Promove, em primeiro plano, o acesso à terra e à infra-estrutura básica e, num segundo plano, apóia a produção da habitação em si, através do financiamento do material de construção e da assistência técnica no canteiro de obras.

O elenco de programas formulados foi, em parte, viabilizado através do Programa Construção, Melhoria e Inquilino (PROHAP) - aprovado em 1987, o Programa Lotes Urbanizados e o Programa Urbanização de Favelas. Outros programas, tais como, Legalização da Posse da Terra e Aterro, foram viabilizados através do convênio MHU / FIDEM com recursos do Banco Mundial. Implantou-se, também, através da COHAB-PE, o Programa Mutirão Habitacional, da SEAC, que utilizou, basicamente, a estrutura operacional montada para o Programa Construção e Melhoria de Habitações que adota o regime de auto-construção, o qual confere à política implantada nesse período o seu traço mais forte. Em Pernambuco esta linha de atuação concretizou-se através do Programa CHÃO E TETO, onde tinha como objetiva a auto construção e melhoria de habitações³⁴.

³⁴ DE LA MORA, Luís 1989

A planta do tipo 'A' e composta por sala, 2 quartos, cozinha, área de serviço e banheiro externo, totalizando 41,43 m² de área construída; e a do tipo 'B', apresentava sala, 2 quartos, cozinha, área de serviço e banheiro interno numa área de 40,46 m². Ambas eram especificadas em alvenaria, com portas e janelas em esquadrias de madeira, telhado em duas águas, com telhas cerâmica. Juntamente com o projeto arquitetônico, acompanhava os projetos elétricos, hidráulicos e o de fundação.

Embora os projetos tenham sido divulgados para população, muitas das melhorias e construções realizadas não seguiram as definições das plantas, revelando soluções espaciais específicas. Destaca-se que no processo de execução da obras, as visitas dos técnicos da Companhia de Habitação Popular (COHAB) quase não aconteceram, fato que pode ter propiciado a modificação dos mesmos, somando-se a necessidade adequação dos projetos, pelos próprios moradores às suas necessidades, pode ter contribuído com as alterações no projeto original. Quanto aos melhoramentos urbanísticos, estes foram realizados a partir de intervenções pontuais desvinculadas do programa chão e teto, porém executadas no mesmo período.

Diante de um processo político de pressão e negociação dos movimentos populares, assessorados pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese do Olinda e Recife, no contexto político da redemocratização e da primeira eleição direta para prefeito da capital depois do período militar, em 1983, são instituídas no Recife as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), na Lei de Uso e Ocupação do Solo do

Recife³⁵. Estas definidas como assentamentos habitacionais populares, surgidos espontaneamente a partir de ocupações em áreas públicas e privadas, não dispendo de infra-estrutura básica de urbanização e sem ter a sua situação fundiária regularizada.

Para o processo de urbanização da ZEIS, foi implantado o Plano de Regularização das Zonas de Interesse Social (PREZEIS) – que é uma Lei Municipal (Nº 14.947/87), aprovada em 1987, que fixou normas, procedimentos e a estrutura de gestão, visando promover a urbanização e a regularização fundiária das ZEIS, procurando garantir a inclusão de áreas populares no planejamento urbano.

Deve-se ressaltar que o plano atua com maior intensidade na melhoria urbana do espaço habitacional. A construção, ou reconstrução de casas acontece por consequência da necessidade de adequação ao parcelamento, ou em casos de extrema precariedade. Contudo, comprova-se que, com as melhorias coletivas (esgotamento sanitário, pavimentação, drenagem, construção de equipamentos comunitários, etc.), a população local passa a realizar reformas na sua moradia³⁶.

Um dos princípios contidos na Lei do Plano de Regularização das Zonas de Interesse Social (PREZEIS) é possibilitar a permanência da população das ocupações em seus locais de origem desde que essas áreas ofereçam condições de serem urbanizadas e legalizadas. Dessa forma, a lei determina a adequação da propriedade à sua função social, a priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade.

³⁵ DE LA MORA, Luis 1989

³⁶ Ver Pesquisa “Atuação do Prezeis na ZEIS João de Barros”, LEAL, Sueli Ribeiro, 1988.

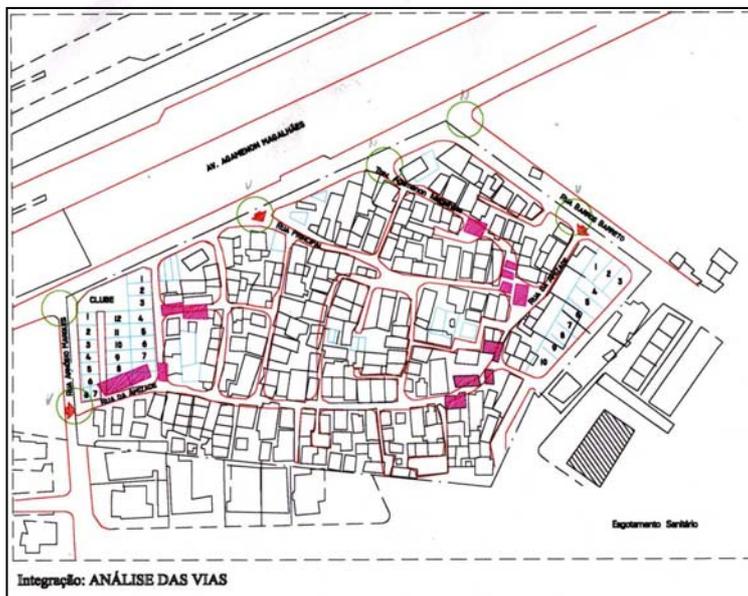
Outro princípio que se destaca nas diretrizes da Lei do PREZEIS como fator diferencial, é a postura adotada em relação ao processo de intervenção, onde a lei determina a urbanização e regularização das áreas respeitando suas características de origem. Assim a Lei “inaugura” uma forma diferenciada de promover a reestruturação de assentamentos, garantindo sua inclusão na cidade formal sem, no entanto, desconsiderar as especificidades de cada área³⁷.

A Lei do PREZEIS instituiu instrumentos urbanísticos e jurídicos para viabilizar a urbanização e regularização fundiária das ZEIS, reconhecendo o espaço habitacional consolidado como parte da cidade e a população como um importante segmento social a ser consultado nas diversas etapas relativas ao planejamento e implantação da urbanização e regularização fundiária nas ZEIS³⁸. A intervenção na ZEIS João de Barros exemplifica esse processo.

³⁷ O controle efetivo da utilização do solo urbano na ZEIS, a preservação do meio ambiente natural construído, a implementação de estrutura básica, serviços, equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS, a extinção da especulação imobiliária em relação às áreas urbanas situadas nas ZEIS, evitando o processo de expulsão dos moradores, e indispensavelmente, o incentivo das atividades de geração de emprego e renda nas ZEIS, também participam das diretrizes da Lei. Lei do PREEZEIS 14.947/87.

³⁸ O caso da comunidade de Brasília Teimosa, pode ser citado como exemplo antecipatório da participação popular no processo de urbanização do assentamento. Diante da proposta de urbanização feita pelo governo (1977-1978) baseada em diretrizes convencionais de intervenção, os moradores assumem postura participativa no processo, exigindo a conservação das características originais do assentamento, garantindo a inclusão da área no planejamento urbano a partir da regulamentação de padrões específicos e também reivindicando a permanência dos moradores no local, impedindo que a inserção espacial atuasse como fator de remoção branca, DE LA MORA, Luis 1989.

Figura 9 - ZEIS João de Barros / projeto de urbanização - PREZEIS



Fonte : URB / Recife/PE.

Figura 10 - ZEIS João de Barros - tipologia habitacional - PREZEIS



Fonte : URB / Recife/PE.

Através da Comissão de urbanização e legalização (COMUL), responsável pela assessoria técnica e espaço de discussões entre técnicos e comunidade, foram estabelecidas definições relativas ao planejamento e fiscalização do programa a ser desenvolvido na ZEIS João de Barros. Os pareceres do processo foram enviados à Empresa de Urbanização do Recife (URB), ficando esta responsável pelo julgamento das ações. Adotou-se aqui um processo caracterizado pela articulação entre o órgão responsável pela intervenção, representado pelos técnicos, e a comunidade, a partir de reuniões realizadas na Empresa de Urbanização do Recife (URB) e na própria Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Para o processo de implantação do plano foram definidos os seguintes princípios:

- Priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade;
- Controle efetivo da utilização do solo urbano na ZEIS;
- Preservação do meio ambiente natural construído;
- Implementação de estrutura básica, serviços, equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS;
- Incentivo da participação comunitária no processo de urbanização e regularização fundiária da ZEIS;
- *Respeito à tipicidade e característica das áreas quando das intervenções;*
- Fortalecimento das atividades de geração de emprego e renda nas ZEIS.

nesse contexto, registra-se como diretriz principal do plano proporcionar melhorias do espaço habitacional, possibilitando elevações no nível de vida da

população, considerando as características existentes e o direito de permanência da população no espaço habitacional de origem. De acordo com estas diretrizes, verifica-se que o projeto urbanístico foi elaborado com base na organização físico-espacial existente e em diálogo com a forma de uso e de apropriação do espaço da população local. Quanto aos projetos das unidades habitacionais³⁹, registra-se que foram elaborados através de um processo participativo de concepção, onde a proposta final resulta não só das determinações dos condicionantes financeiros e físicos, mas também da influência dos valores sócio-culturais do usuário. Nesse sentido ressalta-se a relevância das propostas alternativas no que diz respeito ao reconhecimento gradativo da forma particular e diferenciada de ocupação espacial dos assentamentos, contrapondo-se aos processos de provisão habitacional convencionais não correspondentes às necessidades e aspirações da população. Essas iniciam um processo de reconhecimento da especificidade configuracional de cada local e nesse sentido, do modo de caracterização físico-espacial do espaço habitacional determinado pelo indivíduo, de acordo com seus recursos financeiros, técnicos e/ou valores sócio-culturais.

De acordo com o processo de produção habitacional expostos neste capítulo, verifica-se que, o espaço habitacional, é estruturado sob a influência de condicionantes econômicos, técnicos, organizativos, e de desejos e aspirações da família/usuário, por consequência, supõe-se que as características físico-espaciais da habitação popular podem estar associadas à presença desses fatores. Dentro desse contexto, investigação referente à identificação de determinantes da caracterização configuracional da habitação popular em área Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), constitui o

³⁹ Casas relocadas por estarem impossibilitando a implantação do sistema viário.

objetivo deste trabalho e o conteúdo da pesquisa que segue. Esta será realizada a partir da análise dos processos e resultados da implantação das diversas modalidades do programa de produção e melhoria habitacional em área ZEIS, promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF) no Recife.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: O PROGRAMA DE MELHORIA HABITACIONAL E SUAS MODALIDADES ESTUDADAS

Identificar fatores condicionantes da caracterização configuracional da habitação popular no processo de produção e reforma da casa, como já foi dito, é o objetivo central desse trabalho, para tanto são analisadas as mudanças e permanências da caracterização físico-espacial original da habitação, decorrentes da presença de fatores *financeiros, organizacionais, técnicos e sócio culturais* no processo de produção e melhoria habitacional.

As considerações da pesquisa estabelecem relações entre a introdução de recursos nos processos de produção e reforma da casa e as mudanças e permanência da caracterização físico-espacial original das habitações. Objetiva-se com isso detectar a existência de modificações ou permanência que se apresentem de forma constante, independentes da presença dos recursos introduzidos, revelando a influência de determinantes sócio culturais do usuário na construção do espaço habitacional.

Para tanto, realizamos análises das características físico-espaciais das casas, anteriores e posteriores ao programa construção ou reforma promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF), através de experiência piloto implementada em áreas ZEIS do Recife, no período de 1999 a 2000. Essas análises se processaram através da aplicação de questionários e registros de plantas das casas originais e pós-intervenção. Deve-se ressaltar que, em processos de melhoria através de construção,

foi adotada a última moradia do entrevistado como referencial comparativo entre as características originais e as resultantes da intervenção.

Nas análises comparativas, os distintos processos implementados durante as intervenções são classificados em *modalidades* (definidas a partir do processo de intervenção implementado através do programa piloto e da CEF) e em níveis de financiamento distintos. É importante destacar que, em alguns casos, o usuário aplicou recursos financeiros próprios durante a reforma ou construção da casa. Na pesquisa esse acréscimo foi registrado e computado na variável: **recurso financeiro** (nível de financiamento + *recurso próprio*), visto que o valor somado, representando também o aporte financeiro disponível, determinou variações no resultado das melhorias realizadas.⁴⁰

Este procedimento permitiu identificarmos, num primeiro momento, as mudanças e permanências das características físico-espaciais habitação popular, decorrentes da presença de fatores financeiros, técnicos, organizacionais e sócio-culturais. Em tabelas, registramos, de acordo com a classificação dos *parâmetros configuracionais* de análise das características físico-espaciais da casa, as características **técnico-construtivas, espaciais e estéticas** que foram modificadas ou permaneceram após o processo de reforma ou construção da habitação desenvolvido a partir das modalidades de intervenção e do recurso disponível.

Esta observação subsidiou, numa segunda etapa, análises comparativas entre *recursos utilizados e configuração físico-espacial da casa* resultante da intervenção. E possibilitou a **identificação da interferência dos fatores financeiros,**

⁴⁰ Para verificação dos valores de recurso financeiro disponíveis (financiamento + recurso próprio) para cada morador ver: Anexo 2, tabelas A(1, 2 e 3), B(1, 2 e 3) e C(1, 2 e 3).

organizacionais, técnicos e sócio-culturais no processo de produção da habitação popular.

2.1. Estrutura gerencial e formas de implementação

Como foi visto, a produção da habitação popular⁴¹ destinada à população de baixa renda com frequência, esbarra em várias limitações, entretanto, os processos de ordenação espacial vêm se desenvolvendo e se transformando ao longo do tempo.

Mesmo ainda condicionadas à vários fatores burocráticos, políticos, econômicos, etc., novas formas de urbanização vão sendo empregadas em consequência das contribuições teóricas, via instituições e estudiosos, e práticas, impostas pela exigência da própria realidade urbana. Nesta pesquisa, são avaliados os processos de implantação e resultados do programa de melhoria habitacional em áreas ZEIS, projeto piloto, promovido pela Caixa Econômica Federal, o qual apresenta diretrizes alternativas de intervenção.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada marco na conquista de direitos sociais em nosso país, intensifica-se a implantação dos processos de provisão habitacional alternativos.

⁴¹ Segundo a Associação Americana de Saúde Pública (APHA), a habitação deve atender às necessidades **fisiológicas** e **psicológicas** fundamentais, proteção contra transmissão de enfermidades ou contágios e contra acidentes, através de requisitos como: iluminação, ventilação e materiais construtivos adequados, facilidades para desenvolver vida familiar, possibilidade de satisfazer aspirações estéticas referentes ao lugar e seus arredores e integração à vida comunitária e vizinhança, etc.

A partir da instituição da nova Constituição Federal, se processa a redefinição, entre as várias instâncias de poder, das competências e da distribuição de recursos públicos referentes á área de moradia popular, antes responsabilidade da União. Nessa dinâmica intensifica-se, a presença do poder municipal e da implementação de programas alternativos na questão da provisão de moradia para população de baixa renda⁴².

Também nesse momento, a Caixa Econômica Federal (CEF) se destaca como instituição promotora de programas de melhoria e produção de habitações populares através de processos de financiamento para família com renda inferior a dez salários mínimos.

Nas áreas ZEIS do Recife registra-se a implantação desse programa, convergente à atuação do Plano de Regularização das Zonas Específicas de Interesse Social (PREZEIS). No projeto piloto, desenvolvido no período de 1999 a 2000, a Caixa Econômica Federal (CEF), objetivando ‘maior satisfação do usuário na construção ou reforma da casa, e, por conseguinte, menor índice de inadimplência, determina a introdução de novos atores no processo de implantação do programa: liderança comunitária e técnicos de ONG.

Trata-se de um programa de financiamento, destinado a família com renda inferior a dez salários mínimos, exigindo do indivíduo comprovação de capacidade

⁴² Em relação à esse processo o governo local registra: “o governo municipal considera habitabilidade o conjunto de intervenções integradas de controle de uso e ocupação do solo, urbanização, melhoria e ampliação de habitações, relocação das comunidades de risco e tratamento das localidades que não podem ser ocupadas, além dos serviços urbanos ligados à saúde, educação e transporte”. Em ‘Política Habitacional de Interesse Social’, Seminário Municipal, Recife, 2001.

mínima de endividamento, (limite de R\$ 7.000 (sete mil reais) por família), que apresenta como objetivo central promover a melhoria ou produção habitacional através da implantação de carta de crédito, para compra de materiais de construção.

O programa foi desenvolvido para que qualquer pessoa, dentro da faixa de renda estabelecida, possa se dirigir à Caixa Econômica Federal para solicitar um empréstimo, e uma vez cumpridas todas as formalidades, os materiais de construção pagos pelo financiamento seriam repassados para o usuário através de armazéns de construção credenciados, para que o usuário procedesse à realização da construção e/ ou reforma segundo seus critérios técnicos e/ou estéticos.

A direção local da Caixa Econômica Federal (CEF), visando combater as distorções na implantação do programa e assegurar maior qualidade ao produto, promovendo um maior grau de satisfação do morador e, conseqüentemente, um menor índice de inadimplência, resolveu introduzir de forma experimental algumas modificações no processo. A participação da liderança comunitária, a presença da assessoria técnica através de arquitetos, engenheiros e consultores e a inserção da Organização do Plano de Regularização das Zonas Específicas de Interesse Social (PREZEIS), expressam as inovações processuais do programa.

Desta forma, o programa desenvolve-se em modalidades variadas de planejamento e implantação de acordo com os recursos (financeiros, técnicos, organizacionais) introduzidos e, conseqüentemente, com os atores que atuam no processo:

A primeira modalidade de implantação do programa se dá diretamente entre usuário e Caixa Econômica Federal (CEF), introduzindo o **recurso da financiamento** no processo de produção ou melhoria da habitação: *Usuário + Instituição financiadora (CEF)*. Esta é a forma convencional que é utilizada em todo o país.

A segunda modalidade caracteriza-se pela participação das lideranças comunitárias das áreas ZEIS atuando como mobilizadoras e viabilizadoras (acompanhado o processo organizativo e de orientação para cadastramento e preparação de documento). Este procedimento introduz, além do financiamento, o **recurso de apoio organizacional** no processo: *Usuário + Instituição financiadora (CEF) + liderança comunitária*.

A última modalidade é caracterizada por introduzir, no processo de produção e melhoria da habitação popular, **recursos técnicos**, somando-se ao recurso de financiamento e apoio organizacional. Nesta modalidade uma ONG (Organização não Governamental) atuou como agente capacitador a prestar assessoramento técnico: *Usuário + Instituição financiadora (CEF) + liderança comunitária + ONG*. Nessa modalidade, a assessoria técnica atua na definição do projeto habitacional.

Quadro 2 - Modalidades, atores envolvidos e recursos introduzidos

| MODALIDADES | Atores Envolvidos no Processo de Implantação | Recursos introduzidos |
|---------------------|---|---|
| MODALIDADE 1 | Usuário + Instituição financiadora (CEF) | Recurso de financiamento |
| MODALIDADE 2 | Usuário + Instituição financiadora (CEF) + <i>liderança comunitária</i> | Recurso de financiamento + apoio organizacional |
| MODALIDADE 3 | Usuário + Instituição financiadora (CEF) + Liderança comunitária + ONG | Recurso de financiamento + apoio organizacional + assessoria técnica |

O Processo de implantação do programa é desenvolvido através de ‘etapas padrão’, entretanto, em cada modalidade podem ser executadas por atores distintos, como será descrito. Etapas para implantação:

- Divulgação do programa;
- Identificação dos possíveis mutuários e preparação da documentação necessária (processo de cadastramento);
- Solicitação de autorização do empréstimo;
- Elaboração do projeto arquitetônico, conforto ambiental, vegetação, etc.);
- Definição de solução técnico-construtiva (questões relativas à ampliação, reforma, uso de materiais), orçamento dos materiais de construção solicitados com base nos preços das lojas cadastradas;

- Envio de projeto e orçamento para a Caixa Econômica Federal (CEF) para liberação de financiamento;
- Liberação do financiamento;
- Recebimento do material;
- Acompanhamento da obra e resultados.

2.1.1. Modalidade I: recurso de financiamento

Na modalidade I, a etapa de divulgação foi realizada pela instituição nas próprias agências da CEF, contudo é importante destacar a participação dos armazéns de construção cadastrados, que viam na propaganda do programa a possibilidade ampliar suas vendas.

A solicitação de empréstimo foi efetuada pelo proponente, assim como todo o processo de cadastramento (envio de orçamentos, plantas da construção ou reforma, etc.). Ao usuário também ficou reservada a execução das etapas relativas à elaboração e definição do projeto arquitetônico, soluções técnico-construtivas (questões relativas à ampliação, reforma, uso de materiais, etc.), orçamento dos materiais de construção solicitados com base nos preços das lojas cadastradas e tipo de mão de obra para execução do projeto visto que a modalidade caracteriza-se pela relação direta entre instituição financiadora e usuário, sem a disponibilidade de outros recursos (técnicos, organizacionais).

2.1.2. Modalidade II: recurso de financiamento e apoio organizacional

A etapa de divulgação, na modalidade II, se deu de forma participativa, ou seja, com os representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), liderança comunitária e população. Através de reuniões nas comunidades foram repassadas para os moradores as informações necessárias para participar do programa. É interessante ressaltar que, nessas etapas iniciais, também aconteceram reuniões para a apresentação do programa nas agências da CEF, onde as lideranças participaram, representando as comunidades.

Com a introdução do recurso organizacional, a solicitação de empréstimo e todo o processo de cadastramento foram efetuados ‘em parceria’, liderança e usuário, visto que a liderança atuou como agente articulador entre usuário e instituição financiadora.

A execução das etapas relativas à elaboração e definição do projeto arquitetônico, soluções técnico-construtivas, orçamento dos materiais de construção e mão de obra para execução do projeto, como na modalidade I, também ficou a cargo do morador, embora se registre a participação da liderança comunitária, na viabilização do processo.

2.1.3. Modalidade III:recurso de financiamento, de apoio organizacional e técnico

Na modalidade III, a divulgação também foi realizada em processo participativo: com representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), lideranças comunitárias e técnicos em edificações, arquitetos, estudantes de arquitetura e engenheiros, nas próprias comunidades. Registra-se em vários casos, a solicitação de empréstimo, assim

como processo de cadastramento (envio de orçamentos, plantas da construção ou reforma, etc.), foi efetuada pelo morador assessorado por técnicos.

Contudo, é na execução das etapas relativas à elaboração e definição do projeto arquitetônico, soluções técnico-construtivas (questões relativas à ampliação, reforma, uso de materiais), orçamento dos materiais de construção solicitados com base nos preços das lojas de cadastradas e tipo de mão de obra para execução do projeto, que a participação do técnico se efetiva, projetando, orçando e acompanhado a construção, nesse sentido, a participação do morador esteve condicionada ao estabelecimento de relações interativas entre técnico e usuário.

Vale ressaltar que, embora o programa apresentasse como diretriz atender qualquer indivíduo que comprovasse capacidade de indevidamente, declarando sua renda formal e mesmo “informal”, a instituição financiadora apresentou vários obstáculos para aprovação desse cadastro. Esse fato contribuiu para a redução do número de intervenções: aproximadamente 30% das solicitações de cadastro foram aprovadas.⁴³

⁴³ Fonte: relatório de acompanhamento HABITEC, 2000.

2.2. As unidades habitacionais pesquisadas

Como objeto de estudo deste trabalho, temos a configuração físico-espacial das unidades habitacionais produzidas ou reformadas através de três modalidades de intervenção do programa de melhoria e produção habitacional em áreas ZEIS do Recife/PE, promovido pela Caixa Econômica Federal, iniciado a partir do ano de 1999, através de experiência piloto, com participação de lideranças comunitárias e ONG.

Na pesquisa foram avaliadas 45 (quarenta e cinco) unidades habitacionais, casos representativos localizados em 06 (seis) Assentamentos Populares (ZEIS) do Recife/PE.

As unidades habitacionais analisadas nesta pesquisa estão localizadas nas ZEIS Vila São Miguel , Sítio do Berardo, Sítio do Cardoso, João de Barros, Alto do Reservatório e Córrego do Jenipapo.

A partir de solicitação do próprio usuário (opção por financiamento direto), ou em função do nível organizacional de sua área (articulação com lideranças comunitárias, ONGs., PREZEIS, etc.), estas unidades habitacionais foram objeto das três diferentes modalidades de intervenção do programa de financiamento para melhoria e produção habitacional.

Os casos representativos, aqui analisados, foram agrupados de acordo com a *modalidade de intervenção* implementada e *nível de recurso financeiro* utilizado, como demonstra o quadro que segue:

Quadro 3: modalidades, nível de financiamento e nº de unidades pesquisadas

| | Nível de recurso financeiro 1 Até R\$ 3.000,00 | Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00 | Nível de recurso financeiro 3 R\$ 5.000,00 a R\$ 7.000,00 | Nº de unidades |
|---|--|--|---|----------------|
| Modalidade 1 Recurso de financiamento | -Alto do Reservatório: 02 -Córrego do Jenipapo: 02 -João de Barros: 01 Total de unidades: 05 | -Alto do Reservatório: 03 -Córrego do Jenipapo: 01 -João de Barros: 01 Total de unidades: 05 | -Alto do Reservatório: 04 -João de Barros: 01 Total de unidades: 05 | 15 |
| Modalidade 2 Recurso de financiamento e apoio organizacional | -Alto do Reservatório: 02 -Córrego do Jenipapo: 03 Total de unidades: 05 | -Alto do Reservatório: 05 Total de unidades: 05 | -Alto do Reservatório: 05 Total de unidades: 05 | 15 |
| Modalidade 3 Recurso de financiamento, de apoio organizacional e assessoria técnica | -Alto do Reservatório: 01 -Córrego do Jenipapo: 01 -Sítio do Berardo: 01 -Sítio do Cardoso: 01 -Vila São Miguel: 01 Total de unidades: 05 | -Alto do Reservatório: 02 -Córrego do Jenipapo: 01 -Vila São Miguel: 02 Total de unidades: 05 | -Córrego do Jenipapo: 02 -João de Barros: 01 -Sítio do Berardo: 02 Total de unidades: 05 | 15 |
| total | | | | 45 |

O quadro apresenta o número de unidades pesquisadas de acordo com as modalidades implementadas e o nível de recurso financeiro, vale ressaltar que o quantitativo de casos analisados por área se deu em função do número de intervenções ocorridas em cada ZEIS através do programa piloto da CEF.

O quadro que segue apresenta a relação entre as modalidades do programa, os atores inseridos no processo e as áreas ZEIS.

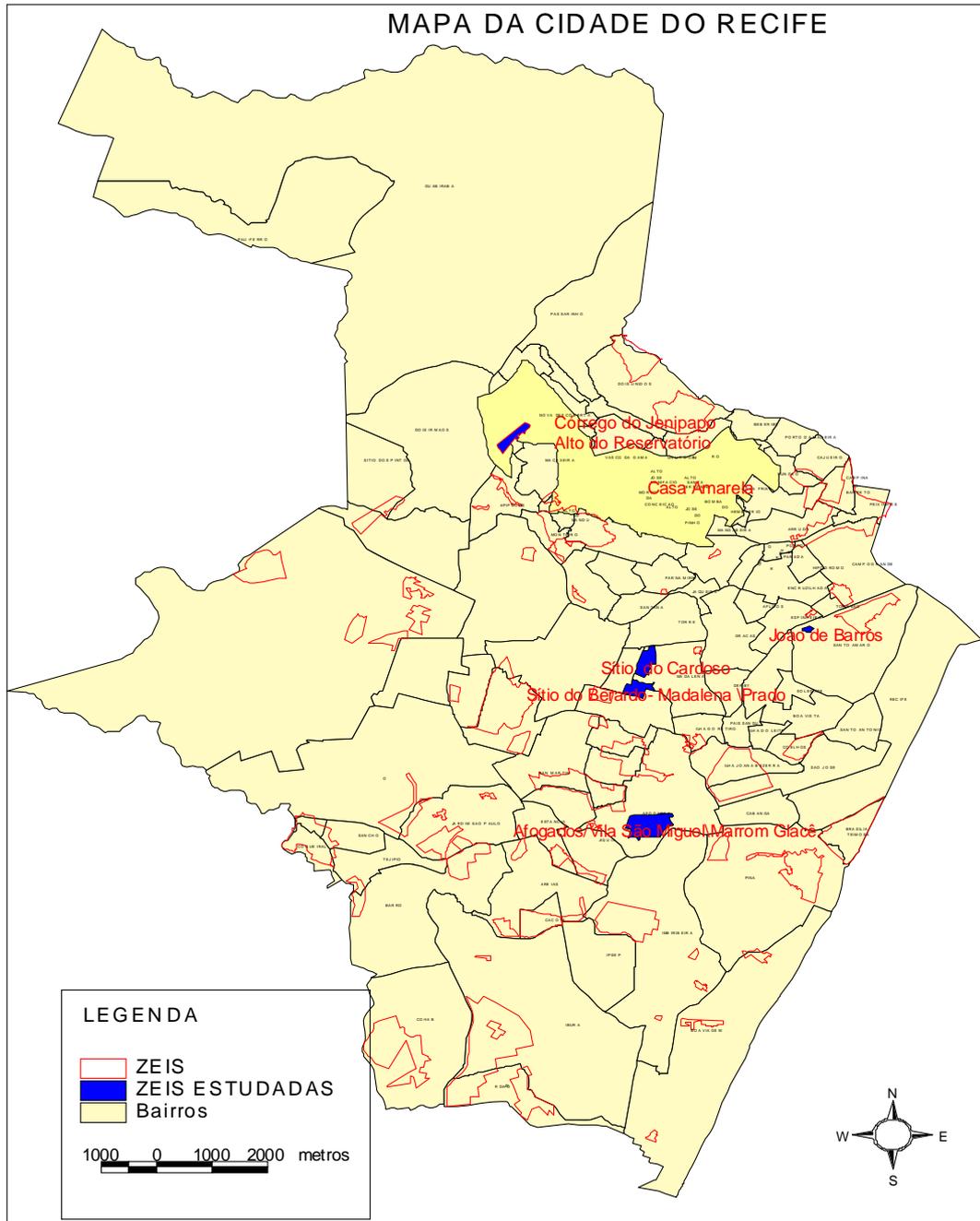
Quadro 4 - Modalidades de intervenção nas diversas áreas ZEIS

| Modalidades | Usuário | CEF | Liderança Comunitária | ONG | Áreas ZEIS ⁴⁴ |
|---|---------|-----|-----------------------|-----|--|
| Modalidade 1 Recurso de financiamento | X | X | | | Alto do Reservatório Córrego do Jenipapo João de Barros |
| Modalidade 2 Recurso de financiamento e apoio organizacional | X | X | X | | Alto do Reservatório Córrego do Jenipapo |
| Modalidade 3 Recurso de financiamento, de apoio organizacional e assessoria técnica | X | X | X | X | Alto do Reservatório Córrego do Jenipapo João de Barros Sítio do Berardo Sítio do Cardoso Vila São Miguel |

É interessante destacar que a implementação da ‘modalidade 2’ nas ZEIS Alto do Reservatório e Córrego do Jenipapo aconteceu como experiência piloto, por consequência da atuação articulada e dinâmica da liderança comunitária e Gerência da agência da CEF – Casa Amarela.

⁴⁴ Como se verifica em algumas áreas foram implementadas mais de uma modalidade de intervenção

Figura 11 - Mapa da cidade do Recife, destaque Zonas Especiais de Interesse Social.



2.2.1. Características espaciais das ZEIS⁴⁵

Alto do Reservatório:

- Aspectos Físicos e Sócio Econômico:

A área localiza-se na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Casa Amarela, Região Político Administrativa 03- (RPA 3). Apresenta uma extensão de aproximadamente 6,19 hectares, com uma população estimada de 1.035 habitantes. Possui um número aproximado de 235 edificações implantadas em área de morro. Por existir um número muito grande de morros (muitos com risco de desabarem) a área apresenta cotas bastante variadas.

A ZEIS, possui mais de dez anos de existência, apresenta uma população com renda média do chefe de família de menos de 1 salário mínimo, sendo classificada como “muito pobre”. A média de anos de estudo da população desta área é de quatro a sete anos.

- Aspectos Gerais da Configuração Espacial:

Tipologia Construtiva: Alvenaria 95% e taipa 5%.

Infra - Estrutura Urbana: Esgoto 0%, drenagem 40% e pavimentação 50%

⁴⁵ Fonte: Cadastro de áreas pobres do RECIFE, PCR/ URB, 1998.

Córrego do Jenipapo:

- Aspectos Físicos e Sócio Econômico:

O assentamento faz parte da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Casa Amarela, Região Político Administrativa 03- (RPA 3). Possui uma área estimada de 19,00 ha, com uma população de aproximadamente 3.610 habitantes e número estimado de 902 edificações implantadas em área de morro.

Com mais de dez anos de existência, apresenta uma população com renda média do chefe de família entre 1 e 2 salários mínimos, com quatro a sete anos de estudo. Registra-se como atividades profissionais desenvolvidas: pedreiro, ambulante, cobrador, servente, motorista, dona de casa, empregada doméstica, secretária, vigia, biscateiro.

- Aspectos Gerais da Configuração Espacial:

Tipologia Construtiva: Alvenaria 95% e taipa 5%.

Infra - Estrutura Urbana: Esgoto 0%, drenagem 20% e pavimentação 60%.

João de Barros:

- Aspectos Físicos e Sócio-econômicos

A Ilha João de Barros se localiza na Região Político Administrativa 01 (RPA – 01), na Zona centro da cidade, Bairro de Santo Amaro. Segundo uma pesquisa realizada, na comunidade, que possui mais de dez anos de existência, existem 316 famílias, cerca de 1.190 pessoas, das quais 87,1% não chegam a ganhar 2 salários mínimos.

- Aspectos Gerais da Configuração Espacial:

Tipologia Construtiva: Alvenaria 95% e madeira tratada 5%.

Infra - Estrutura Urbana: Esgoto 100% e drenagem 80%.

Sítio do Berardo:

- Aspectos Físicos e Sócio-econômicos

Sítio do Berardo é uma ZEIS que se distribui nos Bairros de Prado, Madalena, e Zumbi, localizados na Região Político Administrativa 04- (RPA 4).

Apresenta área estimada de 12,26 ha, com uma população de aproximadamente 2.427 habitantes e número aproximado de 551 edificações implantadas em área de planície. O assentamento, possui mais de dez anos de existência e apresenta uma população com renda média do chefe de família entre 1 e 2 salários mínimos.

- Aspectos Gerais da Configuração Espacial:

Tipologia Construtiva: Alvenaria 95% e taipa 5%.

Infra-Estrutura Urbana: Esgoto 30 %, drenagem 60% e pavimentação 70%.

Sítio do Cardoso:

- Aspectos Físicos e Sócio-econômicos

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - Sítio do Cardoso se encontra no Bairro de Madalena, Região Político Administrativa 04- (RPA 4). Apresenta área

estimada de 10,98 ha, com uma população de aproximadamente 2.415 habitantes distribuídas em um número aproximado de 548 edificações implantadas em área de planície, com loteamentos formalizados. Com mais de dez anos de existência, a ZEIS apresenta uma população com renda média do chefe de família entre 1 e 2 salários mínimos.

- Aspectos Gerais da Configuração Espacial:

Tipologia Construtiva: Alvenaria 90%, madeira tratada 5% e taipa 5%.

Infra-Estrutura Urbana: Esgoto 50%, drenagem 70% e pavimentação 50%.

Vila São Miguel:

- Aspectos Físicos e Sócio-econômicos

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Vila São Miguel localiza-se no Bairro de Afogados, Região Político Administrativa 05- (RPA 5). Apresenta área aproximada de 3,09 ha, com uma população estimada de 951 habitantes, distribuídos num número aproximado de 216 edificações implantadas em área de alagado. A renda média do chefe de família é entre 1 e 2 salários mínimos. Segundo dados do cadastro das áreas pobres do Recife, essa área tem grau de pobreza 'muito pobre'.

- Aspectos Gerais da Configuração Espacial:

Tipologia Construtiva: Alvenaria 60% e restos de materiais 40%

Infra - Estrutura Urbana: Esgoto 0%, drenagem 20% e pavimentação 20%.

3. A INFLUÊNCIA DOS FATORES FINANCEIROS, ORGANIZACIONAIS E TÉCNICOS NAS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS DA HABITAÇÃO POPULAR

As considerações desenvolvidas nesse capítulo buscam identificar a influência de fatores financeiros, organizacionais e técnicos na caracterização configuracional da habitação popular. O que interessa saber é: quais características mudam e quais permanecem constantes com a introdução desses elementos no processo de construção e reforma da casa. Supõe-se que as características que são modificadas ou preservadas, de forma constante no processo de construção ou reforma da casa, independente dos recursos (financeiros, assessoramento técnico e apoio organizacional) disponíveis, resultam da interferência de determinantes sócio-culturais do usuário na construção do seu espaço habitacional.

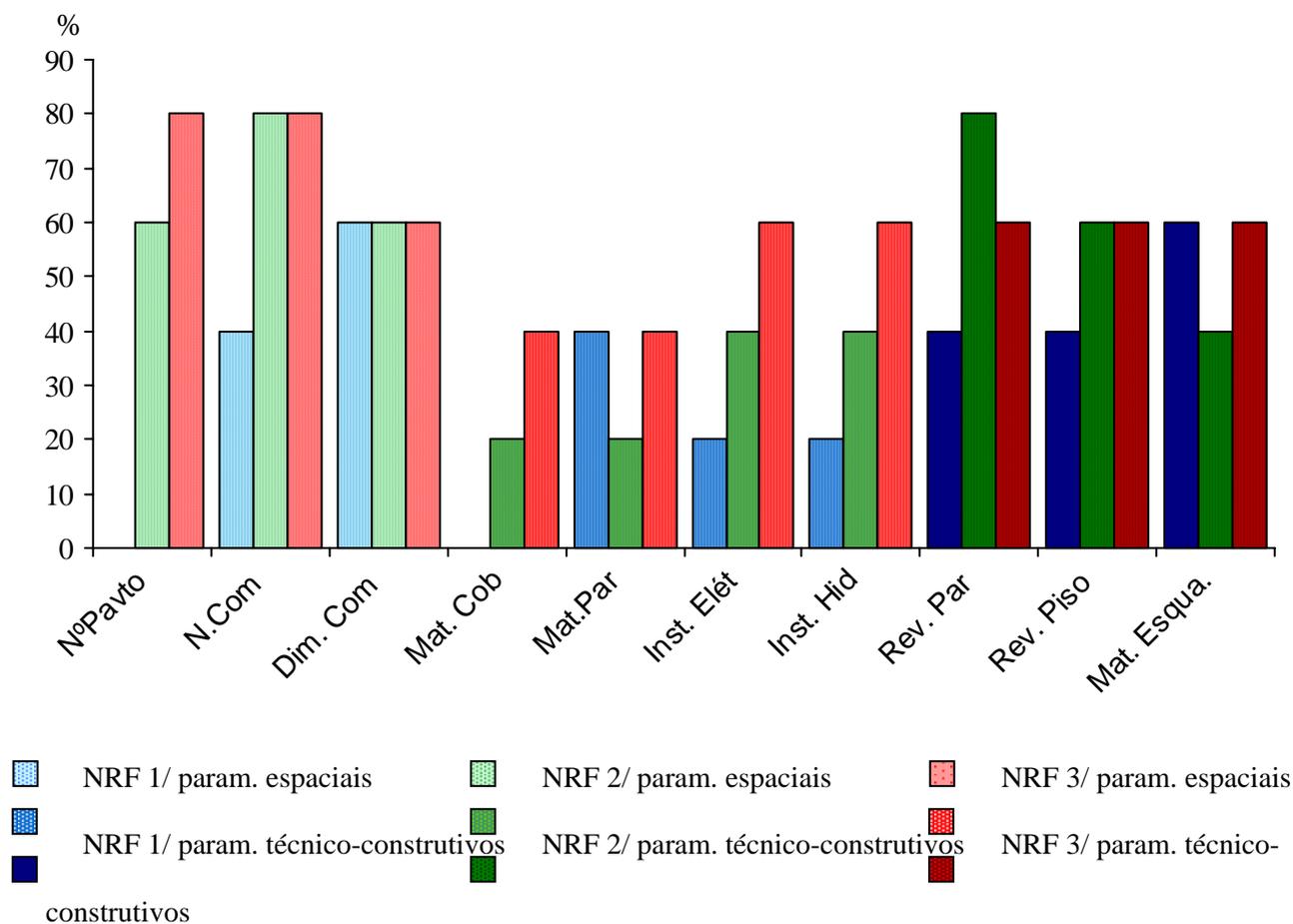
3.1. A disponibilidade de recursos financeiros suplementares e as mudanças e permanências das características arquitetônicas da casa

A avaliação que segue objetiva identificar qual a influência que o recurso financeiro determina na caracterização físico-espacial da habitação popular, através da análise da caracterização configuracional da casa resultante do processo de construção e reforma implementado conforme a *modalidade I* (usuário + CEF). Para esta avaliação, foram detectadas as mudanças e permanências das características físico-espaciais da casa, resultantes dos processos de melhoria implementados a partir de níveis de financiamento⁴⁶ diversos.

⁴⁶ É necessário ressaltar que para as análises posteriores, relativas à interferência de recursos **técnicos, organizacionais e sócio culturais** na caracterização da configuração físico-espacial da casa, o nível de financiamento será também considerado como variável do processo, visto que este recurso é fator/recurso constante nas três modalidades de intervenção analisadas.

3.1.1. Modificações nas características arquitetônicas realizadas nas casa em função do montante do valor do recurso financeiro

Gráfico 1 – Relação entre as modificações identificadas na **Modalidade I** de intervenção e os **níveis de recurso financeiro (NRF) 1** (até R\$ 3.000,00), **2** (de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00) e **3** (acima de R\$ 5000,00) de acordo com os parâmetros de caracterização arquitetônica.



Com base nos dados apresentados, identificamos a presença regular de modificações de parâmetros e estéticos nos três níveis de recurso financeiro,

apresentando, contudo, os parâmetros espaciais o índice médio de modificações mais elevado como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 4 –Índice médio das modificações* dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros.

| | Parâmetros espaciais | Parâmetros técnico-construtivos | Parâmetros estéticos |
|---|-----------------------------|--|-----------------------------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1<R\$ 3000,00 | 33,3% | 20% | 46.6% |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00<NRF 2<R\$ 5000,00 | 66,6% | 30% | 60% |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3>R\$ 7000,00 | 73,3% | 50% | 60% |
| Média de modificações | 57.3% | 33.3% | 55.5% |

*Média do percentual de modificação dos parâmetros de caracterização espacial, técnico-construtiva e estética nos três níveis de recursos financeiros.

Os dados revelam que a intensidade dessas mudanças variara conforme o volume de recursos investidos. Observa-se que, em média, os parâmetros espaciais apresentaram índices de modificações mais elevados onde o nível de financiamento foi maior as modificações dos parâmetros seguiram a seqüência: ampliação de cômodos, acréscimo de cômodos e aumento do número de pavimentos, proporcionalmente ao aumento do recurso financeiro.

Quadro 5 - Principais modificações dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros, segundo os níveis de financiamento⁴⁷

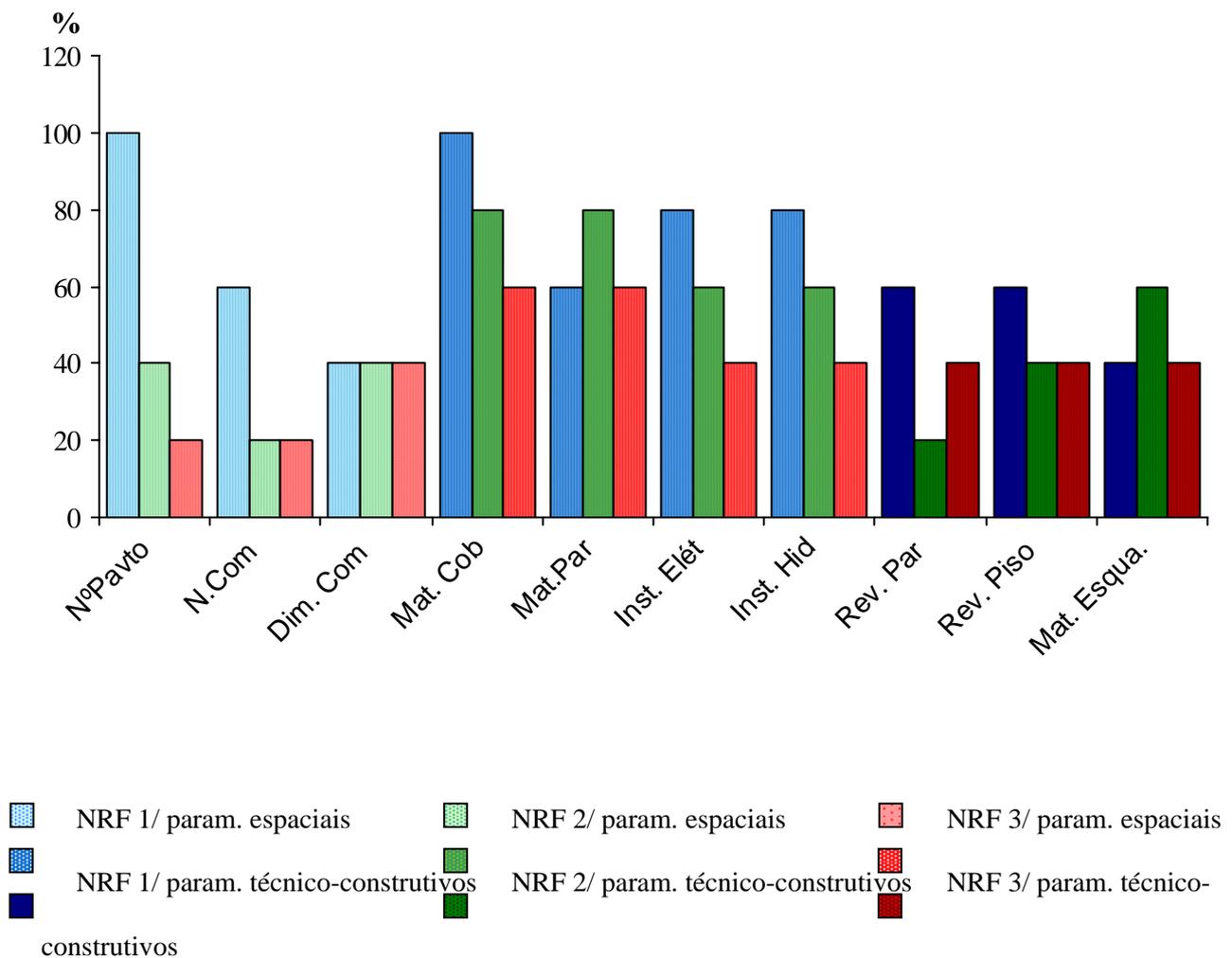
| RECURSO/ Modalidade 1 | Parâmetros Configuracionais | |
|---|-----------------------------|-----------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1 < R\$ 3000,00 | Dimensão de cômodos | ESPACIAS |
| | Material de esquadria | ESTÉTICOS |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00 < NRF 2 < R\$ 5000,00 | Número de cômodos | ESPACIAS |
| | Revestimento de parede | ESTÉTICOS |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3 > R\$ 7000,00 | Número de cômodos | ESPACIAIS |
| | Número de pavimentos | |
| | Material de esquadria | ESTÉTICOS |

Por conseqüência, são identificados como características que permanecem constantes, após o processo de reforma e construção analisado, os parâmetros técnico-construtivos, representando os maiores índices de permanência resultantes das intervenções pesquisadas, como ilustram os gráficos a seguir.

⁴⁷ Relação das modificações que apresentam maior valor percentual no resultado da implantação do processo de melhoria habitacional na modalidade I. Fonte: questionários aplicados jun. 2000 / jun. 2001

3.1.2. Permanências nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor do recurso financeiro

Gráfico 2 – Relação entre as permanências identificadas na **Modalidade I** de intervenção e os **níveis de recurso financeiro (NRF) 1** (até R\$ 3.000,00), **2** (de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00) e **3** (acima de R\$ 5000,00) de acordo com os parâmetros de caracterização arquitetônica.



Através das informações do gráfico, observa-se que os índices de permanência tendem relativos aos parâmetros espaciais e estéticos tendem a diminuir com a elevação do nível de recurso financeiro. Já em relação é verificada com menor intensidade no que diz respeito aos parâmetros técnico-construtivos. Observamos que os mesmos surgem como ‘prioridades secundárias’, em função do exíguo valor do recurso financeiro disponível, propensas a serem executadas em etapas posteriores.

Quadro 6 - Principais permanências dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros, segundo os níveis de financiamento.

| RECURSO/ Modalidade 1 | Parâmetros Configuracionais | |
|--|---|--------------------------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1 < R\$ 3000,00 | Número de pavimentos | ESPACIAIS |
| | Material de cobertura | TÉCNICO- CONSTRUTIVOS |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00 < NRF 2 < R\$ 5000,00 | Material de cobertura | TÉCNICO- CONSTRUTIVOS |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3 > R\$ 7000,00 | Material de cobertura Material de parede | TÉCNICO- CONSTRUTIVOS |

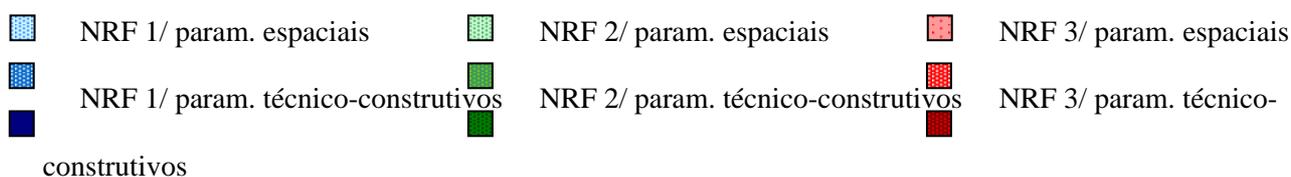
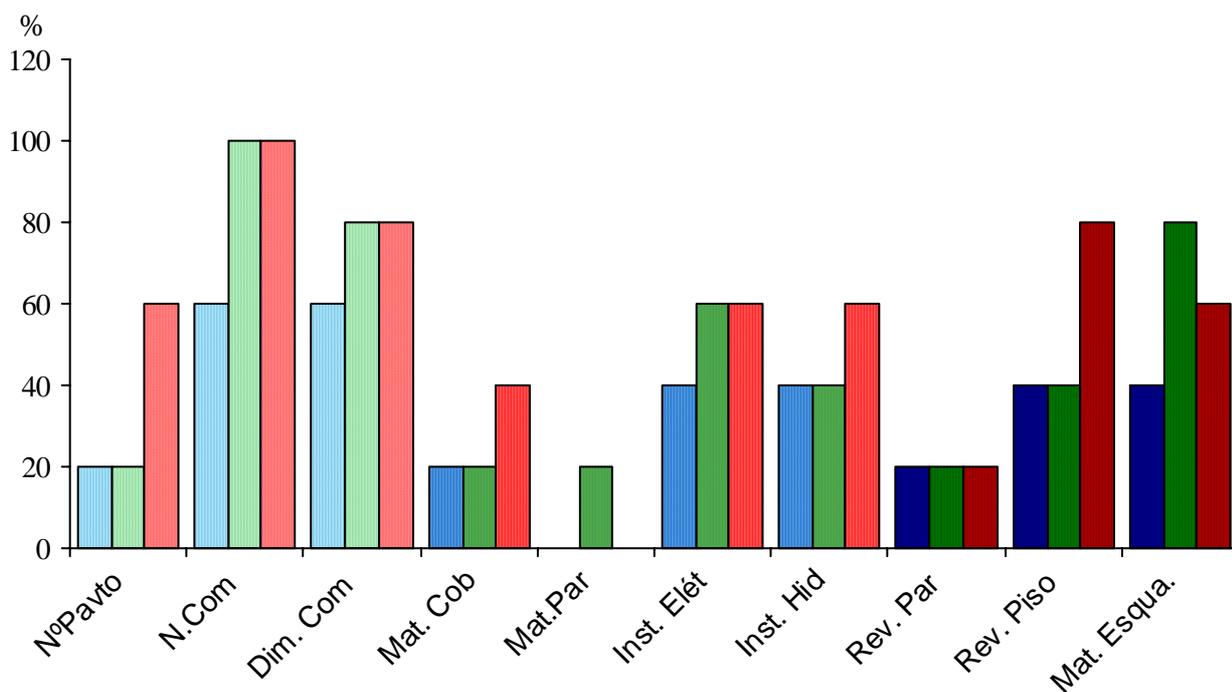
3.2. A intervenção de apoio organizacional e as mudanças e permanências das características arquitetônicas da casa, segundo nível de recurso financeiro: Modalidade II

A identificação das mudanças e permanências da configuração físico-espacial da habitação popular, resultantes do processo de melhoria habitacional caracterizado pela presença do recurso de apoio organizacional, foi realizada através da análise da implementação da **modalidade II** do programa habitacional promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF).

A modalidade II caracteriza-se por introduzir no processo de construção ou reforma da casa, além do recurso de financiamento (constante em todas as modalidades), o apoio **organizacional/ administrativo** da liderança comunitária ao morador, durante o todo processo: cadastramento, liberação do recurso, definição do projeto e execução da obra.

3.2.1. Modificações nas características arquitetônicas realizadas nas casa em função do montante do valor financiado e do apoio organizacional

Gráfico 3 – Relação entre as modificações identificadas na **Modalidade II** de intervenção e os **níveis de recurso financeiro (NRF) 1** (até R\$ 3.000,00), **2** (de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00) e **3** (acima de R\$ 5000,00) de acordo com os parâmetros de caracterização arquitetônica.



A partir da avaliação do gráfico observamos que as modificações relativas ao *número de cômodos e dimensão de cômodos* se destacam. Nos três níveis de recurso financeiro os parâmetros espaciais surgem com características constantemente modificadas, seguidos pelos parâmetros estéticos, como demonstram os quadros abaixo:

Quadro 7 –Índice médio das modificações* dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros e apoio organizacional.

| | Parâmetros espaciais | Parâmetros técnico-constructivos | Parâmetros estéticos |
|---|-----------------------------|---|-----------------------------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1<R\$ 3000,00 | 46,6% | 25% | 33,3% |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00<NRF 2<R\$ 5000,00 | 66,6% | 35% | 46,6% |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3>R\$ 7000,00 | 80% | 40% | 53,3% |
| Média de modificações | 64,4% | 33,3% | 44,4% |

*Média do percentual de modificação dos parâmetros de caracterização espacial, técnico-constructiva e estética nos três níveis de recursos financeiros.

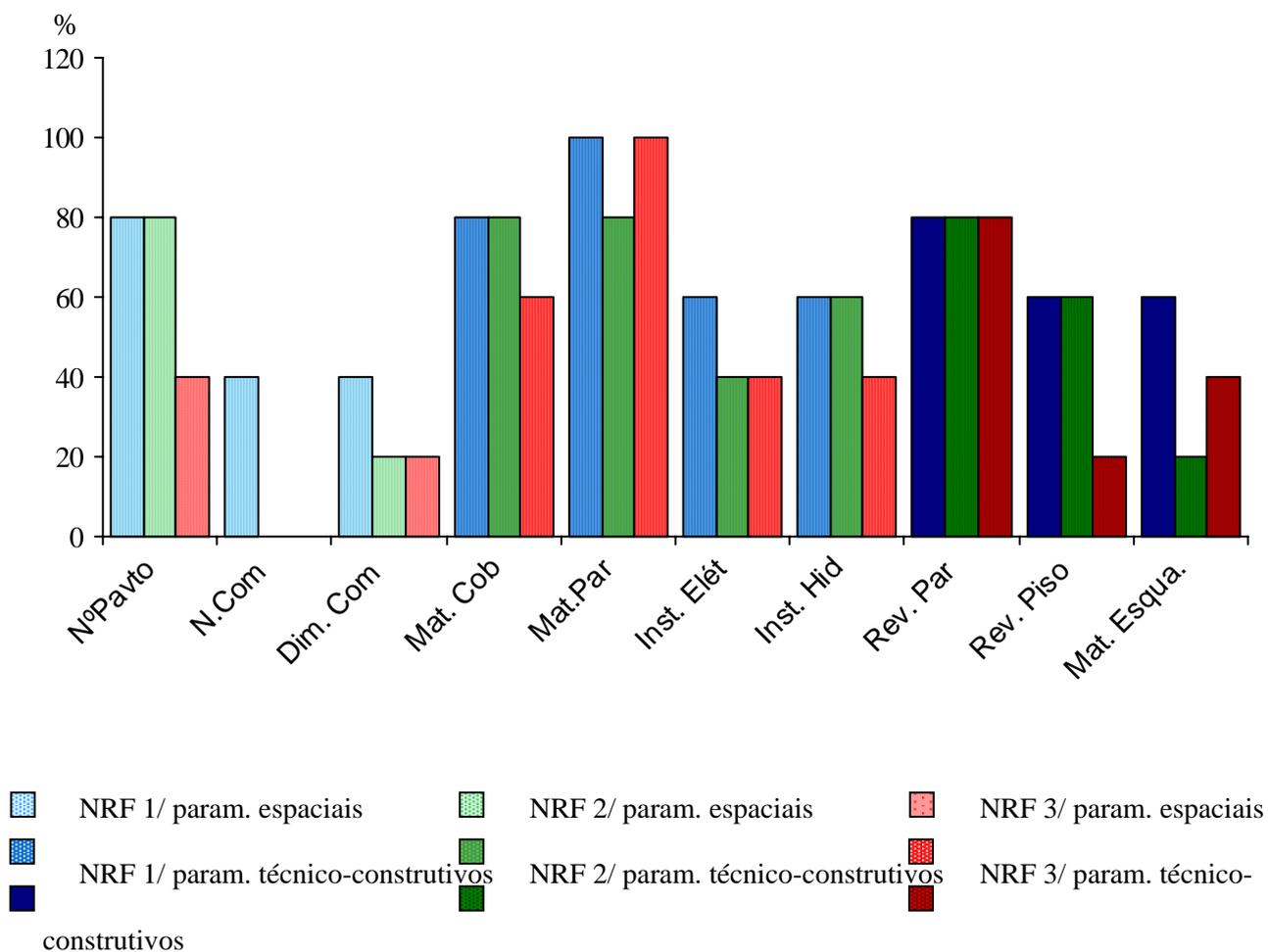
Quadro 8 -Principais modificações dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros e apoio organizacional, segundo os níveis de financiamento.

| RECURSO/ Modalidade II | Parâmetros Configuracionais | |
|---|--|-----------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1<R\$ 3000,00 | Dimensão de cômodos Número de cômodos | ESPACIAIS |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00<NRF 2<R\$ 5000,00 | Número de cômodos | ESPACIAIS |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3>R\$ 7000,00 | Número de cômodos | ESPACIAIS |

Com menor intensidade de modificação, identificamos as alterações nos parâmetros técnico-constructivos. As permanências tipo, representando as ‘prioridades secundárias’ apresentam os resultados a seguir.

3.2.2. Permanência nas características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado e do apoio organizacional

Gráfico 4 – Relação entre as permanências identificadas nas **Modalidades II** de intervenção e os **níveis de recurso financeiro (NRF) 1** (até R\$ 3.000,00), **2** (de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00) e **3** (acima de R\$ 5000,00) de acordo com os parâmetros de caracterização arquitetônica.



De acordo com os resultados, os parâmetros **técnico-constructivos** aparecem com maior índice de permanência: espaciais 35,6%, técnico-constructivos 67,2% e estéticos 56,6% , representando as características menos modificadas nos diversos níveis de recurso financeiro do processo de reforma e construção da casa na modalidade II.

Quadro 9 - Principais permanências dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros e apoio organizacional, segundo os níveis de financiamento.

| RECURSO/ Modalidade II | Parâmetros Configuracionais | |
|--|---|--------------------------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1 < R\$ 3000,00 | Material de parede | TÉCNICO- CONSTRUTIVOS |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00 < NRF 2 < R\$ 5000,00 | Material de cobertura Material de parede | TÉCNICO- CONSTRUTIVOS |
| | Revestimento de parede | ESTÉTICOS |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3 > R\$ 7000,00 | Material de cobertura Material de parede | TÉCNICO- CONSTRUTIVOS |

Nos casos analisados verificamos que as modificações e permanência resultante do processo de melhoria habitacional implementado através da modalidade II de intervenção, caracterizam-se pela regularidade de transformações de elementos

relacionados aos parâmetros **espaciais** e preservação de características físicas referentes aos parâmetros **técnico-construtivos**.

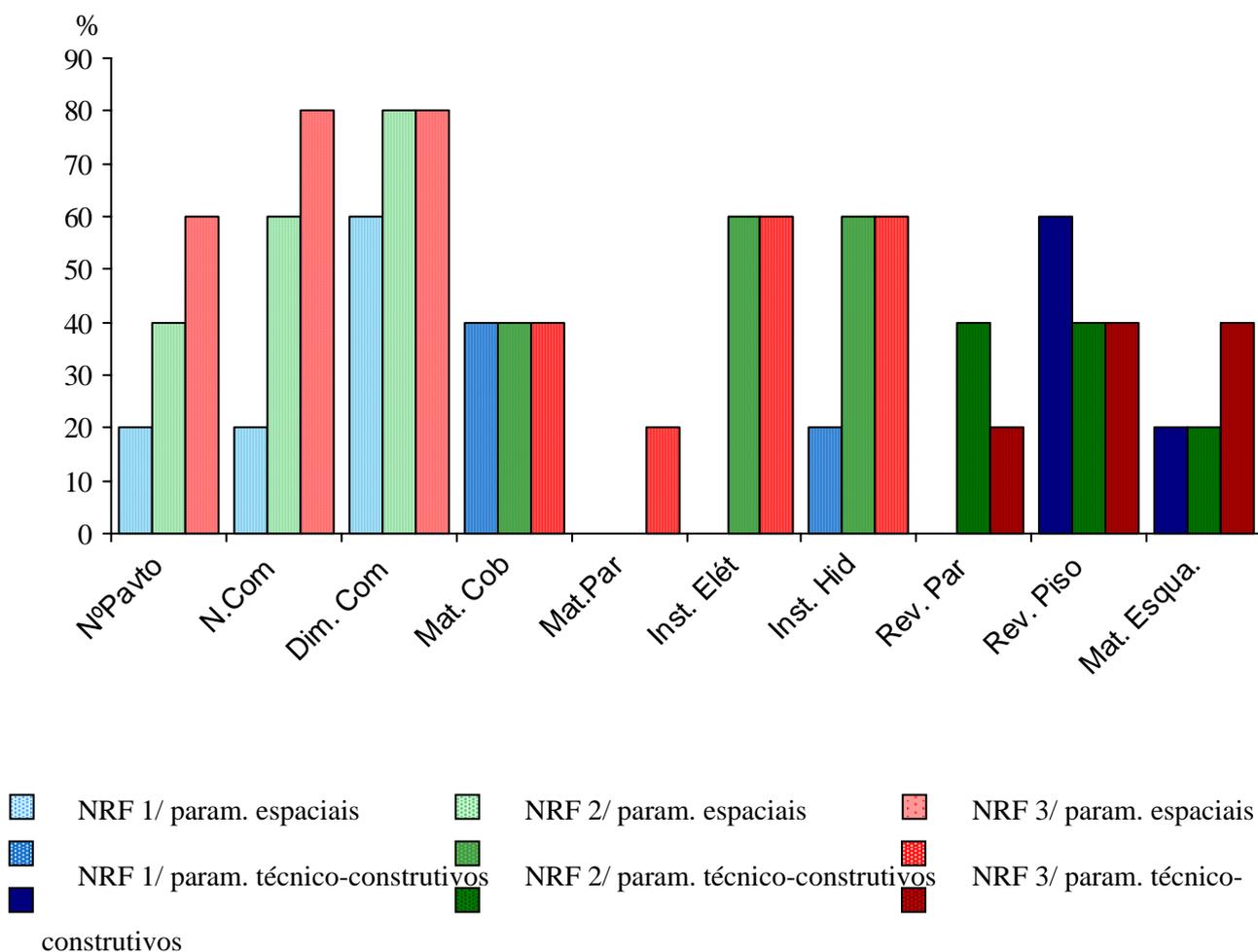
Conseqüentemente, observamos a priorização de alterações relacionadas ao acréscimo de área nos cômodos, ampliação do número de cômodos e de pavimentos, como garantia de disponibilização de espaço para a família, em detrimento de modificações de itens como instalação elétrica, hidráulica, esgotamento sanitário, entre outros, considerados prioridades secundárias.

3.3. A disponibilidade de assessoria técnica e as mudanças e permanência das características arquitetônicas da casa, segundo nível de financiamento: Modalidade III

A análise das mudanças e permanências da caracterização configuracional da habitação popular resultante da implementação da modalidade III do projeto piloto de melhoria habitacional promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF) foi o procedimento adotado para identificar a interferência do recurso de assessoria técnica na caracterização físico-espacial da habitação popular.

3.3.1. Modificações nas características arquitetônicas realizadas nas casa em função do montante do valor financiado e a presença da assessoria técnica

Gráfico 5 – Relação entre as modificações identificadas na **Modalidade III** de intervenção e os **níveis de recurso financeiro (NRF) 1** (até R\$ 3.000,00), **2** (de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00) e **3** (acima de R\$ 5000,00) de acordo com os parâmetros de caracterização arquitetônica.



De acordo com o resultado identifica-se a presença regular de modificações de parâmetros de uso: ampliação e acréscimo de cômodos e aumento do número de pavimentos.

Observamos que os parâmetros técnico-constructivos nessa modalidade apresentam um número mais intenso de modificações, aproximando-se dos demais parâmetros, ultrapassando os valores de modificações dos parâmetros estéticos nos níveis de recurso financeiro 2 e 3, como apresenta o quadro que segue:

Quadro 10 –Índice médio das modificações dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros e apoio organizacional e assessoria técnica.

| | Parâmetros espaciais | Parâmetros técnico-constructivos | Parâmetros estéticos |
|---|-----------------------------|---|-----------------------------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1<R\$ 3000,00 | 33,3% | 15% | 26,6% |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00<NRF 2<R\$ 5000,00 | 60% | 40% | 33,3% |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3>R\$ 7000,00 | 73,3% | 45% | 33,3% |
| Média de modificações | 55,5% | 33,3% | 31% |

Quadro11 - Principais modificações dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros, apoio organizacional e assessoria técnica, segundo os níveis de financiamento.

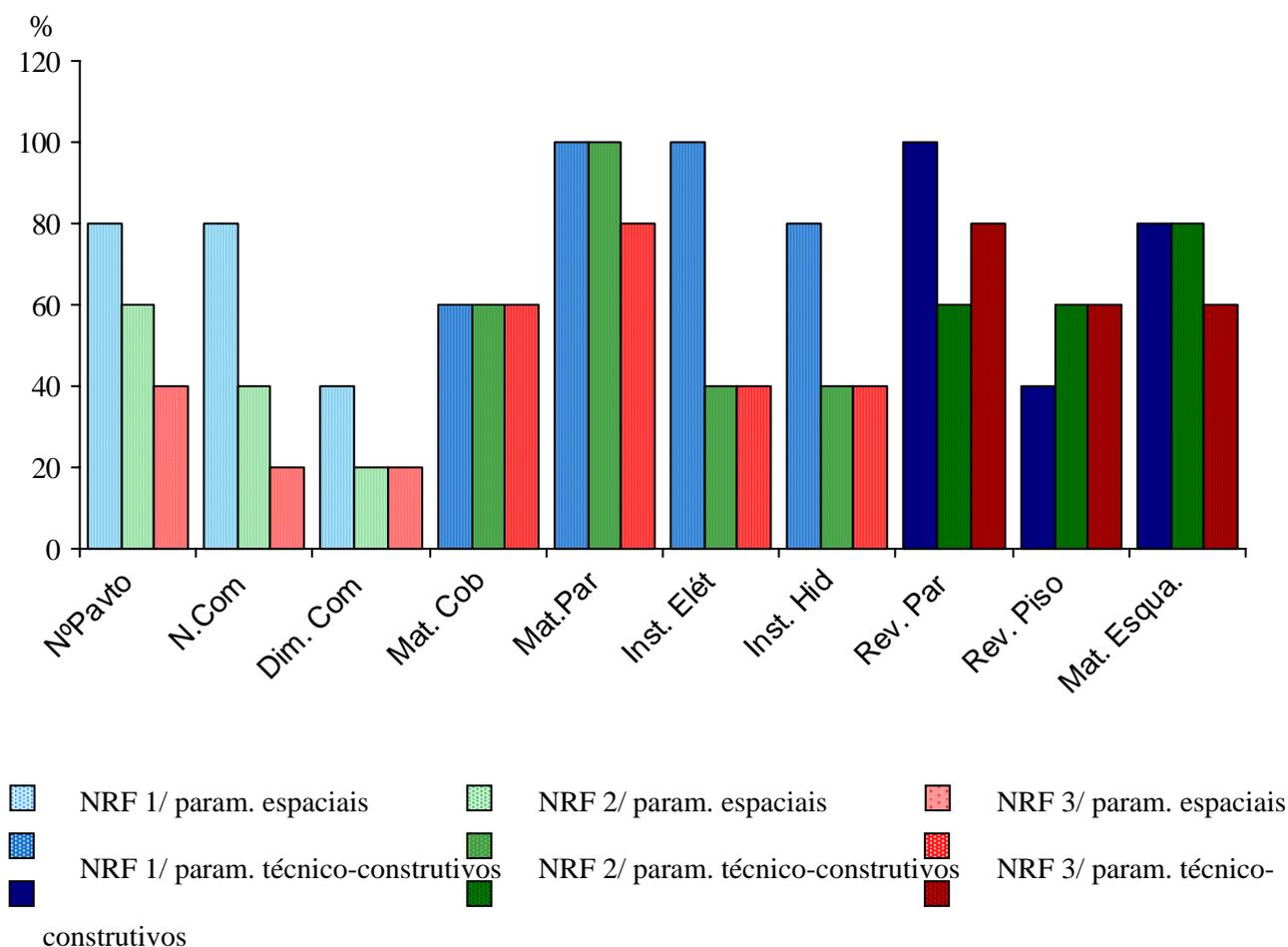
| RECURSO/ Modalidade III | Parâmetros Configuracionais | |
|---|-----------------------------|-----------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1 < R\$ 3000,00 | Dimensão de cômodos | ESPACIAIS |
| | Revestimento do piso | ESTÉTICOS |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00 < NRF 2 < R\$ 5000,00 | Dimensão de cômodos | ESPACIAIS |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3 > R\$ 7000,00 | Número de cômodos | ESPACIAIS |
| | Dimensão de cômodos | |

Com intensidade reduzida, verifica-se também nessa modalidade de intervenção melhorias relativas a parâmetros estéticos.

3.3.2. Permanência das características arquitetônicas realizadas nas casas em função do montante do valor financiado e a presença da assessoria técnica

Como se pode observar, as permanências tipo resultantes da modalidade III são representadas por parâmetros **técnico-construtivos**, e em segundo plano verifica-se que os parâmetros de imagem apresentam significativos índices de permanência.

Gráfico 6 – Relação entre as permanências identificadas na **Modalidade III** de intervenção e os **níveis de recurso financeiro (NRF) 1** (até R\$ 3.000,00), **2** (de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00) e **3** (acima de R\$ 5000,00) de acordo com os parâmetros de caracterização arquitetônica.



Quadro 12 - Principais permanências dos parâmetros de caracterização decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros, apoio organizacional e assessoria técnica, segundo os níveis de financiamento.

| RECURSO/ Modalidade III | Parâmetros Configuracionais | |
|---|-----------------------------|----------------------|
| Nível de recurso financeiro 1 NRF 1 < R\$ 3000,00 | Material de parede | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS |
| | Instalações elétricas | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS |
| | Revestimento de parede | ESTÉTICOS |
| Nível de recurso financeiro 2 R\$ 3000,00 < NRF 2 < R\$ 5000,00 | Material de parede | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS |
| Nível de recurso financeiro 3 NRF 3 > R\$ 7000,00 | Material de parede | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS |
| | Revestimento de parede | ESTÉTICOS |

Nos casos analisados, identifica-se que as modificações ‘tipo’ resultaram, na sua maioria, de reformas ou construções relacionadas a parâmetros de **uso**, proporcionalmente ao recurso financeiro disponível, da mesma forma os parâmetros **técnico-construtivos** foram modificados com intensidade visivelmente inferior, como na modalidade I e II.

3.4. Síntese dos resultados: mudanças e permanências típicas de cada modalidade

As 'modificações tipo':

Quadro 13 – Parâmetros de caracterização que foram regularmente modificados nas modalidades I, II e III.

| Modalidades do programa | Parâmetros Configuracionais | Índice médio de modificações dos parâmetros de caracterização por nível de recurso de financiamento* | | | Índice médio (global) das modificações ** | Modificações tipo |
|---|-----------------------------|--|-------|-------|---|---|
| | | NRF1 | NRF2 | NRF3 | | |
| Modalidade I (Recurso financeiro) | ESPACIAIS | 33,3% | 66,6% | 73,3% | 57,3% | - N.º de cômodos (acréscimo) - N.º de pavimentos (acréscimo) - Revestimento de parede |
| | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS | 20% | 30% | 50% | 33,3% | |
| | ESTÉTICOS | 46,6% | 60% | 60% | 55,5% | |
| Modalidade II (Recurso financeiro+recurso de apoio organizacional) | ESPACIAIS | 46,6% | 66,6% | 80% | 64,4% | - N.º de cômodos (acréscimo) |
| | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS | 25% | 35% | 40% | 33,3% | |
| | ESTÉTICOS | 33,3% | 46,6% | 53,3% | 44,4% | |
| Modalidade III (Recurso financeiro+recurso organizacional de apoio+ recurso de assessoria técnica) | ESPACIAIS | 33,3% | 60% | 73,3% | 55,5% | - Dimensão de cômodos (ampliação) - N.º de cômodos (acréscimo) |
| | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS | 15% | 40% | 45% | 33,3% | |
| | ESTÉTICOS | 26,6% | 33,3% | 33,3% | 31% | |

*Variável independente: recurso constante em todas as modalidades, classificado como variável nas três modalidades.

Média do percentual de modificação dos parâmetros de caracterização **espacial, técnico-constructiva e estética nos três níveis de recursos financeiros.

De acordo com os dados da tabela, nas três modalidades são identificadas modificações regulares no que diz respeito aos parâmetros espaciais.

Alterações na dimensão e número de cômodos e também do número de pavimentos, surgem como modificações 'tipo' resultantes dos processos implementados. Verifica-se também que essas alterações apresentam intensidade e dimensões maiores onde o nível de financiamento é mais alto.

Em relação aos parâmetros estéticos, observamos uma certa regularidade de modificação nas modalidades I e II, menos constante, entretanto, na modalidade III, onde os parâmetros técnicos construtivos apresentam índices de modificações mais elevados.

As 'permanências tipo':

Quadro 13 – Parâmetros de caracterização que permaneceram nas modalidades I, II e III.

| Modalidades do programa | Parâmetros Configuracionais | Índice médio de modificações dos parâmetros de caracterização por nível de recurso de financiamento* | | | Índice médio (global) das modificações ** | Modificações tipo |
|---|-----------------------------|--|-------|-------|---|---|
| | | NRF1 | NRF2 | NRF3 | | |
| Modalidade I (Recurso financeiro) | ESPACIAIS | 66,7% | 33,4% | 26,7% | 42,6% | - Material de Coberta |
| | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS | 80% | 70% | 50% | 66,6% | |
| | ESTÉTICOS | 53,4% | 40% | 40% | 44,4% | |
| Modalidade II (Recurso financeiro+recurso de apoio organizacional) | ESPACIAIS | 53,4% | 33,4% | 20% | 35,6% | - Material de parede |
| | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS | 75% | 65% | 60% | 66,7% | |
| | ESTÉTICOS | 66,7% | 53,4% | 46,7% | 55,6% | |
| Modalidade III (Recurso financeiro+recurso organizacional de apoio+ recurso de assessoria técnica) | ESPACIAIS | 66,7% | 40% | 26,7% | 44,5% | - Material de parede - Instalações elétricas - Revestimento de parede |
| | TÉCNICO-CONSTRUTIVOS | 85% | 60% | 55% | 66,7% | |
| | ESTÉTICOS | 73,4% | 66,7% | 66,7% | 69% | |

*Variável independente: recurso constante em todas as modalidades, classificado como variável nas três modalidades.

Média do percentual de modificação dos parâmetros de caracterização **espacial, técnico-constructiva e estética nos três níveis de recursos financeiros.

As características físico-espaciais da casa que permaneceram com mais regularidade após a implementação foram àquelas relacionadas ao parâmetro **técnico-constructivo**. Verificamos que diante das restrições financeiras, e ausência da assessoria técnica a modificação de itens como instalações elétricas e hidráulicas passaram a representar prioridades secundárias no processo de construção e melhoria habitacional.

3.5. A influência dos fatores financeiros, organizacionais e técnicos na caracterização arquitetônica da habitação popular

3.5.1. A contribuição dos fatores financeiros na caracterização da habitação popular

“Queria mesmo era mudar o piso, as janelas e as portas... também ia construir o muro e melhorar o banheiro, mas o dinheiro não dava pra fazer tudo, aí eu troquei o piso, a porta da frente...depois faço o resto.”⁴⁸

Através da análise dos resultados obtidos, constata-se que o nível de financiamento atua como condicionante da intensidade do processo de melhoria habitacional, ou seja, estabelece limites na dimensão da reforma ou construção da habitação popular.

Nesse sentido, embora seja registrada a regularidade de modificações e permanências tipo em todas as modalidades, independentes do volume de recurso disponível, verifica-se a variação de **intensidade** desses resultados em função do **nível de financiamento**.

De acordo com limite financeiro disponível, os usuários são levados a determinar a execução de alguns itens em detrimento de outros. E, por conseqüência, o financiamento atua como determinante indireto da caracterização físico-espacial da casa, na medida em que exige definições de prioridades (do usuário ‘e/ou do técnico’) no processo de melhoria habitacional.

⁴⁸ Registro de entrevista jun/99, Salete Marques de Lima, moradora do Alto do Reservatório, Guabiraba.

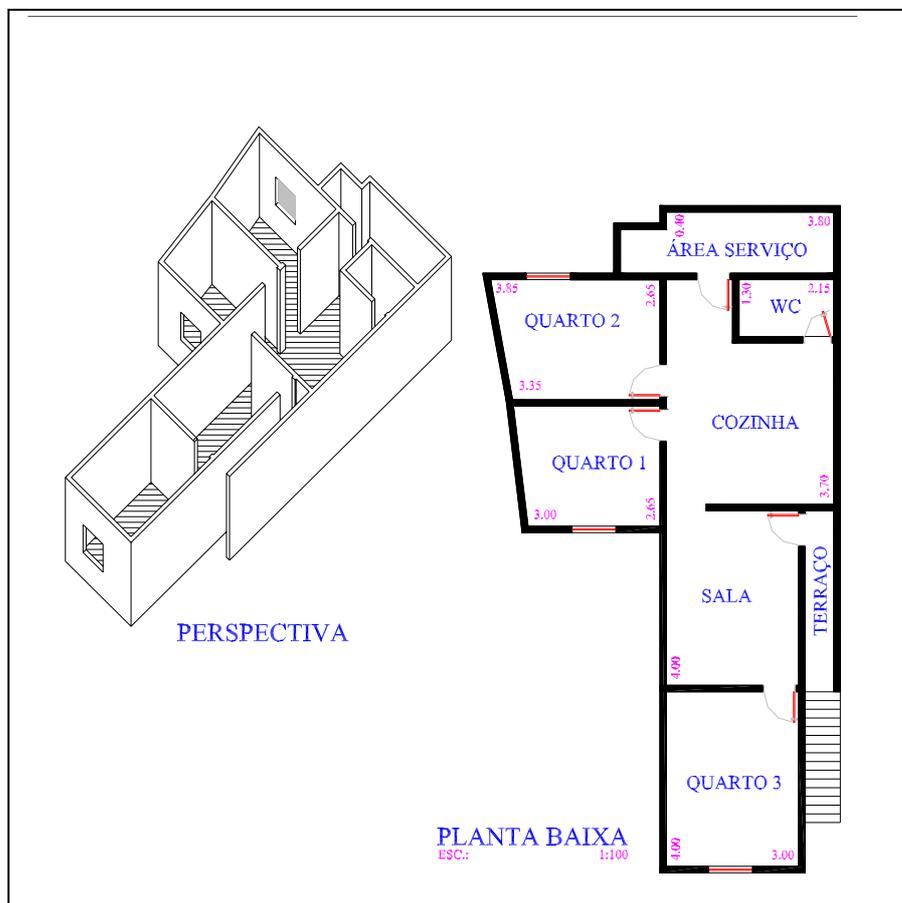
A partir da verificação dos dados, registra-se que as ‘mudanças tipo’ resultantes da modalidade I surgem como reflexo das definições de prioridades do usuário diante da disponibilidade financeira, representando as características que foram constantemente transformadas no processo de construção ou reforma da casa, resultantes do modo **específico de produção do espaço habitacional pelo usuário.**

Da mesma forma, as ‘permanências tipo’ resultam do quadro de possibilidades determinadas pelo aporte de recursos financeiros e prioridades estabelecidas pelo usuário, revelando-se, na maioria dos casos como prioridades secundárias, e, em outros, como representação da preservação de formas específicas de construção do espaço habitacional pela população.

O morador, diante da possibilidade de dispor de certo recurso financeiro, tende a optar pela execução de etapas no processo de construção ou reforma da casa. Entre ampliar uma cozinha ou construir um quarto, e reformar instalações hidráulicas ou elétricas, por exemplo, o morador decide pela garantia de mais espaço na casa.

Dessa forma, as instalações podem permanecer precárias, mas um espaço para dormir melhor, cozinhar, assistir TV, ou até mesmo, ‘pendurar plantas’ e conversar (terraço), deve ser assegurado.

Figura 12 - Planta baixa, elevação, perspectiva de residência no Alto do Reservatório, Recife/PE.



Modalidade I / Nível de financiamento 1

Localização da casa:

Alto do Reservatório, Recife/PE

Necessidades / aspirações:

Mudar piso, construir um quarto e cozinha, colocar novas portas e janelas;

Reforma executada:

Mudança de piso (cimentado para cerâmico) e esquadrias (madeira simples para basculante).

Nesse contexto, identificamos que a caracterização configuracional da habitação passa a representar a interação entre a realidade financeira e as determinações do usuário (prioridades definidas a partir do contexto sócio-culturais específicos), ou seja, o que o recurso permite que seja executado e o que o morador prioriza, dentro da sua realidade.

Portanto, a influência do fator financeiro se dá no sentido da dimensão da melhoria, atuando como condicionante indireto da caracterização configuracional da casa, enquanto a participação do usuário se apresenta como determinante direto, definindo o foco da intervenção.

3.5.2. A contribuição do apoio organizacional na caracterização da habitação popular

“As famílias não têm ‘cultura de financiamento’ ...medo do ‘bicho’ da CEF, nesse processo a presença da COMUL como articuladora é indispensável”⁴⁹

A partir da correlação do resultado da modalidade II com o resultado dos demais modalidades, verificamos que as modificações e permanências tipo se apresentam de forma constante no que diz respeito às alterações em parâmetros espaciais: número de pavimentos, número de cômodos e dimensão de cômodos se destacam.

⁴⁹ Depoimento em entrevista maio/2000: Ana M.C., assistente social.

De acordo com o resultado da pesquisa, constatamos que a relação que se estabelece entre o usuário e a liderança comunitária (recurso organizacional) contribui para que as construções e reformas executadas durante a implementação do programa, assim como as mudanças e permanência das características originais, resultem das necessidades, aspirações e valores do morador, no processo de melhoria da casa.

Verifica-se que a proximidade espacial e social que a liderança possui em relação aos moradores, possibilita o contato direto com a realidade dos mesmos, a compreensão de suas necessidades e aspirações, representando, conseqüentemente, maior probabilidade da sua preservação e respeito às determinações do usuário na hora de projetar e executar as reformas.

Nesse contexto, o recurso organizacional assume significado especial, demonstrando que, em se tratando de melhoria habitacional em áreas ZEIS, a presença de instituições organizativas no assentamento representa a garantia de benfeitorias comunitárias, de segurança, e a existência de um canal de reconhecimento no contexto sócio-político da cidade 'formal' para a maioria da população.

Figura 13: Planta baixa, elevação, perspectiva de residência no Alto do Reservatório, Recife/PE;

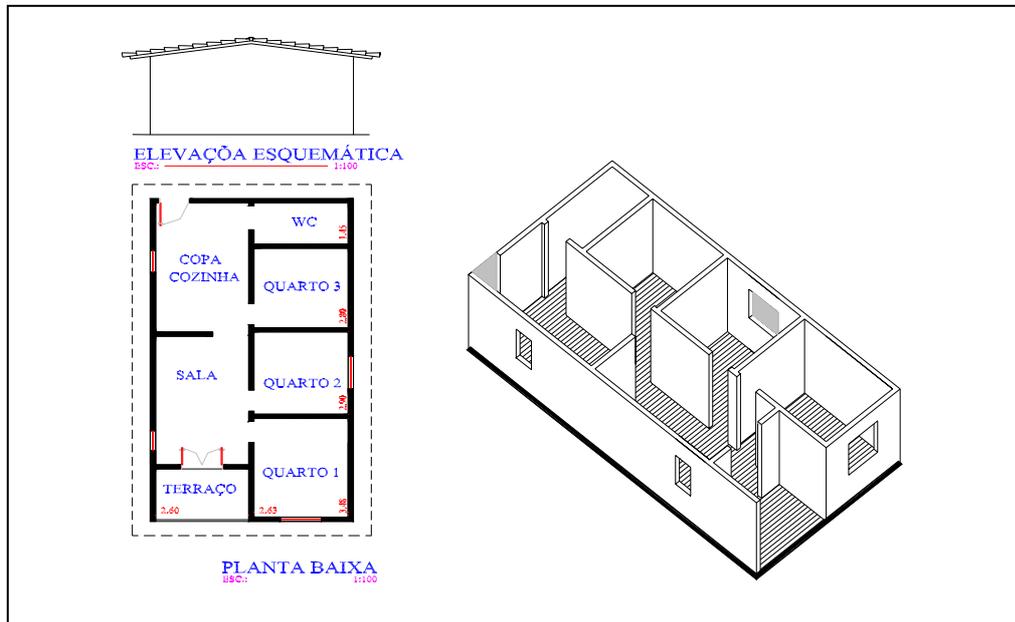


Figura 14: Residência no Alto do Reservatório, Recife-PE



Modalidade II, Nível de financiamento 1

Localização da casa:

Alto do Reservatório, Recife/PE;

Necessidades/ aspirações:

Colocar piso cerâmico, trocar as esquadrias e reformar banheiro;

Reforma executada:

Colocação de piso, mudança de algumas esquadrias (definição de prioridades diante das restrições financeiras).

Na modalidade II, a atuação dos líderes comunitários e assessores (apoio organizacional), no processo surge como determinação indireta na definição de modificações e permanências tipo das características da casa, e, por conseguinte, da caracterização configuracional da habitação popular, atuando como agentes viabilizadores das solicitações dos moradores.

Entretanto, em alguns casos, registrou-se que a presença de apoio organizacional, atuando nas decisões do processo de melhoria, influenciou no resultado da construção, elevando os índices de reformas no que diz respeito aos parâmetros técnico-construtivos.

Contudo, esses exemplos não foram suficientes para determinar as permanências e mudanças 'tipo' na caracterização físico-espacial da casa, determinadas. Sendo assim, salvo exceções, as orientações da liderança comunitária não divergiram das determinações dos moradores, na construção do seu espaço, favorecendo a adequação dos resultados das reformas e construção, às necessidades, aspirações e valores do usuário.

Figura 15: Planta baixa, corte e perspectiva de residência no Alto do Reservatório, Recife-PE

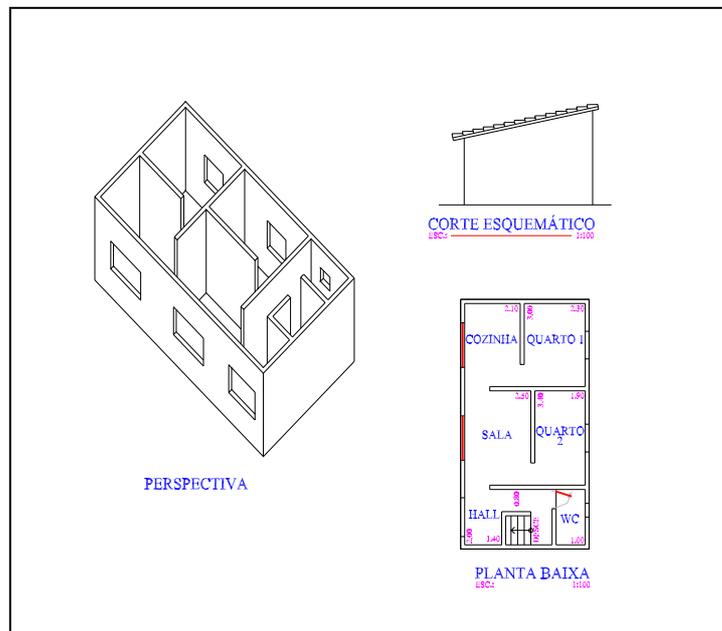


Figura 16: Residência no Alto do Reservatório, Recife-PE



Modalidade II, Nível de financiamento 3

Localização da casa:

Alto do Reservatório, Recife/PE;

Necessidades/ aspirações:

Construir nova casa;

Reforma executada:

Construção de 2º pavimento: nova casa acima da casa da mãe.

Registra-se que algumas modificações ‘tipo’, ampliação de cômodos, de número de ambientes e pavimentos, aparecem de forma regular, determinadas pela ação do morador, assistidos pelo recurso organizacional, com intensidade e dimensão proporcionais ao nível de financiamento.

Paralelamente, as permanências ‘tipo’, material de cobertura, material de parede, se apresentam, em sua maioria, como resultado das determinações do usuário como definidor de prioridades e, nesse contexto, surgem como ‘prioridades secundárias’, visto que as restrições financeiras, também aqui, exigem seleção de prioridades na execução da obra.

Diante dos resultados, observamos que na modalidade II, a presença do recurso de apoio organizacional entra como instrumento facilitador no processo de articulação, entre o usuário e o meio institucional.

Nesse sentido, o apoio organizacional exerce influência indireta no processo de reforma ou construção da casa e as definições das características físico-espaciais das casas, as permanências e mudanças da caracterização configuracional da habitação resultante do processo implementado, demonstram a predominância das determinações do usuário nas execuções das reformas e construções.

3.5.3. A contribuição da assessoria técnica na caracterização da habitação popular

“A doutora chegou aqui, falou comigo, mediu tudo, e depois trouxe um desenho bonito...”⁵⁰

De acordo com a pesquisa, constatou-se que a interferência do recurso de assessoria técnica está fortemente condicionada ao processo de elaboração do projeto. Ou seja, observamos que quando o projeto não traduz as necessidades e aspirações do morador, ainda que esse seja, na visão do técnico, ‘o mais adequado’, é parcialmente ou totalmente modificado pelo usuário, durante a execução da obra. Nessa dinâmica, o resultado final da casa construída ou reformada não expressará qualquer influência da assessoria nas suas características configuracionais.

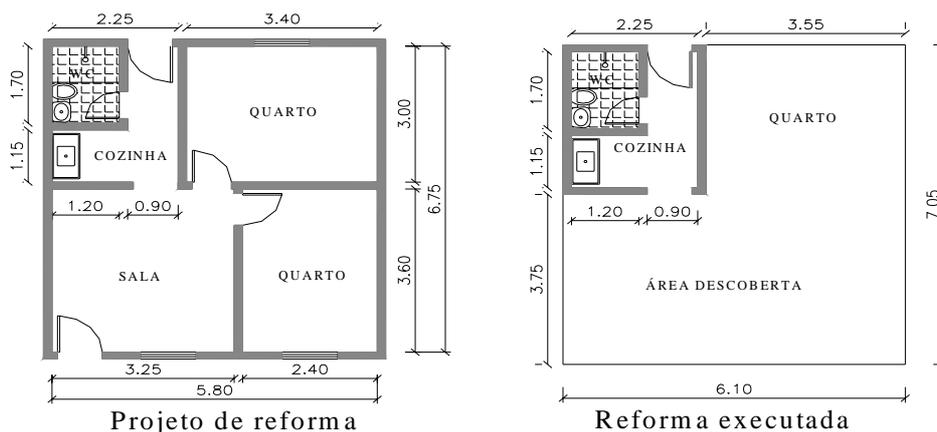
O que se percebe é que, quando não é estabelecida uma linguagem comum entre técnico e morador no processo de planejamento, as chances de serem elaborados projetos tradutores das necessidades e aspirações dos moradores são mínimas. Por conseguinte, dificilmente ocorrerá a execução do mesmo, tal qual foi concebido pelo técnico. Pois quando o técnico não compreende as necessidades e aspirações do usuário, ou quando este não compreende as restrições técnicas: arquitetônicas e construtivas, financeiras ou legais, as chances do projeto corresponder as reais necessidades e

⁵⁰ Depoimento em entrevista maio / 2000: Morador do Alto do Reservatório.

aspirações do usuário são mínimas; assim como a obra construída pelo usuário dificilmente respeitará as concepções originais do arquiteto.

Tendo em vista esse contexto, a modalidade III apresentou resultados equivalentes às modalidades I e II, em relação às ‘modificações tipo’ às ‘permanências tipo’, todos os resultados foram proporcionais ao recurso financeiro disponível.

Figura 17 - Planta baixa existente e projeto de reforma, Córrego do Jenipapo, Recife - PE.



Modalidade III, Nível de financiamento 2

Localização da casa: Córrego do Jenipapo - Recife/PE;

Necessidades/ aspirações:

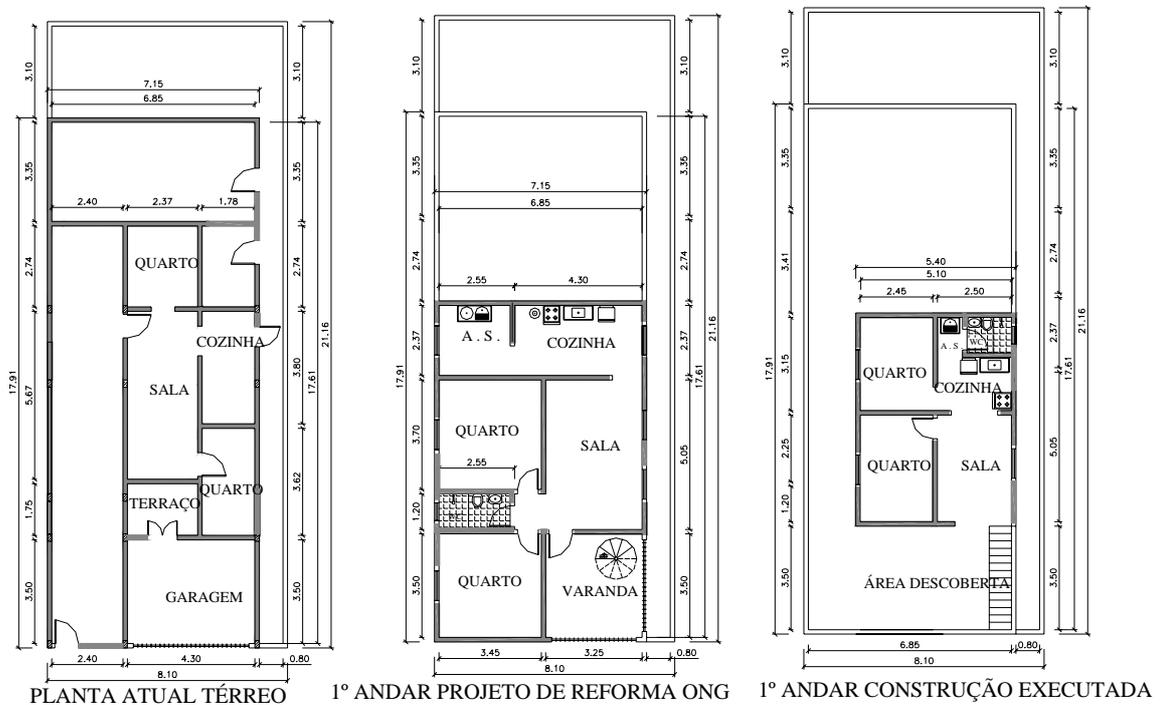
Construir quartos e sala;

Reforma executada:

Melhorias no bwc e cozinha, devido às restrições financeiras as prioridades do usuário o projeto foi alterado.

Verifica-se também nessa modalidade que a relação entre necessidades e aspirações do morador, diante das restrições financeiras interferem na caracterização técnico-construtiva, espacial e estética da casa. De acordo com o resultado identifica-se a presença constante de modificações de parâmetros espaciais (ampliação e acréscimo de cômodos e aumento do número de pavimentos) e com intensidade reduzida, melhorias relativas a parâmetros técnico-construtivos e estéticos. Nesse sentido, esses últimos, surgem como prioridades secundárias, representando as ‘permanências tipo’.

Figura 18 - Planta baixa existente, projeto de reforma, e planta executada pelo morador; abaixo, foto da residência construída. Córrego do Jenipapo, Recife - PE. Modalidade III de intervenção, nível de financiamento 3.



Registra-se, nessa modalidade, elevação no índice de modificações das características técnico-constructivas em função da influência da assessoria técnica. Nesse sentido, a proximidade entre o ‘diálogo’ do técnico e do usuário (o cliente), em todo o processo, constitui um dos condicionantes da influência da assessoria técnica na caracterização físico-espacial das casas. Contudo, constatamos a regularidade influência das determinações do usuário na construção do espaço habitacional, principalmente no que diz respeito aos parâmetros espaciais.

Os casos analisados exemplificam essa constatação, pois uma média de 40% dos projetos elaborados pelos técnicos foram modificados durante a execução da obra. Assim, quando não houve correspondência entre o projeto imposto pelo assessor técnico e as necessidades e aspirações do usuário, a solução técnica não foi respeitada na hora da execução da obra de reforma ou construção.

3.5.4. A identificação das características da habitação popular que sempre mudam e das características que nunca mudam, independentemente da presença de fatores financeiros, apoio organizacional ou assessoria técnica

A identificação de ‘mudanças e permanência tipo’, em cada uma das modalidades implementadas, revelou a influência de determinantes sócio culturais específicos do usuário na construção do espaço habitacional em áreas ZEIS.

Observamos que as mudanças relativas às dimensões de cômodos (ampliação), número de cômodos (acréscimos) e número de pavimentos (verticalização) estão presentes em todas as modalidades de intervenção e níveis de financiamento. Essas alterações, embora tenham variado em intensidade e dimensão proporcionalmente ao nível de financiamento, ocorreram independente de outros determinantes.

Em todos os casos, as mudanças dos parâmetros de uso constituem prioridades para o usuário. De acordo com os dados, a garantia de espaço é a resposta adequada às necessidades e aspirações do morador no processo de reforma ou construção da casa.

Figura 20 - Residência em construção, Córrego do Jenipapo, Recife-PE. Para a construção da casa o morador fez um segundo pavimento em cima da casa de dois familiares. Modalidade II, nível de financiamento 3.

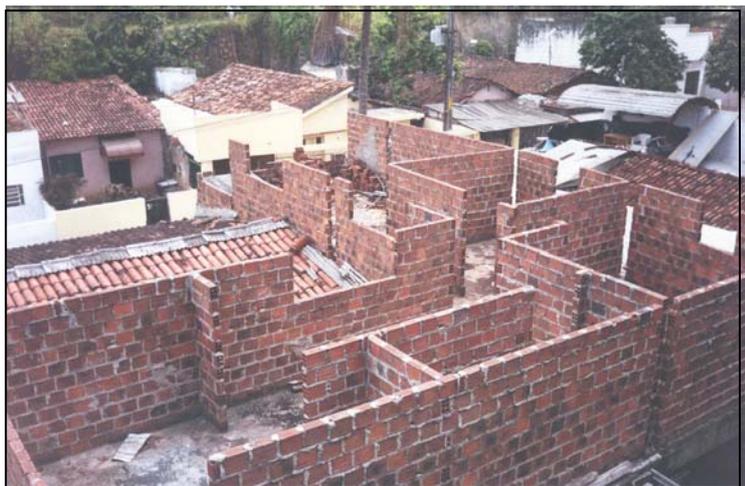
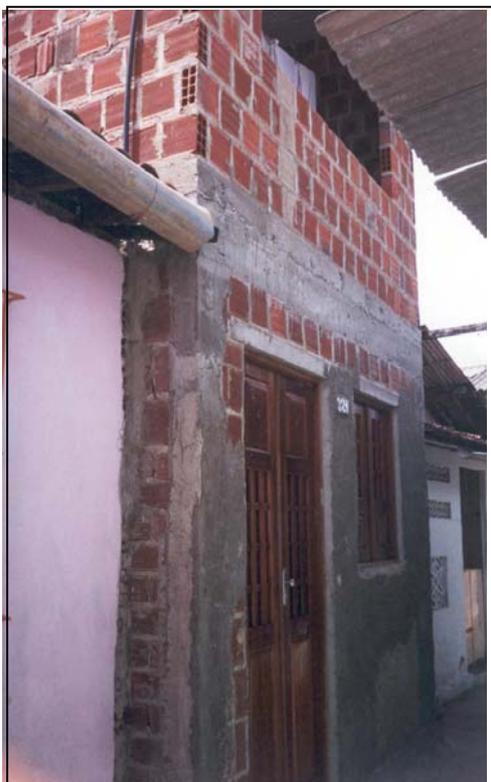


Figura 21 - A verticalização também surge como indicador da busca pelo espaço. Ex: construções nas ZEIS João de Barros(e), São Miguel (d) e Córrego do Jenipapo (a).Recife-PE.



Como exemplo, o crescimento da família, a presença do agregado, os fluxos migratórios, constituem fatores que determinam diretamente a necessidade da ampliação da casa em área e número de cômodos, ou, até mesmo, a construção de uma nova unidade habitacional conjugada à original, o famoso “ correr de quartos”.

Nesse contexto, a construção da casa se dá por etapas, nem sempre contínuas e pode se estender por vários anos. Os espaços ‘indispensáveis’ são construídos numa primeira fase: ‘o vão único’ e o muro, como indicadores de limites e domínios. Com o passar do tempo, a casa vai sendo ampliada e outros cômodos são adicionados à edificação. A fase de acabamento, quando efetuada, é, com certeza, uma das últimas etapas. O reboco, o revestimento, a pintura, as esquadrias, e, quem sabe, o ‘desejado piso cerâmico e a laje de coberta’ (símbolos de ascensão sócio-econômica), diante da escassez de recursos da população são, à contragosto, deixados de lado no processo construtivo da casa, durante um tempo considerável.

Complementando, entre as modificações relativas aos parâmetros *espaciais* pelas quais passam as moradias, pode-se ressaltar também aquelas decorrentes da necessidade de desenvolver atividades de geração de renda na unidade habitacional (comércio em casa).

Em alguns casos, essas transformações ocorrem sem que as condições de saneamento básico, instalações hidráulicas e elétricas estejam resolvidas satisfatoriamente. É quando se constata, no processo de construção e/ou reforma da casa, a alteração de algumas características físico-espaciais da habitação em detrimento de outras, visto que os recursos da população de baixa renda são direcionados para atender o que surge como prioridade básica: o espaço.

O registro a seguir exemplifica o que queremos dizer:

...O proponente é casado e tem uma filha. Pediu o financiamento para construir uma casa em cima da casa da mãe.

A casa existente possui três quartos, cozinha, sala, bwc e terraço (...), a cozinha e os quartos possuem janelas (cobogó no 3º quarto), o bwc não tem nenhuma abertura para iluminação e ventilação. Todas as paredes ainda estão sem reboco e piso incompleto.

Nela moram pais e irmãs do proponente, uma delas casada com filho. Esta 'mora', com o marido e um filho, em um dos quartos da casa, onde estão dispostos cama, geladeira, fogão entre outros equipamentos.

O proponente deseja construir a casa semelhante a esta, acrescentando área de serviço e afirma que se o dinheiro não for suficiente para construir tudo, deve-se 'levantar as paredes e colocar a coberta', o restante fica para outra etapa.

Registro de entrevista com proponente Ana Paula,
Modalidade I; ZEIS Sítio do Berardo, maio/2000.

...A casa de Claudomiro é a ultima de um correr de quartos. Os cômodos da casa são: sala, cozinha, bwc e dois quartos (sendo o dos filhos, bem pequeno). Devido a localização não há janelas em nenhum dos cômodos (...)

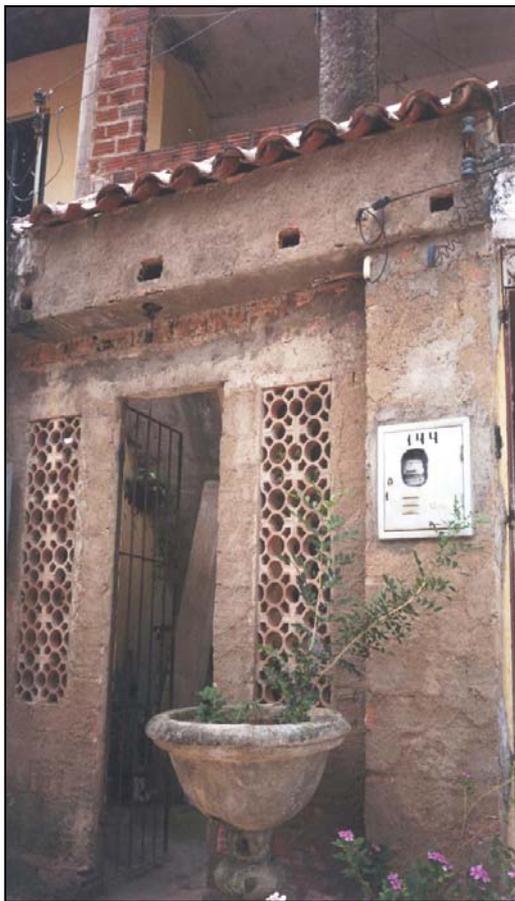
Ele deseja fazer um primeiro andar para construir dois quartos, dessa forma espera ampliar a casa. Diz que a coberta dos quartos deve ser de telha 'brasilit' e que não precisam de janelas, pois vai colocar condicionadores de ar nos dois cômodos.

Registro de entrevista com proponente Caudomiro S.,
Modalidade II; ZEIS Sítio do Berardo, maio/2000.

Nesse sentido, o espaço é estruturado sob a influência das necessidades e aspirações dos moradores, que revelam o conjunto de valores próprios à sua classe, grupo social ou familiar, adquiridos por socialização, através da mídia.

Como se constata, o morador, enquanto definidor de prioridades, atua como determinante no processo de construção do espaço habitacional. Dessa forma, introduz seus valores específicos na caracterização físico-espacial da casa.

Figura 22 - Residência no Alto do Reservatório, modalidade II, nível de financiamento 2.(e), residência na ZEIS São Miguel, modalidade 1, nível de financiamento 2.



Paralelamente aos parâmetros de espaciais, as mudanças relativas a parâmetros estéticos, com menor intensidade, também surgem como ‘modificações tipo’ no processo de melhoria habitacional.

Verifica-se que, por determinação do usuário, em muitos casos, características como revestimento de piso, revestimento de parede e material de esquadrias, são modificadas prioritariamente em detrimento de características ligadas a parâmetros técnico-construtivos, que poderiam oferecer maior qualidade construtiva a casa.

“Quero na parede uma pintura diferente, que vi lá na casa da minha comadre. Lá também tem uma estante que eu gostaria de fazer igual, ela tem espelho e prateleira de vidro pra colocar taças)...”

Depoimento de Rivaneide P., proponente da Modalidade III;
ZEIS Sítio do Berardo, jun/2000.

A identificação de ‘permanências tipo’ resultantes dos processos de melhoria habitacional implementados, também se mostra como indicador da interferência de determinantes sócio-culturais do usuário, na caracterização configuracional da casa.

Na maioria dos casos analisados, as características físico-espaciais que permanecem, constituem as prioridades secundárias determinadas pelos moradores, diante das restrições financeiras. Nesse sentido, os elementos que não são alterados, permanecem assim porque não constituem prioridades para os usuários.

As características técnico-construtivas apresentam maiores índices de permanência. Geralmente em função da limitação dos recursos financeiros, o usuário é levado a definir prioridades, nesse sentido, a execução das outras reformas necessárias, consideradas secundárias vai depender da disponibilidade de recursos financeiros e, em alguns casos, da assessoria técnica. Ou seja, se o dinheiro é suficiente para a ‘ampliar a casa e fazer outros serviços’, e se há orientação técnica, as instalações elétricas e hidro sanitárias, a cobertura da casa, são reformadas, quando não, há apenas uma adequação às já existentes⁵¹.

Figura 23 - Residência construída no Alto do Reservatório. A prioridade do usuário foi construção dos espaços da casa, sala quarto, cozinha. As instalações elétricas e hidro sanitárias foram classificadas como secundárias, para serem executadas em etapa posterior. Modalidade I, nível de financiamento 2.



⁵¹ Entretanto, deve-se ressaltar que o índice de permanência do material de parede, resulta do fato de que maioria das casas já eram de alvenaria, e por isso, essa característica não foi modificada.

Nesse sentido, verificam-se, em todo os processos analisados, mudanças e permanências tipo resultantes das determinações das necessidades, aspirações e valores dos usuários, submetidos às suas possibilidades técnico-financeiras, e por vezes assessoramento técnico.

Na modalidade I, o recurso de financiamento surge como fator determinante da intensidade da melhoria, e da seleção de prioridades a serem executadas. Entretanto, observa-se que o usuário atua como definidor das características técnico construtivas, espaciais ou estéticas da casa, modifica ou preservadas nos processos de reforma e construção.

Quanto à modalidade II, o recurso organizacional se revela como determinante indireto da caracterização físico-espacial da casa, na medida em que atua na articulação do processo administrativo e organizacional, como ponte entre usuário e o meio institucional. Em alguns casos registra-se a influência do recurso no projeto e execução da obra, contudo o resultado se mostra correspondente às modificações e permanências da caracterização configuracional da casa, resultantes da atuação do usuário, enquanto definidor de prioridades, diante das restrições financeiras.

Por fim, na modalidade III, a influência da assessoria técnica nas modificações e permanências da caracterização configuracional da casa, se dá proporcionalmente à adequação da ação do técnico e às necessidades, aspirações e valores dos usuários. No caso analisado, o resultado da influenciada assessoria não se deu de forma intensa, em relação às modificações referentes aos parâmetros técnico-construtivos, constatou-se equivalência dos resultados com as demais modalidades, exceto pela elevação do

índice de modificações dos parâmetros técnico-construtivos no nível de recurso financeiro 2 e 3, onde os usuários podiam dispor de maior quantidade de recurso financeiro.

Desta forma, interagindo com fatores financeiros, e, em menor intensidade, com recursos de apoio organizacional e técnicos, as determinações do usuário, e nesse sentido, os valores sócio-culturais, traduzidos no tipo de reforma ou construção executada, se apresentam como fator condicionante da caracterização configuracional do espaço habitacional em área ZEIS.

CONCLUSÃO

Na perspectiva da pesquisa, constatou-se que a disponibilidade de recursos financeiros, organizacionais e técnicos, associados aos valores sócio-culturais da população, são elementos que com intensidades variadas, condicionam a caracterização físico-espacial da habitação.

Como se observou, o volume do financiamento funciona como um dos principais condicionantes dos resultados da produção do ambiente construído em assentamentos populares, definindo prioridades e possibilidades no processo de melhoria e construção da moradia.

O recurso organizacional, por sua vez atua como agente articulador do processo, representa canal de integração entre comunidade e a instituição financiadora, atuando com menor intensidade na definição das características arquitetônicas da casa.

Em relação ao recurso técnico, observou-se que este pode representar a possibilidade de construção dos espaços habitacionais mais adequados às necessidades e aspirações da população, desde que se estabeleça um diálogo eficiente entre o usuário e o assessor técnico, de tal maneira que esta assessoria respeite os valores e práticas sociais do usuário.

Somando-se a esses condicionantes observa-se a influência dos valores sócio-culturais, visto que, algumas características sofrem constantes alterações, independentes da presença dos recursos financeiros, técnicos e organizacionais oferecidos. Nesse

sentido, verificou-se que a ampliação da casa, seja na dimensão, acréscimo de cômodo ou verticalização, é uma constante em todo o processo de reforma e/ou construção.

Vale ressaltar que, embora o resultado das modificações e permanências tipo tenham sido equivalentes nas modalidades, ou seja, relacionados aos parâmetros espaciais, observou-se que a presença do recurso técnico representou uma certa elevação no nível de modificação dos parâmetros técnico-construtivos, melhoramentos em instalações elétricas e hidráulicas foram maiores que na modalidade I, embora, deva-se ressaltar que estas melhorias se intensificaram proporcionalmente ao aumento do recurso financeiro em ambos os casos. Ainda assim, a prioridade de ampliação permanece constante. Visto que em vários casos verificou-se que a orientação técnica não foi seguida.

Durante a execução da obra, alguns projetos foram alterados pelos moradores, demonstrando a falta de diálogo e a desarticulação entre a proposta elaborada pelos técnicos e os desejos e aspirações do proprietário. O que contribuiu para revelar características configuracionais independentes contrários às orientações técnicas.

Quanto às alterações relacionadas a questões estéticas (imagem), como modificação de material de esquadrias (de madeira para alumínio, ou ferro tipo basculante), revestimentos de piso (colocação de cerâmica), etc, surgem com intensidade relevante, principalmente nos processos caracterizados pela ausência de recurso técnico e organizacional. Nessas modalidades se destacaram as formas de apropriação específica do espaço. Foi onde também se observou que a intenção estética faz parte do dia a dia das pessoas, e se revela na escolha de uma cor, de um piso, na colocação de um tipo de esquadria, elemento vazado. Também aqui o recurso de

financiamento surge como viabilizador da tradução das necessidades e aspirações da população no espaço habitacional.

Nessa perspectiva, os casos estudados demonstraram que, embora em intensidade e formas variadas, os recursos financeiros, a assessoria técnica e organizacional são elementos determinantes de aspectos da configuração físico-espacial da habitação popular, paralelamente aos condicionantes sócio-culturais de apropriação espacial, valores e aspirações específicas são determinantes fundamentais no desenvolvimento desse processo.

Dessa forma, verifica-se que a concepção do projeto não se esgota na correspondência a uma ou mais funções. Tem também motivações mais complexas e profundas - culturais e estéticas. Essas características são inerentes às ações do cotidiano, e, nesse sentido, é dos desejos e possibilidades da população que resulta a configuração da habitação popular e a produção do espaço habitacional em área ZEIS.

A interferência dos recursos analisados na caracterização da habitação popular e as diretrizes processuais de programas de intervenção.

De acordo com esses resultados, serão estabelecidas considerações sobre a interferência dos recursos analisados na caracterização da habitação popular e as diretrizes processuais de programas de intervenção, universo de análise da pesquisa.

No que diz respeito ao recurso de financiamento, observa-se que, embora esse elemento seja fundamental para a implementação dos projetos, algumas características independem da variação desse recurso, surgindo como prioridade predominante. Por

consequente, considera-se que o recurso de financiamento deve ser direcionado para propostas habitacionais que correspondam à realidade do usuário, ou seja, não se deve apenas construir habitações, mas buscar a adequação do modelo das casas aos usuários. Nesse sentido o recurso organizacional, é fator fundamental, representando canal de integração entre a comunidade e a instituição, ponto fundamental para o êxito de propostas de intervenção verificando-se que embora não atue como elemento determinante da configuração físico-espacial da casa.

O recurso técnico, por sua vez, deve ser introduzido através de diretrizes participativas, integrando população e corpo técnico no processo de produção e reforma da casa, visto que a adequação do projeto às necessidades e aspirações do morador mostra-se proporcional à integração entre técnico e usuário.

Ainda no processo de implementação de programas habitacionais deve-se considerar a influência dos valores sócio culturais, que permeia todas as modalidades, através da participação do usuário, enquanto definidor das características da casa a serem ou não reformados, expressando a hierarquia de valores tradutores das características sócio culturais e afetivos na construção da habitação popular.

Em suma, a necessidade de se considerar a habitação como algo mais que um simples abrigo, reconhecendo a mesma como espaço de relações materiais, psicológicas, sociais, etc; determina a busca pela correta introdução dos diversos recursos no processo de melhoria habitacional.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mônica Raposo & SOUZA, Maria Ângela. **Manual do Projeto de Habitação Popular: Parâmetros para Elaboração e Avaliação**. Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Habitação do Recife, 1981.

ARAÚJO, Roberto A. DANTAS. **Saturnino de Brito e o saneamento físico e moral do Recife**. Tese de Mestrado, Recife: MDU/ UFPE, 1996

ÁVILA, Marília. **A cooperação internacional nas experiências de urbanização de favelas**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7., Recife. Anais. Recife: UFPE, 1997. v. 3, p. 1527-1542.

BEAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. ELFOS, 1985.

BOIANOVSKY, D. L. **Participação popular em programas habitacionais**. In Anais do Seminário Permanente de Habitação Popular, Recife, 1982.

BOTTLER, M. **O universo além das muralhas**. Dissertação de Mestrado, Recife: MDU / UFPE, 1986.

CAMPOS, Heleniza. **Planejamento urbano em áreas centrais da Brasil: uma reflexão em torna das práticas sócio-espaciais de seus freqüentadores**. In: anais ANPUR, 1997.

CANTER, David. **Understanding, assessing and acting in places**. In: Environmental Cognition and Action: Na integrative Multidisciplinary approach, New York: Oxford, 1990.

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: 1992.

COUTINHO, Luciano. **Nota sobre a natureza da globalização**. Revista Economia e Sociedade, nº 1, ago., 1992.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua - espaço e cidadania, mulher e morte no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1995.

DE LA MORA, Luís. **Habitação popular e urbanização de favelas: uma visão prática possível**. Recife, 1989.

DELL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pine, 1990.

DRAIBE, Sônia Mirian. **O welfare state no Brasil: características e perspectivas.** 1988.

DUARTE, C. R. **Análise sócio-cultural da pós ocupação de um conjunto habitacional no Rio de Janeiro.** In Anais: Cidade - Produção do cotidiano. Seminário Interdisciplinar. Recife: MDU / UFPE, 1995.

FARAH, F; Freitas, C. G. C. de; Nakzawa, V. A.. **Urbanização em meio físico.** In. **Seminário Internacional dos Problemas Ambientais dos grandes Centros Urbanos,** Ecourbs-1992.

FERRARA, L. **As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania.** In Percepção ambiental: a experiência brasileira. Vicente Del Rio e Livia Oliveira (Orgs.). São Paulo: Editora UFSCar, Studio Nobel.

GOTTDINER, Mark. **A produção social do espaço.** São Paulo: USP, 1997.

HARVEY, David. **A condição Pós – Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança.** São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HUTZLER, C. R. **Aspirações à moradia entre população de baixa renda e uma metrópole brasileira.** Série de Estudos Urbanológicos, Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional, Publicação nº 5, Recife: UFPE, 1975.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Vitrúvio Da Arquitetura (intr.).** São Paulo: Editora Hucitec, 2ª edição, 1999.

LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio; DINIZ, Fernando. **Planejamento metropolitano no Brasil: uma proposta de conservação urbana e territorial.** 1998.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **A outra face da crise do estado de bem estar social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade de trabalho.** Cadernos de Pesquisa NEEP, nº 13, 1990.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **A relação, democracia desenvolvimento local e descentralização política no contexto da globalização.** Revista Vicência, EDUFRN, v. 10, jan. a dez., 1996.

LEMOS, Filho. **Clã do açúcar: Recife 1911-1934.** Rio de Janeiro, 1960.

LIRA, Tavares Correia de. **A casa sem lei, coletânea e anotações sobre a Legislação Pernambucana referente às casas operárias (1889-1931).** Recife: o autor, 1989

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade. Edições 70.** Coleção Arte e Comunicação, 1960.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e as políticas fundiária, urbana e ambiental: diagnóstico e recomendações.** Texto do II Seminário Nacional Preparatório para o Habitat II. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, maio de 1995.

MASCARÓ, Lúcia; Pelli, Victor Saul; Vianna, Nelson Solano; Katinsky, Júlio; Turner, John F. C. ; Mascaró, Juan Luís. **Tecnologia e arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1989.

MASCARÓ, Juan Luís. **Desenho Urbano e Custo de Edificações**. 2 ed. DC. Luzatto Ed, 1989.

MARTINS, Jorge. In Boletim do Serviço Social contra o Mocambo, ano I, 1948, p. 12.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. **O PROMORAR como instrumento de intervenção do Estado**. Estudo de caso: o PROMORAR no Coque. Recife: MDU / UFPE.

MONTEIRO, C. **Representações sociais da cidade: do imaginário ao real**. Anais do VI Encontro Nacional – ANPUR. Brasília, 1995.

MORAIS, D. A.; CAMPOS, H. A.; FREITAS, R. M. **A produção cotidiana da diversidade**. In Anais: Cidade: Produção do cotidiano – Seminário Interdisciplinar, Recife: MDU / UFPE, 1995.

MOREIRA, Fernando Diniz. **A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)**. Dissertação de Mestrado, Recife: MDU / UFPE, 1994.

MORIEL, Luís. **Revisitando o conceito de morar**. Estudo de caso: Entra Apulso. Trabalho de Graduação II, Recife: UFPE, 1994.

PERES, Lino F. **Da crise do padrão habitacional de grande escala à expansão das periferias urbanas: os sem-teto como a “ponta do iceberg” do processo de segregação e exclusão sócio-espacial**. UFSC, 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1994.

REIS FILHOS, Nestor Gulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 8ª edição, 1997

ROLNIK, Raquel. **Planejamento nos anos 90**. In RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Carlos N. F. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejanter da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade**. Recife: FCR, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Edições Studio Nobel, 1998.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**.

SELLTZ, et all. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. V. 2, Capítulos 8 e 9, Louise H. Kidder. São Paulo: EPU, 1987.

SOUZA, Fernando. **O significado histórico da vila Jorge Pimenta no Recife, PE: uma interpretação do ambiente construído habitado**. Recife: MDU / UFPE, 2000.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Habitação: bem ou direito. Recife: MDU/UFPE, 1990**

TUFFANI, Eduardo. **Estudos Vitruvianos**. São Paulo: HVF Representações, 1993.

TURNER, J. C. **Issues in self-help and self-managed housing**. In: Self-help housing, a critique. London: Ed. Mansel Publishing Limited, 1982.

TURNER, J. C. **Vivenda: todo el poder para los usuarios. Hacia la economía en la construcción do entorno**. Primeira edición española, Rosario, Madri: Herman Blume Ediciones, 1977.

ZEIZEL, J. **Inquire by desing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ANEXOS

ANEXO 1: Tabela A: relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na Modalidade 1

| Unid. Hab. Pesq. | ZEIS | Tipo de Interv. | M | U | Recursos do Progra. | Recursos Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômodos | | Dim. Cômodos | | Material Cobertura | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esquadrias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulica | |
|------------------|-------|-----------------|---|---|---------------------|------------------|-----------------------------|---------|----|------------|----|--------------|----|--------------------|----|-----------------|----|---------------|----|-------------|----|---------------------|----|----------------|----|------------------|----|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M1C1 | A.Re. | Con | c | R | 1400,00 | 3600,00 | 5000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C2 | A.Re. | Ref. | c | M | 2166,00 | 15000,00 | 17166,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C3 | A.Re. | Ref. | c | R | 1920,00 | 5000,00 | 6920,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C4 | A.Re. | Ref. | v | R | 1100,00 | - | 1100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C5 | A.Re. | Ref. | c | R | 1900,00 | 1150,00 | 3050,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C6 | C Jen | Ref. | m | R | 1600,00 | 2500,00 | 4100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C7 | A.Re. | Con | c | R | 7000,00 | - | 7000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C8 | C Jen | Ref. | c | R | 1390,00 | 1000,00 | 2390,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C9 | A.Re. | Ref. | v | R | 5263,00 | ñ infor. | 5263,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C10 | C.Jen | Ref. | c | R | 1400,00 | 900,00 | 2300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C11 | JBar. | Con | f | R | 2448,00 | 3000,00 | 5448,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C12 | A.Re. | Ref. | c | R | 2800,00 | 500,00 | 3300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C13 | J Bar | Ref. | c | R | 2700,00 | 150,00 | 2850,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C14 | JBar | Ref. | m | R | 3000,00 | 1000,00 | 4000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C15 | ARes | Ref. | c | R | 1900,00 | 500,00 | 2400,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | % | | | | | | | 53 | 47 | 40 | 60 | 40 | 60 | 67 | 33 | 67 | 33 | 40 | 60 | 40 | 60 | 47 | 63 | 67 | 33 | 60 | 40 |

Legenda:

| | |
|---------------------------------------|--|
| Unidade Habitacional Pesquisada: | M1C1 – ‘modalidade 1 casa 1’ M1C2 – ‘modalidade 1 casa 2’ |
| ZEIS: | A. Re.: Alto do Reservatório C. Jen.: Córrego do Jenipapo JBar.: João de Barros S. Ber.: Sítio do Berardo S. Car.: Sítio di Cardoso V.S.M.: Vila São Miguel |
| Tipo de Interv.: Tipo de intervenção: | Con: Construção Ref.: Reforma |

| | |
|-----------------------|---|
| M. O.: Mão de obra | c- mão de obra contratada v- mão de obra vizinhos f- mão de obra familiar m- mão de obra mista |
| USO: | R- Residencial M- Misto |
| P: Permanência | |
| M: Modificação | |

Tabela A .1- relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 1, com nível de recurso financeiro 1

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | | | |
|-----------------------------|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|---|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|----|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|----|---|---|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FINA. I < 3.000,00 | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M1C4 | A.Re. | Ref. | v | R | 1100,00 | - | 1100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C8 | C Jen | Ref. | c | R | 1390,00 | 1000,00 | 2390,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C10 | C.Jen | Ref. | c | R | 1400,00 | 900,00 | 2500,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C13 | J Bar | Ref. | c | R | 2700,00 | 150,00 | 2850,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C15 | ARes | Ref. | c | R | 1900,00 | 500,00 | 2400,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 100 | | 80 | 20 | 40 | 60 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 60 | 40 | 40 | 60 | 80 | 20 | 60 | 40 | | | |

Tabela A .2- relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 1, com nível de recurso financeiro 2

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | | | |
|--|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|----|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|----|----|---|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FINA. II = 3000,00 <NII< 5.000,00 | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M1C1 | A.Re. | Con | c | R | 3600,00 | 1400,00 | 4000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C5 | A.Re. | Ref. | c | R | 1900,00 | 1150,00 | 3050,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C6 | C Jen | Ref. | m | R | 1600,00 | 2500,00 | 4100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C12 | A.Re. | Ref. | c | R | 2800,00 | 500,00 | 3300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C14 | JBar | Ref. | m | R | 3000,00 | 1000,00 | 4000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 40 | 60 | 20 | 80 | 40 | 60 | 80 | 20 | 80 | 25 | 20 | 80 | 20 | 80 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | | |

Tabela A .3- relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 1, com nível de recurso financeiro 3

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | | | |
|------------------------------|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|----|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|----|----|---|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FINAN. III >5000,00 | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M1C2 | A.Re. | Ref. | c | M | 2166,00 | 15000,00 | 17166,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C3 | A.Re. | Ref. | c | R | 1920,00 | 5000,00 | 6920,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C7 | A.Re. | Con | c | R | 7000,00 | | 7000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C9 | A.Re. | Ref. | v | R | 5263,00 | ñ infor. | 5263,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M1C11 | Jbar. | Con | f | R | 2448,00 | 3000,00 | 5448,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 20 | 80 | 20 | 80 | 40 | 60 | 67 | 23 | 60 | 40 | 40 | 60 | 40 | 60 | 20 | 80 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | | |

Tabela B: relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na **Modalidade 2**

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômodos | | Dim. Cômodos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esquadrias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulica | | |
|------------|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|------|------------|------|--------------|------|------------------|----|-----------------|-----|---------------|----|-------------|------|---------------------|------|----------------|----|------------------|------|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P |
| M2C1 | A.Re. | Con | c | R | 2300,00 | 2000,00 | 4300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C2 | A.Re. | Con | c | M | 2300,00 | 2000,00 | 4300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C3 | A.Re. | Ref. | f | R | 3478,00 | 1620,00 | 5098,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C4 | A.Re. | Ref. | v | R | 2200,00 | 1000,00 | 3200,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C5 | A.Re. | Ref. | c | R | 5000,00 | - | 5000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C6 | C Jen | Ref. | m | m | 1800,00 | 500,00 | 2300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C7 | A.Re. | Ref. | c | R | 7000,00 | 280,00 | 7280,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C8 | C Jen | Ref. | c | R | 2000,00 | - | 2000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C9 | A.Re. | Ref. | c | R | 3000,00 | 700,00 | 3700,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C10 | A Re | Ref. | c | R | 3600,00 | 18000,00 | 21600,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C11 | ARes | Ref. | v | R | 3000,00 | 300,00 | 3300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C12 | A.Re. | Ref. | c | R | 7000,00 | 4000,00 | 11000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C13 | ARes | Ref. | f | R | 3000,00 | | 3000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C14 | ARes | Con | c | R | 950,00 | 200,00 | 1150,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C15 | C Jen | Ref. | c | R | 1000,00 | 200,00 | 1200,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 66,7 | 33,3 | 13,3 | 86,7 | 26,6 | 83,4 | 60 | 40 | 93,4 | 6,6 | 80 | 20 | 42,7 | 53,3 | 46,6 | 53,4 | 40 | 60 | 53,3 | 46,6 | |

Tabela B . 1 - relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 2, com nível de recurso financeiro 1

| | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | | |
|-----------------------------|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|---|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|----|----|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P |
| NÍVEL DE FINA. I < 3.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C6 | C Jen | Ref. | m | m | 1800,00 | 500,00 | 2300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C8 | C Jen | Ref. | c | R | 2000,00 | - | 2000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C13 | ARes | Ref. | f | R | 3000,00 | - | 3000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C14 | ARes | Con | c | R | 950,00 | 200,00 | 1150,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C15 | C Jen | Ref. | c | R | 1000,00 | 200,00 | 1200,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 80 | 20 | 40 | 60 | 40 | 60 | 80 | 20 | 100 | 0 | 80 | 20 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | |

Tabela B .2- relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 2, com nível de recurso financeiro 2

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | |
|---|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|-----|---------------|----|------------------|----|-----------------|----|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|----|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FINAN. II = 3000,00 < N II < 5000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C1 | A.Re. | Con | c | R | 2300,00 | 2000,00 | 4300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C2 | A.Re. | Con | c | M | 2300,00 | 2000,00 | 4300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C4 | A.Re. | Ref. | v | R | 2200,00 | 1000,00 | 3200,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C9 | A.Re. | Ref. | c | R | 3000,00 | 700,00 | 3700,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C11 | ARes | Ref. | v | R | 3000,00 | 300,00 | 3300,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 80 | 20 | 0 | 100 | 20 | 80 | 80 | 20 | 80 | 20 | 80 | 20 | 60 | 40 | 20 | 80 | 40 | 60 | 60 | 60 | 40 | |

Tabela B .3- relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 2, com nível de recurso financeiro 3

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | |
|-------------------------------|-------|---------------|---|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|-----|---------------|----|------------------|----|-----------------|---|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|----|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P |
| NÍVEL DE FINAN. III > 5000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C3 | A.Re. | Ref. | f | R | 3478,00 | 1620,00 | 5098,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C5 | A.Re. | Ref. | c | R | 5000,00 | 100,00 | 5100,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C7 | A.Re. | Ref. | c | R | 7000,00 | 280,00 | 7280,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C10 | A Re | Ref. | c | R | 3600,00 | 18000,00 | 21600,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M2C12 | A.Re. | Ref. | c | R | 7000,00 | 4000,00 | 11000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 40 | 60 | 0 | 100 | 20 | 80 | 60 | 40 | 100 | | 80 | 20 | 20 | 80 | 40 | 60 | 40 | 60 | 60 | 60 | 40 |

Tabela C: relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na **Modalidade 3**

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M O | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esquadrias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulica | | |
|------------|-------|---------------|-----|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|---|---------------|---|-------------|----|---------------------|----|----------------|----|------------------|----|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M3C1 | VSM | Ref | c | R | 600,00 | 350,00 | 950,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C2 | VSM | Ref | c | R | 2000,00 | 3000,00 | 5000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C3 | VSM | Ref. | m | R | 3025,00 | 350,00 | 3375,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C4 | A.Re. | Ref. | V | R | 1780,00 | 2000,00 | 3780,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C5 | A.Re. | Ref. | c | R | 2310,00 | 1500,00 | 3810,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C6 | C Jen | Ref. | m | R | 1000,00 | - | 1000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C7 | A.Re. | Ref. | c | R | 1900,00 | - | 1900,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C8 | C Jen | Ref | c | R | 5000,00 | 1000,00 | 6000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C9 | C Jen | Ref. | c | R | 3028,97 | - | 3028,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C10 | C Jen | Ref. | c | R | 1800,00 | 5000,00 | 6800,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C11 | S Ber | Con | c | R | 3786,00 | 2600,00 | 6386,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C12 | S Ber | Ref. | c | R | 5017,00 | 800,00 | 5817,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C13 | S Ber | Ref | f | R | 1650,00 | 150,00 | 1800,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C14 | SCar | Con | c | R | 2200,00 | 500,00 | 2700,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C15 | J Bar | Ref | c | R | 5500,00 | 2100,00 | 7600,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 73 | 27 | 27 | 73 | 27 | 73 | 60 | 40 | 93 | 7 | 93 | 7 | 53 | 47 | 73 | 27 | 33 | 67 | 40 | 60 | |

Tabela C. 1 - relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 3, com nível de recurso financeiro 1

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M O | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | |
|----------------------------|-------|---------------|-----|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|---|---------------|---|-------------|----|----------------------|----|----------------|---|-------------------|----|---|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FIN. I < 3.000,00 | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M3C1 | VSM | Ref | c | R | 600,00 | 350,00 | 950,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C6 | C Jen | Ref. | m | R | 1000,00 | - | 1000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C7 | A.Re. | Ref. | c | R | 1900,00 | - | 1900,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C13 | S Ber | Ref | f | R | 1650,00 | 150,00 | 1800,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C14 | SCar | Con | c | R | 2200,00 | 500,00 | 2700,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 80 | 20 | 80 | 20 | 80 | 20 | 60 | 40 | 100 | 0 | 100 | 0 | 40 | 60 | 80 | 20 | 100 | 0 | 80 | 20 | | |

Tabela C. 2 - relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 3, com nível de recurso financeiro 2

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M O | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | |
|--|-------|---------------|-----|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|---|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|---|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FIN. II = 3.000,00<NII< 5000,00 | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M3C2 | VSM | Ref | c | R | 2000,00 | 3000,00 | 5000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C3 | VSM | Ref. | m | R | 3025,00 | 350,00 | 3375,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C4 | A.Re. | Ref. | V | R | 1780,00 | 2000,00 | 3780,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C5 | A.Re. | Ref. | c | R | 2310,00 | 1500,00 | 3810,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C9 | C Jen | Ref. | c | R | 3028,97 | - | 3028,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 60 | 40 | 20 | 60 | 40 | 60 | 40 | 40 | 100 | 0 | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 | 40 | 60 | 40 | 60 | | |

Tabela C. 3 - relação das mudanças e permanências das características físico-espaciais das unidades habitacionais analisadas na

Modalidade 3, com nível de recurso financeiro 3

| Unid. Hab. | ZEIS | Tipo de Inte* | M O | U | Recurso do Progra. | Recurso Próprio | Nível de recurso financeiro | Nº Pav. | | Nº Cômo-dos | | Dim. Cômo-dos | | Material Coberta | | Material Parede | | Reves. Parede | | Reves. Piso | | Material Esqua-drias | | Inst. Elétrica | | Inst. Hidráulic a | | | |
|------------------------------|-------|---------------|-----|---|--------------------|-----------------|-----------------------------|---------|----|-------------|----|---------------|----|------------------|----|-----------------|----|---------------|----|-------------|----|----------------------|----|----------------|----|-------------------|----|---|---|
| | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| NÍVEL DE FINAN. III >5000,00 | | | | | | | | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M | P | M |
| M3C8 | C Jen | Ref | c | R | 5000,00 | 1000,00 | 6000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C10 | C Jen | Ref. | c | R | 1800,00 | 5000,00 | 6800,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C11 | S Ber | Con | c | R | 3786,00 | 2600,00 | 6386,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C12 | S Ber | Ref. | c | R | 5017,00 | 800,00 | 5817,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| M3C15 | J Bar | Ref | c | R | 5500,00 | 2100,00 | 7600,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 40 | 60 | 20 | 80 | 20 | 80 | 60 | 40 | 80 | 20 | 80 | 20 | 60 | 40 | 60 | 40 | 40 | 60 | 40 | 60 | | |

QUESTIONÁRIO:

| | |
|--|--------------|
| LOCALIZAÇÃO DA OBRA: | Obra: Dez/99 |
| Comunidade/ Zeis: Afogados (Vila São Miguel) | M3C2 |
| Rua: Buritama | Nº: 129 |
| DADOS DA FAMÍLIA: | |
| Nome do informante (proponente): Lindete Farias de Oliveira | |
| Número de pessoas que moram na casa: 03 | |
| Tempo de moradia: 19 anos | |
| Objetivo do projeto: Reforma <input checked="" type="checkbox"/> Construção <input type="checkbox"/> | |
| Necessidades / aspirações na definição do partido arquitetônico: | |
| Mudar telhado, reformar banheiro, fazer muro e trocar instalações elétricas e hidráulicas. | |
| 'Quería colocar cerâmica e trocar porta, mas o dinheiro não deu'. | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|---|--|
| CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA HABITACIONAL: | |
| Recursos de Financiamento | |
| Valor: R \$ 2000,00 | |
| Recursos financeiros próprios | |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> | |
| Valor: R \$ 3000,00 | |
| <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Assessoria Técnica | |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> | |
| Responsáveis : Habitec | |
| Mão de obra: | |
| <input type="checkbox"/> contratada com recurso do programa <input checked="" type="checkbox"/> contratada com recursos próprios <input type="checkbox"/> contratada com recursos do programa e recursos próprios <input type="checkbox"/> família <input checked="" type="checkbox"/> vizinhos / amigos <input type="checkbox"/> | |
| Apoio organizacional | |
| Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> | |
| Responsáveis: Liderança Comunitária | |

| CARACTERÍSTICAS DA CASA ANTERIORES A INTERVENÇÃO: | | | | | | | | | | |
|--|--|-----------------|------------------|--------------|----------------|-----------------|----------------|-------------|-------------|--------------|
| Área: 70,00m ² | | | | | | | | | | |
| Uso do imóvel: Residencial <input checked="" type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| Nº de pavimentos: 01 | | | | | | | | | | |
| Nº de cômodos: 04 | | | | | | | | | | |
| Características dos Cômodos: | 1 Terraço | 2 Sala Estar | 3 Sala Jantar | 4 Cozinha | 5 BWC | 6 Quarto 1 | 7 Quarto 2 | 8 Outros | 9 Outros | 10 Outros |
| Área dos cômodos | | | | m | m ² | m ² | m ² | | | |
| Material da parede: | 1. Madeira 2. Taipa 3. Alvenaria de tijolo 4. Outros | | | | | | | | | |
| | | 3 | | 3 | 3 | 3 | 3 | | | |
| | Revestimento: 1. Chapisco 2. Massa única 3. Pintura 4. Cerâmica 5. Aparente 6. Outros | | | | | | | | | |
| | | | 2,3 | 2,3 | 2,3 | 2,3 | | | | |
| Condições gerais da alvenaria | 1. Quebradiça 2. Com rachaduras 3. Descascada 4. Mofada 5. Bom estado e conservação | | | | | | | | | |
| | | 2 | | 2 | 2 | 2 | 2 | | | |
| Material da cobertura | 1. Telha cerâmica 2. Metálica 3. Amianto 4. Madeira 5. Laje 6. Outros | | | | | | | | | |
| | | 1 | | 1 | 1 | 1 | 5 | | | |
| Condições gerais da cobertura | 1. Com infiltrações 2. Estrutura de apoio danificada 3. Bom estado e conservação | | | | | | | | | |
| | | 3 | | 3 | 3 | 3 | 3 | | | |
| Material do piso | 1. Cimento queimado 2. Solo apiloado 3. Cerâmica 4. Madeira/tábua 5. Ladrilho hidráulico 6. Outros | | | | | | | | | |
| | | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | | | |
| Condições gerais do piso | 1. Com rachaduras 2. Solto 3. Quebrado 4. Desgastado 5. Bom estado e conservação | | | | | | | | | |
| | | 4 | | 4 | 4 | 4 | 4 | | | |
| Área de janelas e aberturas p/ iluminação e ventilação | | | | | | 1m ² | | | | |
| Material de porta e janela | Portas: 1. Madeira simples 2. Madeira com detalhes 3. Ferro com veneziana 4. Ferro com basculante 5. Outros | | | | | | | | | |
| | | 2 | | 1 | 1 | 1 | | | | |
| | Janelas: 1. Madeira simples 2. Madeira com detalhes 3. Ferro com veneziana 4. Ferro com basculante 5. Outros | | | | | | | | | |
| | - | - | | | - | 2 | | | | |
| Obs.: | | | | | | | | | | |
| Reves. externo | 1. Chapisco 2. Massa única 3. Pintura 4. Cerâmica 5. Aparente 6. Outros | | | | | | | | | |
| | 2,3 | | | | | | | | | |
| Condição geral das instalações hidrosanitárias*: boa regular <input type="checkbox"/> inadeq <input type="checkbox"/> da <input checked="" type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| Obs.: | | | | | | | | | | |
| Condição geral das instalações elétricas*: boa regular <input type="checkbox"/> inadeq <input type="checkbox"/> da <input checked="" type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| Obs.: | | | | | | | | | | |
| Observações gerais: | | | | | | | | | | |

* Ver definição dos parâmetros de classificação (boa, regular, inadequada) para instalações

hidrosanitárias e elétricas no anexo 1.

| CARACTERÍSTICAS DA CASA POSTERIORES A INTERVENÇÃO: | | | | | | | | | | |
|--|---|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|
| Tempo da obra: | | | | | | | | | | |
| Alterações no N° de pavimentos: Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N° de pavimentos: 02 | | | | | | | | | | |
| Alterações no N° de cômodos: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Área: 54,32m ² | | | | | | | | | | |
| Características dos Cômodos: | 1 Terraço | 2 Sala Estar | 3 Sala Jantar | 4 Cozinha | 5 BWC | 6 Quarto 1 | 7 Quarto 2 | 8 Circul. | 9 ÁreaServ | 10 outros |
| Área dos cômodos | 3,23m ² | 8,08m ² | | 3,41m ² | 1,95m ² | 4,38m ² | 2,83m ² | 1,56m ² | 1,54m ² | |
| Material da parede: | 1. Madeira 2. Taipa 3. Alvenaria de tijolo 4.Outros | | | | | | | | | |
| | 3 | 3 | | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | |
| | Revestimento: 1. Chapisco 2. Massa única 3. Pintura 4. Cerâmica 5. Aparente 6. Outros | | | | | | | | | |
| Material da cobertura | 1. Telha cerâmica 2. Metálica 3. Amianto 4. Madeira 5. Laje 6.Outros | | | | | | | | | |
| | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| Material do piso | 1. Cimento queimado 2. Solo apiloado 3. Cerâmica 4. Madeira/tábua 5. Ladrilho hidráulico 6. Outros | | | | | | | | | |
| | 3 | 3 | | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | |
| Área de janelas e aberturas p/ iluminação e ventilação | | | | | | | | | | |
| Material de porta e janela | Portas: 1. Madeira simples 2. Madeira com detalhes 3.Ferro com veneziana 4. Ferro com basculante 5.Outros(grade de ferro) | | | | | | | | | |
| | 5 | 2 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| | Janelas: 1. Madeira simples 2. Madeira com detalhes 3.Ferro com veneziana 4. Ferro com basculante 5.Outros(esquadria de alumínio com vidro) | | | | | | | | | |
| | - | - | | - | 1 | 1 | 1 | - | - | |
| Reves. externo | 1. Chapisco 2. Massa única 3. Pintura 4. Cerâmica 5. Aparente 6. Outros | | | | | | | | | |
| | 2,3 | | | | | | | | | |
| Condição geral das instalações hidrosanitárias*: boa <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> inadequada <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| Obs.: será executada | | | | | | | | | | |
| Condição geral das instalações elétricas*: boa <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> inadequada <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | |
| Obs.: será executada | | | | | | | | | | |
| Observações gerais: | | | | | | | | | | |

* Ver definição dos parâmetros de classificação (boa, regular, inadequada) para instalações hidrosanitárias e elétricas no anexo 1.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Consideramos a instalação:

Boa – quando apresenta um quadro de distribuição, composto por disjuntores. Os cabos estão embutidos nas paredes, ou passam por canaletas, no caso da instalação ser externa. Não há presença de extensões nem de emaranhados de fios. O número de tomadas, interruptores e pontos de luz é proporcional aos equipamentos elétricos e ao ambiente.

Regular – quando há apenas a chave geral do contador, sem que haja disjuntores. Os cabos estão embutidos nas paredes, ou passam por canaletas, no caso da instalação ser externa. Há presença de extensões, em certos ambientes e não há emaranhado de fios. O número de tomadas, interruptores e pontos de luz não é proporcional aos equipamentos elétricos e ao ambiente.

Inadequada – configura-se em uma situação que não obedeça as descritas acima.

INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Boa – Quando houver esgotamento sanitário, ligado a uma fossa ou cano de recebimento. Não há vazamento, existe caixa de água. E o número de pontos de água é proporcional a residência (número suficiente de banheiros, etc..)

Regular – Quando o esgotamento se fizer por fossa. Há poucos pontos de vazamento. E há uma pequena deficiência de pontos de água.

Inadequada – Quando não se enquadrar, em nenhuma situação acima.